

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

PATRÍCIA INCERPE ROQUE

**A EXPERIÊNCIA VIVIDA DE MULHERES SOBRE ABUSO SEXUAL NA
INFÂNCIA OU ADOLESCÊNCIA**

CAMPINAS

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

PATRÍCIA INCERPE ROQUE

**A EXPERIÊNCIA VIVIDA DE MULHERES SOBRE ABUSO SEXUAL NA
INFÂNCIA OU ADOLESCÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Escola de Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Engler Cury

CAMPINAS

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

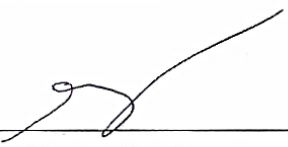
R786e	Roque, Patrícia Incerpe A experiência vivida de mulheres sobre abuso sexual na infância ou adolescência / Patrícia Incerpe Roque. - Campinas: PUC-Campinas, 2024. 172 f. Orientador: Vera Engler Cury. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Escola de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024. Inclui bibliografia. 1. abuso sexual na infância e adolescência. 2. estudo fenomenológico. 3. prevenção e intervenção psicológica. I. Cury, Vera Engler. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia. III. Título.
-------	--

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

PATRÍCIA INCERPE ROQUE

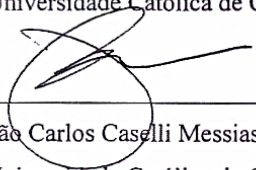
**A EXPERIÊNCIA VIVIDA DE MULHERES SOBRE ABUSO SEXUAL NA
INFÂNCIA OU ADOLESCÊNCIA**

Tese defendida e aprovada em 17 de dezembro de 2024 pela
Comissão Examinadora.



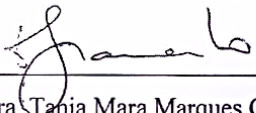
Prof. Dra. Vera Engler Cury

Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



Prof. Dr. João Carlos Caselli Messias

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



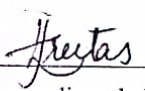
Prof. Dra. Tania Mara Marques Granato

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



Prof. Dra. Tania Maria José Aiello Vaisberg

Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dra. Joanneliese de Lucas Freitas

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Pra todas as mulheres – Mariana Nolasco

Abafaram nossa voz

Mas se esqueceram de que não estamos sós

Abafaram nossa voz

Mas se esqueceram de que não estamos sós

Essa vai

Pra todas as mulheres

Marianas, índias, brancas

Negras, pardas, indianas

Essa vai pra você que sentiu aí no peito

O quanto é essencial ter no mínimo respeito

Essa dor é secular e em algum momento há de curar

Diga sim para o fim de uma era irracional, patriarcal

Abafaram nossa voz

Mas se esqueceram de que não estamos sós

Abafaram nossa voz

Mas se esqueceram de que não estamos sós

Então eu canto pra que em todo canto

Encanto de ser livre, de falar

Possa chegar, não mais calar

Então eu canto pra que em todo canto

Encanto de ser livre, de falar

Possa chegar, não mais calar

Abafaram nossa voz

Mas se esqueceram de que não estamos sós

Abafaram nossa voz

Mas se esqueceram de que não estamos sós

Então eu canto pra que em todo canto

Encanto de ser livre, de falar

Possa chegar, não mais calar

Então eu canto pra que em todo canto

Encanto de ser livre, de falar

Possa chegar, não mais calar

*A todas as mulheres, especialmente àquelas
que se dispuseram a se encontrar comigo*

AGRADECIMENTOS

Ao meus pais, Eliana Maria Bueno Incerpe e Israel Aparecido Incerpe, por viabilizarem a minha formação desde o início e por fazerem tudo o que podiam para o meu crescimento.

À minha avó, Gladis Nourimar Voigt Incerpe (*in memoriam*), pelo cuidado e pelo exemplo de força e coragem, que ainda ressoam em mim.

Aos meus irmãos, Tiago Incerpe e Rafael Incerpe, por serem a ligação entre nossos pais e a ponte que conecta o passado ao futuro.

Ao meu marido, Caio Giacon Roque, pelo amor genuíno e paciência, por acompanhar esse processo desde a graduação, por acreditar em mim e ser a minha companhia favorita nesse mundo.

À minha sobrinha, Gabriela Neves Incerpe, pela conexão inexplicável, por me conhecer e compreender profundamente.

Aos nossos filhos de quatro patas, Deku, Fofolo, Pantera, Cinza, Anya e Batata, por serem companheiros nas horas dedicadas à escrita.

Às famílias Incerpe e Roque, por me incentivarem e respeitarem a minha ausência em tantos momentos.

À minha orientadora, Dra. Vera Engler Cury, por aceitar o desafio de orientar uma pesquisa sobre um tema tão sensível, por confiar no meu potencial para realizá-la e por ser uma inspiração de ética, comprometimento e seriedade ao longo de todo o processo.

Aos amigos do grupo de pesquisa, pelos encontros significativos e reflexões durante a minha formação. Em especial, agradeço à Nadini Brandão de Sousa Takaki, ao Gustavo Renan de Almeida da Silva, à Gabriela Di Paula Dias Ribeiro, ao Eberson dos Santos Andrade, ao Guilherme Wykrota Tostes, à Elizabeth Brown Vallim Brisola, à Gisella Mouta Fadda e à Cíntia Souza de Abreu.

Ao Mauro Martins Amatuzzi, por facilitar o meu crescimento e me ensinar sobre coragem e congruência.

À minha psicóloga, Ana Cláudia Fontes, por me ajudar na busca por uma conexão mais profunda comigo mesma.

Aos meus amigos, em especial à Mariana Alduini Meireles, Karina Soares Mariz, Débora Delázari e Runner Maciel, por sempre estarem presentes.

Aos colegas de docência e alunos, pela companhia cotidiana, pelo incentivo e por me ouvirem repetidas vezes a respeito deste tema.

À minha professora de pintura, Andréa Ramos Zanchetta, por acreditar na minha espontaneidade e auxiliar nos acabamentos do quadro.

Aos Professores Dr. João Carlos Caselli Messias, Dra. Tania Mara Marques Granato, Dra. Tania Maria Jose Aiello Vaisberg e Dra. Joanneliese de Lucas Freitas, pelas valiosas contribuições no exame de defesa desta tese.

Às participantes, por compartilharem uma experiência tão íntima e profunda, e por me fazerem perceber que o meu propósito no doutorado foi ouvir e dar voz àquelas que passaram por essas situações.

À minha versão criança, que já sabia que faria doutorado antes mesmo de compreender plenamente o que isso significava. Nós conseguimos realizar esse sonho.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas, por me receber nesses doze anos de estudos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

RESUMO

O abuso sexual está entre as quatro maiores causas de denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo as vítimas, em sua maioria, do gênero feminino. Ademais, é considerado um importante fator de risco para o desenvolvimento de patologias que afetam a saúde física, psicológica, sexual e social na vida adulta. Destacam-se as repercussões negativas para a saúde mental, como sentimentos de vergonha, culpa, humilhação, desamparo e ambivalência ao longo do desenvolvimento. Este estudo objetivou compreender fenomenologicamente a experiência vivida de mulheres sobre o abuso sexual sofrido na infância ou adolescência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, metodologicamente orientada pelos pressupostos da fenomenologia clássica, desenvolvida pelo filósofo alemão Edmund Husserl. Foram realizados encontros dialógicos individuais presenciais com cada uma das seis participantes, mulheres cisgênero com idades entre 21 e 40 anos, com duração média de duas horas. Uma questão norteadora foi apresentada pela pesquisadora ao iniciar cada encontro: “Estou interessada em conversar com mulheres que sofreram abuso sexual no passado. Você pode me contar sobre a sua experiência e como se sente atualmente?” Após cada encontro, a pesquisadora construiu uma narrativa compreensiva a partir das suas impressões, sentimentos e ideias sobre a experiência compartilhada pela participante. Concluídas as narrativas compreensivas, foi elaborada uma narrativa síntese contendo os principais elementos que estruturam o fenômeno em foco, cuja compreensão psicológica ancorou-se nas proposições da fenomenologia clássica de Edmund Husserl e de seus colaboradores e em pesquisas atuais sobre o tema. Emergiram os seguintes elementos estruturantes: (1) o passado, carregado de sofrimento, se entrelaça ao presente e interfere na expectativa sobre o futuro; (2) o corpo invadido permanece simbolicamente marcado com cicatrizes indeléveis; (3) os sentimentos de culpa, raiva, solidão e desamparo constituem um sofrimento perene com impacto sobre os relacionamentos afetivos, inclusive em relação à figura materna; (4) “Quem me tornei após o abuso vivido?” repercute na vida adulta em relação ao processo de simbolização do *self*; e (5) o encontro dialógico possibilitou uma forma de cuidado e trouxe esperança em relação a poderem ajudar outras mulheres. Esses resultados visibilizam um tipo de sofrimento psicológico que impacta negativamente o desenvolvimento e a vida das pessoas, trazendo subsídios para a atuação de profissionais da área da saúde, em especial de psicólogos. Enfatiza-se a necessidade de intervenções psicológicas voltadas a acolher vivências de abuso sexual nos diversos contextos institucionais, de forma a possibilitar o desencadear de um processo de reintegração da personalidade em direção a uma elaboração saudável face a violência sofrida precocemente.

Palavras-chave: abuso sexual na infância e adolescência; prevenção e intervenção psicológica; estudo fenomenológico; mulheres; narrativas compreensivas.

ABSTRACT

Sexual abuse is among the four biggest causes of human rights violations against children and adolescents in Brazil, and the majority of victims are female. It is also considered an important risk factor for the development of pathologies that affect physical, psychological, sexual and social health in adulthood. The negative repercussions for mental health stand out, such as feelings of shame, guilt, humiliation, helplessness and ambivalence throughout development. This study aimed to phenomenologically understand women's lived experience of sexual abuse suffered in childhood or adolescence. This is qualitative exploratory research, methodologically guided by the assumptions of classical phenomenology, developed by the German philosopher Edmund Husserl. Individual face-to-face dialogic meetings were held with each of the six participants, cisgender women aged between 21 and 40, lasting an average of two hours. A guiding question was presented by the researcher at the start of each meeting: "I'm interested in talking to women who have suffered sexual abuse in the past. Can you tell me about your experience and how you feel at the moment?" After each meeting, the researcher constructed a comprehensive narrative based on her impressions, feelings and ideas about the experience shared by the participant. Once the comprehensive narratives were completed, a summary narrative was drawn up containing the main elements that structure the phenomenon in focus, whose psychological understanding was anchored in the propositions of the classical phenomenology of Edmund Husserl and his collaborators and in current research on the subject. The following structuring elements emerged: (1) the past, laden with suffering, intertwines with the present and interferes with expectations about the future; (2) the invaded body remains symbolically marked with indelible scars; (3) feelings of guilt, anger, loneliness and helplessness constitute perennial suffering with an impact on affective relationships, including in relation to the mother figure; (4) "Who have I become after the abuse I experienced?" has repercussions in adulthood in relation to the process of symbolizing the self; and (5) the dialogical encounter enabled a form of care and brought hope that they could help other women. These results highlight a type of psychological suffering that has a negative impact on people's development and lives, providing support for the work of health professionals, especially psychologists. It emphasizes the need for psychological interventions aimed at dealing with experiences of sexual abuse in various institutional contexts, in order to trigger a process of reintegration of the personality towards a healthy elaboration of the violence suffered early on.

Keywords: sexual abuse in childhood and adolescence; psychological prevention and intervention; phenomenological study; women; comprehensive narratives.

RESUMEN

El abuso sexual está entre las cuatro mayores causas de violación de los derechos humanos de niños y adolescentes en Brasil, y la mayoría de las víctimas son mujeres. También se considera un importante factor de riesgo para el desarrollo de patologías que afectan a la salud física, psicológica, sexual y social en la edad adulta. Se destacan las repercusiones negativas para la salud mental, como sentimientos de vergüenza, culpa, humillación, impotencia y ambivalencia a lo largo del desarrollo. Este estudio pretendía comprender fenomenológicamente la experiencia vivida por las mujeres en relación con los abusos sexuales sufridos en la infancia o la adolescencia. Se trata de un estudio exploratorio cualitativo, orientado metodológicamente por los presupuestos de la fenomenología clásica, desarrollada por el filósofo alemán Edmund Husserl. Se mantuvieron reuniones individuales de diálogo cara a cara con cada una de las seis participantes, mujeres cisgénero de entre 21 y 40 años, con una duración media de dos horas. Al comienzo de cada reunión, la investigadora planteó una pregunta orientativa: «Me interesa hablar con mujeres que hayan sufrido abusos sexuales en el pasado. ¿Puede contarme su experiencia y cómo se siente en este momento?». Después de cada reunión, la investigadora construyó un relato exhaustivo basado en sus impresiones, sentimientos e ideas sobre la experiencia compartida por la participante. Al final de las narrativas comprensivas, se elaboró una narrativa de síntesis que contenía los principales elementos estructurantes del fenómeno en foco, cuya comprensión psicológica estaba anclada en las proposiciones de la fenomenología clásica de Edmund Husserl y sus colaboradores y en las investigaciones actuales sobre el tema. Surgieron los siguientes elementos estructuradores: (1) el pasado, cargado de sufrimiento, se entrelaza con el presente e interfiere en las expectativas sobre el futuro; (2) el cuerpo invadido queda simbólicamente marcado con cicatrices indelebles; (3) los sentimientos de culpa, rabia, soledad e impotencia constituyen un sufrimiento perenne con repercusiones en las relaciones afectivas, incluso en relación con la figura materna; (4) «¿En quién me he convertido después del abuso que sufrí? «tiene repercusiones en la edad adulta en relación con el proceso de simbolización del yo; y (5) el encuentro dialógico posibilitó una forma de cuidado y aportó la esperanza de poder ayudar a otras mujeres. Estos resultados ponen de manifiesto un tipo de sufrimiento psicológico que repercute negativamente en el desarrollo y la vida de las personas, lo que respalda la labor de los profesionales de la salud, especialmente de los psicólogos. Destaca la necesidad de intervenciones psicológicas dirigidas al abordaje de las experiencias de abuso sexual en diferentes contextos institucionales, con el fin de desencadenar un proceso de reintegración de la personalidad hacia una elaboración saludable de la violencia sufrida tempranamente.

Palabras clave: abuso sexual en la infancia y adolescencia; prevención e intervención psicológica; estudio fenomenológico; mujeres; narrativas comprensivas.

SUMÁRIO

Apresentação	16
Capítulo 1: Questões Conceituais e Pesquisas Contemporâneas Sobre Abuso Sexual	21
Abuso Sexual: Questões Conceituais	21
Pesquisas Sobre as Repercussões do Abuso Sexual na Vida Adulta	28
Capítulo 2: O Percurso Metodológico	42
O Método Fenomenológico Clássico Husserliano	42
As Vivências Estruturantes do Ser Humano.....	47
Encontros Dialógicos.....	49
Narrativas Compreensivas.....	50
Narrativa-Síntese	51
Participantes	53
Questões Éticas.....	54
Procedimentos	55
Capítulo 3: As Narrativas Compreensivas e a Narrativa-Síntese.....	59
Roberta: “Eu lembro que uma menina mexeu comigo”	60
Nubia: “Árvore sem raiz não para em pé”.....	67
Monica: “Estou nua em um quarto escuro”	73
Luara: “Para de ser criança!”	81
Marina: “Eu fiz porque senão o monstro ia me pegar”	88
Ester: “Por que Deus deixou isso acontecer?”	94
Narrativa-Síntese	99
Capítulo 4: Os Elementos Estruturantes da Experiência: Diálogos entre Autores Clássicos e Pesquisas Contemporâneas.....	104

Elemento 1: O passado, carregado de sofrimento, se entrelaça ao presente e interfere na expectativa sobre o futuro.....	105
Elemento 2: O corpo invadido permanece simbolicamente marcado com cicatrizes indeléveis	110
Elemento 3: Os sentimentos de culpa, raiva, solidão e desamparo constituem um sofrimento perene com impacto sobre os relacionamentos afetivos, inclusive em relação à figura materna	119
Elemento 4: “Quem me tornei após o abuso vivido?” repercute na vida adulta em relação ao processo de simbolização do <i>self</i>	134
Elemento 5: O encontro dialógico possibilitou uma forma de cuidado e trouxe esperança em relação a poderem ajudar outras mulheres	140
Síntese Criativa	145
Considerações Finais	148
Referências	153
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	166
Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	168

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Termos utilizados pela Psicologia e pelo Direito Penal.....	27
Figura 2 Fluxograma dos Passos Metodológicos para Seleção dos Artigos	30
Figura 3 Fluxo Temporal da Experiência Vivida pelas Participantes	109
Figura 4 A Mulher e a Menina	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 <i>Artigos Seleccionados Para Revisão</i>	32
Tabela 2 <i>As participantes</i>	54

*O hóspede diz: “Já que perguntas algo digno
de relato, direi o motivo. Belíssima,
ela foi a esperança e a causa de ciúmes
de muitos; e mais belo que os cabelos nada
tinha. Conheci um que disse tê-la visto.
No templo de Minerva, o deus do mar violou-a,
dizem. Volveu, cobrindo o rosto casto, a filha
de Jove com o escudo. E como punição,
gorgôneas tranças converteu em torpes hidras.
E ainda agora, para infundir o terror
nos rivais, leva ao peito as cobras que criou”.*

Ovídio

Apresentação

O abuso sexual na infância ou adolescência é considerado uma forma de violência que acontece dentro ou fora do contexto familiar, podendo o abusador ser conhecido ou desconhecido. O fenômeno consiste em uma relação não consensual marcada pela desigualdade em termos de poder, na qual o abusador exerce um controle sobre a criança ou adolescente. Esse tipo de abuso pode ser caracterizado como: (1) todo ato de natureza erótica; (2) com ou sem contato físico; (3) com ou sem uso de força; e (4) entre um adulto e uma criança/adolescente, ou entre um adolescente mais velho e uma criança (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos [MMFDH], 2021).

Os dados provenientes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontam o caráter preocupante do fenômeno. Em 2023, o país alcançou o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 83.988 vítimas, das quais 76% eram vulneráveis¹. Esses números representam apenas uma parcela da violência sexual sofrida pela população, uma vez que os registros correspondem apenas aos casos que foram notificados às autoridades policiais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Em relação à faixa etária, 11,1% das vítimas eram bebês e crianças com idades entre 0 e 4 anos, 18% das vítimas tinham entre 5 e 9 anos e 32,5% entre 10 e 13 anos. Ou seja, as vítimas com idade entre 0 e 13 anos constituem 61,6% dos estupros no Brasil. Em 88,2% dos casos, as vítimas eram do sexo feminino, sendo 11,8% do sexo masculino. As principais vítimas foram pessoas pretas e pardas, totalizando 52,2%, enquanto 46,9% das vítimas eram brancas. Entretanto, essa análise pode ser enviesada pela qualidade do preenchimento do item "raça/cor" nos boletins de ocorrência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

¹ Menores de 14 anos ou incapazes de consentir por qualquer motivo, como deficiência ou enfermidade.

Na faixa etária entre 0 e 13 anos, 64% dos abusadores eram familiares e 22,4% eram conhecidos, mas sem parentesco. Apenas 13,6% das ocorrências foram praticadas por pessoas desconhecidas. Entre as vítimas de 14 anos ou mais, 38% dos casos foram praticados por parceiros ou ex-parceiros íntimos da vítima, 31,2% por familiares e 13,2% por outros conhecidos. Apenas 17,6% dos estupros foram praticados por desconhecidos. Além disso, 64,7% dos estupros de vulnerável ocorrem na própria residência da vítima (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Esses números evidenciam que o abuso sexual é um fenômeno que afeta desproporcionalmente meninas no Brasil, refletindo as dinâmicas de desigualdade de gênero presentes em uma sociedade marcada pelo machismo e pelo patriarcado. Essas estruturas culturais e sociais perpetuam a subjugação das mulheres, normalizam a violência de gênero e silenciam as vítimas, criando um ambiente de impunidade para os agressores (Saffioti, 2015).

Sob a lógica patriarcal, o corpo feminino é frequentemente objetificado e controlado, sendo alocado em papéis sociais de vulnerabilidade que aumentam a exposição à violência, incluindo o abuso sexual. Além disso, o machismo impõe estigmas que culpabilizam as vítimas e dificultam a revelação do abuso, reforçando o silêncio e a invisibilidade do problema. Essa realidade também impacta a formulação de políticas públicas, que frequentemente falham em atender às especificidades das mulheres sobreviventes de abuso sexual.

Uma revisão integrativa de literatura realizada sobre o abuso sexual de mulheres, nas bases de dados SciELO Brasil, LILACS, PePSIC, PsycINFO e Portal de Periódicos CAPES resultou em 1089 artigos, dos quais apenas 10 tratavam das repercussões do abuso sexual na infância e adolescência. Os estudos analisados tendem a reduzir a experiência feminina à esfera dos relacionamentos amorosos e sexuais, desconsiderando outras dimensões da vivência das mulheres, como as relações interpessoais, familiares, a esfera profissional, a autoimagem e as possíveis estratégias de enfrentamento.

A pesquisadora tem interesse sobre o tema desde o início da graduação, que se intensificou após sua participação em um curso de formação e capacitação para o atendimento a mulheres em situação de violência, realizado na cidade em que reside. Durante esse curso, foi possível observar que os profissionais que atuavam na rede de assistência às mulheres em situação de violência levantaram questões a respeito da dificuldade de lidar com esses casos. Essa experiência inspirou a pesquisa de mestrado da pesquisadora, que objetivou compreender a experiência de profissionais no atendimento a mulheres em situação de violência em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (Incerpe & Cury, 2020).

O abuso sexual sofrido durante a infância e a adolescência é considerado um importante fator de risco para complicações físicas, psicológicas, sexuais e sociais na vida adulta. Destacam-se as repercussões para a saúde mental das vítimas, que podem apresentar baixa autoestima, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), dificuldade para dormir, transtorno de personalidade borderline, autolesão, comportamento suicida, transtorno psicótico e alucinações auditivas (Cruz et al., 2021; Hailes et al., 2019; Platt et al., 2018; Pulverman et al., 2018).

As repercussões citadas chegam aos profissionais de saúde, mas poucas vezes são associadas à vivência do abuso sexual. Tal cenário faz com que a vítima peregrine entre vários serviços sem o tratamento adequado. A vivência se prolonga e, conseqüentemente, também os seus impactos. Portanto, torna-se importante reconhecer a violência e intervir no campo das repercussões do abuso sexual na infância ou na adolescência (Cruz et al., 2021).

Diante do exposto, esta pesquisa de doutorado objetivou compreender fenomenologicamente a experiência de mulheres cisgênero que relatam ter sofrido abuso sexual na infância ou adolescência. As mulheres cisgênero enfrentam uma dinâmica particular de violência que está diretamente ligada ao machismo estrutural, à objetificação do corpo feminino e à socialização que lhes é imposta desde a infância, perpetuando desigualdades de poder e

vulnerabilidades específicas. É importante ressaltar que esse recorte não desconsidera as experiências de mulheres transgênero, que enfrentam violências igualmente graves e com dinâmicas próprias, as quais demandam outro tipo de análise, que contemple as especificidades dessa realidade.

O texto da tese está organizado em quatro capítulos.

O capítulo 1, intitulado “Questões conceituais e pesquisas contemporâneas sobre abuso sexual”, é dividido em duas partes, sendo a primeira delas uma apresentação de conceitos teóricos em relação ao abuso sexual e a violência, importantes para o desenvolvimento deste estudo. A segunda parte compõe uma revisão integrativa de literatura acerca das repercussões do abuso sexual na vida adulta das mulheres, incluindo publicações recentes nacionais e internacionais.

O capítulo 2, “O percurso metodológico”, apresenta o método fenomenológico husserliano, adotado pelo grupo de pesquisa “Atenção psicológica clínica em instituições: prevenção e intervenção”, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da PUC-Campinas. Além disso, inclui uma descrição sobre as participantes e os procedimentos realizados.

O terceiro capítulo, intitulado “As narrativas dos encontros dialógicos”, apresenta as narrativas compreensivas escritas após os encontros dialógicos com cada participante, bem como a narrativa-síntese.

O capítulo 4, “Elementos estruturantes da experiência: diálogos entre autores clássicos e pesquisas contemporâneas”, apresenta e discute os elementos estruturantes relacionados à vivência das mulheres que sofreram abuso sexual na infância ou adolescência, à luz das proposições da fenomenologia clássica de Edmund Husserl e de seus colaboradores e em pesquisas atuais sobre o tema.

Mas sabemos, ou deveríamos saber, que toda diminuição de poder é um convite à violência – quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência.

Hannah Arendt

Capítulo 1: Questões Conceituais e Pesquisas Contemporâneas Sobre Abuso Sexual

Este capítulo está dividido em duas partes, sendo a primeira delas uma apresentação de conceitos importantes para o desenvolvimento deste estudo, tais como: violência, violência sexual, exploração sexual, abuso sexual, estupro etc. A segunda parte compõe uma revisão integrativa de literatura acerca das repercussões do abuso sexual na vida adulta das mulheres, incluindo publicações recentes nacionais e internacionais.

Abuso Sexual: Questões Conceituais

A palavra violência tem origem do latim *violentia*, do verbo *violare*, que significa tratar com violência, profanar, transgredir. Na tradição greco-romana, o termo indica algo que foi desviado do seu curso natural pelo uso de força externa, produzindo danos físicos ou psíquicos (Paviani, 2016).

Chauí (1985) compreende a violência como um ato determinado pelas relações de força, sociais e interpessoais. Trata-se de uma relação assimétrica e hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão, que não considera o ser humano como um sujeito, mas como um objeto. “[A violência] se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência” (p. 35).

Nesse sentido, existe uma diferenciação importante entre força e violência, sendo que a força, quando usada exclusivamente, objetiva a destruição de uma das partes e conseqüentemente, da própria relação. Por outro lado, a violência objetiva a manutenção da relação, porém uma das partes é anulada e passa a obedecer à vontade e à ação da outra (Chauí, 1985).

Assim, violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam (Chauí, 1985, p. 35).

De acordo com Dahlberg e Krug (2006), a violência pode ser dividida em três grandes categorias, de acordo com aquele que pratica o ato: (1) violência autodirigida; (2) violência interpessoal e (3) violência coletiva. A violência autodirigida é subdividida em comportamento suicida (ideação, tentativa de suicídio e suicídio consumado) e agressão auto infligida (autolesão). A violência interpessoal subdivide-se em (1) violência de família e parceiros íntimos (intrafamiliar) – praticada entre pessoas da mesma família ou companheiros íntimos e (2) violência na comunidade (extrafamiliar) – entre indivíduos sem relação pessoal, desconhecidos ou não. A violência coletiva pode ser subdividida em violência social, política e econômica. A violência coletiva inclui crimes de ódio praticados por grupos organizados e atos terroristas. A violência política abrange a guerra e a violência do estado. A violência econômica abarca ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico. Em cada uma dessas categorias, a natureza dos atos violentos pode ser: (1) física; (2) sexual; (3) psicológica e (4) relacionada à privação ou ao abandono.

No âmbito desta pesquisa, trataremos sobre a violência sexual, caracterizada pela violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, podendo acontecer na forma de exploração sexual ou abuso sexual. A exploração sexual refere-se à utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais com a intenção de obter lucro ou bens materiais, podendo acontecer por meio da prostituição, da pornografia, do tráfico e do turismo sexual (Comitê

Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2013; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios [MPDFT], 2015).

A palavra “abuso”², etimologicamente originária da junção do prefixo “*ab*” (que se afasta) e do sufixo “*usum*” (usual), significa o que não é usual, o afastamento do uso comum. Além disso, o termo expressa o abuso do poder e de confiança do adulto (grande) em relação à criança (pequeno) (Gabel, 1997).

O abuso sexual pode ser definido como uma forma de violação sexual “praticada por um adulto ou alguém mais velho em relação a uma criança ou a um adolescente, com o intuito de satisfazer-se sexualmente, valendo-se de poder ou autoridade” (MPDFT, 2015, p. 9).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um marco extremamente importante para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, define o abuso sexual como “toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros” (MMFDH, 2022, p. 220). De acordo com Art. 241-D do mesmo documento, são considerados crimes: “aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso” (p. 129).

A Organização Mundial da Saúde, no Relatório da Consulta sobre a Prevenção do Abuso de Crianças, estabeleceu uma definição mais detalhada, considerando questões não apontadas anteriormente, como o fato de que a criança não compreende o abuso sexual, do ponto de vista maturacional e, portanto, não é capaz de oferecer consentimento (World Health Organization [WHO], 1999).

O abuso sexual é definido como o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ela não compreende totalmente, é incapaz de dar consentimento informado, ou para

² Embora alguns autores critiquem esse termo, salientando que não existe um uso permitido quando se trata do abuso sexual, ao entrar em contato com a literatura recente sobre o tema, foi observado que esse é o termo mais utilizado no cenário brasileiro e, portanto, será adotado ao longo deste trabalho.

a qual a criança não está preparada em termos de desenvolvimento, ou ainda que viole as leis ou tabus sociais da sociedade. As crianças podem ser abusadas sexualmente tanto por adultos como por outras crianças que se encontram – em virtude da sua idade ou fase de desenvolvimento – numa posição de responsabilidade, confiança ou poder sobre a vítima (WHO, 1999, p. 15, tradução nossa).

O abuso sexual pode acontecer (1) sem contato físico – através de palavras ou telefonemas obscenos, voyeurismo, exposição dos órgãos sexuais (exibicionismo) e à pornografia e (2) com contato físico – carícias, manipulação dos órgãos sexuais, sexo oral, vaginal ou anal (Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde, 2007; MPDFT, 2015).

Dessa forma, entende-se que o abuso sexual é uma das formas de violência sexual, em que são utilizados atos de natureza majoritariamente sexual, mas podem estar presentes atos de violência física e psicológica, ressaltando três desigualdades — de poder, de geração (um adulto e uma criança/adolescente) e de gênero (homens que violentam mulheres).

As definições citadas até o momento refletem um entendimento do ponto de vista psicológico do tema, a partir de documentos de órgãos públicos, como a Organização Mundial da Saúde. Porém, devido ao amplo uso de termos jurídicos para se referir aos casos de abuso sexual, serão apresentados alguns termos legais, que costumam ser utilizados e podem gerar ambiguidades.

No Código Penal Brasileiro, entre os crimes contra a liberdade sexual, pode-se citar o estupro, descrito pelo art. 213 (redação dada pela Lei n. 12.015/2009) como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Brasil, 1940). A conjunção carnal refere-se à penetração total ou parcial do pênis na vagina, com ou sem o objetivo de procriação e com ou sem ejaculação. O ato libidinoso pode incluir o sexo anal ou oral, toques, beijo lascivo, contatos

voluptuosos, contemplação lasciva (sem contato) ou qualquer ato com conotação sexual, com a finalidade de satisfazer a libido. A lei diz respeito especificamente aos atos, portanto, não incluindo palavras ou texto escrito (Capez, 2020).

Nesse sentido, podem existir duas situações: (1) a vítima é forçada a ter uma conduta ativa, ou seja, praticar os atos libidinosos, como realizar sexo oral e/ou (2) a vítima é forçada a ter uma conduta passiva, isto é, permitir que abusador nela pratique atos libidinosos, como realizar sexo anal (Capez, 2020).

Além do estupro, estão previstos os crimes de violação sexual mediante fraude, importunação sexual e assédio sexual. O art. 215-A, inserido no Código Penal pela Lei n. 13.718/2018, define a importunação sexual como: “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” (Brasil, 1940). São exemplos: passar a mão nas partes íntimas e masturbação direcionada ao abusador da violência, com o objetivo de satisfazer o desejo sexual do próprio sujeito ou de terceiros. A diferenciação entre o estupro e a importunação sexual consiste no fato de que se o ato for praticado mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa, o crime será o de estupro (Capez, 2020).

Constam ainda no Código Penal os crimes sexuais contra vulnerável, aplicados nos casos de menores de quatorze anos e pessoas que não possuem discernimento para a prática do ato, devido a alguma enfermidade ou deficiência mental. De acordo com o Art. 271-A, o estupro de vulnerável é definido como “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de quatorze anos” (Brasil, 1940).

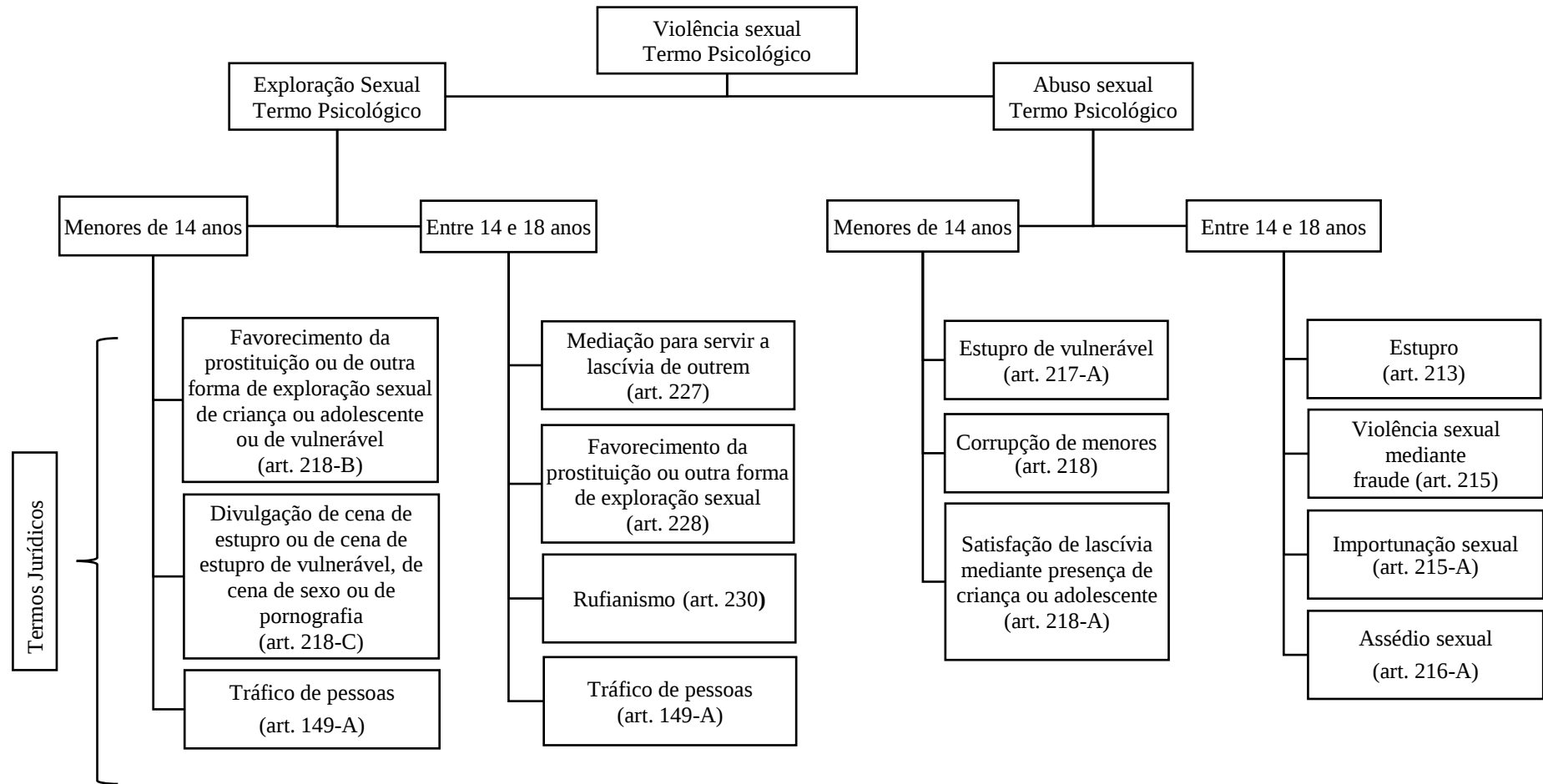
É importante ressaltar que as penas previstas se aplicam independentemente do consentimento da vítima, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente. Além disso, são citados os seguintes crimes: corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da

prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável e divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (Brasil, 1940).

Os conceitos apresentados no início deste capítulo, violência sexual, abuso sexual e exploração sexual, referem-se ao âmbito psicológico e são mais abrangentes. Por outro lado, os conceitos apresentados do ponto de vista jurídico são mais específicos e diversos artigos do Código Penal referem-se ao que definimos amplamente como abuso sexual, por exemplo. Dessa forma, para melhor compreensão, estão organizados na Figura 1 os termos utilizados pela Psicologia e quais as suas correspondências no âmbito do Direito Penal.

Figura 1

Termos utilizados pela Psicologia e pelo Direito Penal



Pesquisas Sobre as Repercussões do Abuso Sexual na Vida Adulta

Partindo do tema de pesquisa, surgiu a necessidade de identificar a produção científica nacional e internacional em Psicologia sobre as repercussões do abuso sexual na vida adulta das mulheres. Em vista disso, foi realizada uma revisão integrativa de literatura, cuja metodologia proporciona a síntese do conhecimento e a aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática, além da compreensão mais ampla do fenômeno em questão, pois inclui estudos experimentais e não-experimentais (Cronin & George, 2020; Elsbach & Knippenberg, 2020; Souza et al., 2010).

A estratégia PICO (*Patient, Intervention, Comparison e Outcome*) foi utilizada como inspiração para construção da pergunta de pesquisa que guiou a revisão de literatura, uma vez que a intenção não era avaliar um tipo específico de intervenção, mas pesquisar sobre as repercussões do abuso sexual na vida adulta (Santos et al., 2007). As participantes dos estudos revisados foram mulheres adultas que vivenciaram abuso sexual na infância ou adolescência, e esperava-se encontrar como desfecho, as repercussões do abuso sexual na infância ou adolescência ao longo da vida. Portanto, a questão que norteou a revisão foi a seguinte: quais as repercussões na vida adulta de mulheres que relatam ter vivenciado abuso sexual na infância ou adolescência?

A partir da pergunta foi realizada uma busca nas bases de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO Brasil), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), PsycINFO e Portal de Periódicos CAPES. Em um primeiro momento, possíveis descritores foram selecionados, de acordo com a lista de Terminologia em Psicologia disponível no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS – Psi Brasil), sendo eles: “abuso sexual”, “abuso da criança”, “agressões sexuais” e “mulheres”.

Na base de dados SciELO, foram utilizados os descritores “abuso sexual” e “mulheres”, em todos os índices, resultando em 45 artigos. Na base de dados LILACS, também foram utilizados os descritores “abuso sexual” e “mulheres”, com a opção descritor de assunto, resultando em 15 artigos. Na base de dados PePSIC, foi utilizado o descritor “abuso sexual na infância”, com a opção todos os índices, resultando em 5 artigos. Na base de dados PsycINFO, foi utilizado apenas o descritor “*sexual abuse*”, tendo sido encontrados 1.089 artigos. Na base de dados Portal de Periódicos CAPES, foram utilizados os descritores “*sexual abuse*” e “*adult women*” resultando em 1.541 publicações.

As publicações foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios de inclusão: (1) artigos empíricos com acesso aberto publicados na íntegra em revistas indexadas e revisadas por pares; (2) em língua portuguesa, inglesa ou espanhola; (3) publicados entre 2013 e 2021 e (4) artigos que abordassem as repercussões do abuso sexual na infância ou adolescência. Foram considerados os artigos que abordaram o abuso sexual vivido até os 18 anos, pois entende-se como crianças aqueles que possuem até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos incompletos.

Os critérios de exclusão foram os seguintes: (1) livros, capítulos de livro, dissertações e teses; (2) revisões de literatura e (3) artigos que abordavam o abuso sexual como tema secundário, relacionado a uma patologia prévia (obesidade, vírus da imunodeficiência humana, dor pélvica crônica, doença cardiovascular) ou população específica³ (mulheres bissexuais e homossexuais, mulheres grávidas, mulheres encarceradas, mulheres abrigadas e em situação de rua).

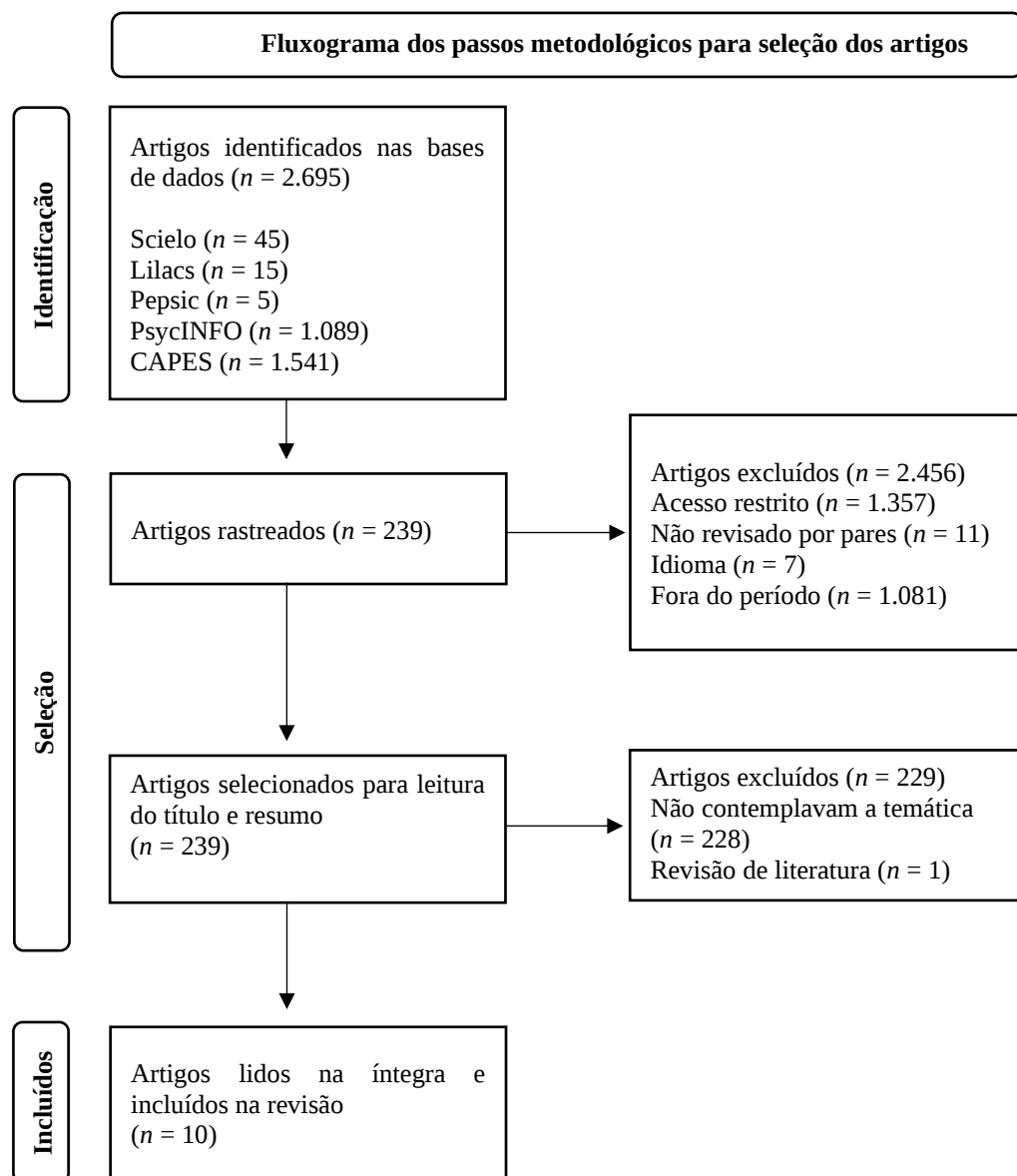
Após a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados e aplicação dos critérios descritos, foram selecionados 5 artigos da base de dados SciELO e 5 artigos do Portal de Periódicos CAPES. Nenhum artigo das bases LILACS, PePSIC e PsycINFO foi selecionado.

³ Uma vez que essas populações não constituíram o foco desta pesquisa.

No total, foram escolhidos 10 artigos para leitura aprofundada e análise, buscando destacar os pontos principais da literatura e realizar uma reflexão crítica, de modo a contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre mulheres que relatam ter sofrido abuso sexual na infância ou adolescência. Na Figura 2, encontra-se o fluxograma dos passos metodológicos utilizados para seleção dos artigos desta revisão.

Figura 2

Fluxograma dos Passos Metodológicos para Seleção dos Artigos



Foram selecionados 10 artigos, sendo 5 deles publicados em revistas brasileiras e 5 em revistas internacionais. Em relação ao idioma, 4 artigos foram publicados na língua portuguesa, 5 na língua inglesa e apenas 1 artigo na língua espanhola. Os anos de publicação foram distribuídos, não apresentando uma diferença significativa, sendo 1 artigo publicado em 2009, 2 artigos em 2018, 2 artigos em 2017, 1 em 2016 e 2 artigos em 2013. Os anos de 2015 e 2014 apresentaram somente 1 publicação.

Os artigos internacionais foram publicados majoritariamente por pesquisadores estadunidenses, em sua maioria da área médica, sendo que apenas um artigo foi publicado por autores espanhóis. Não houve uma predominância entre as instituições dos autores e os periódicos publicados. Não houve predominância de nenhum periódico. No que diz respeito à área de formação dos autores, três artigos eram da área de enfermagem, 1 da área de psicologia e 1 da área de ciências médicas.

Nas publicações nacionais, os autores explicitaram o tipo de pesquisa realizado, prevalecendo os estudos de abordagem qualitativa. As amostras, em sua maioria, foram pequenas, variando entre 8 e 10 mulheres. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram diversos: entrevista em profundidade, entrevista não estruturada, entrevista semiestruturada, entrevista com questionário, relatos indiretos de uma rede social, questionários e escalas. Os dados foram analisados predominantemente pela análise de conteúdo temática.

Em contrapartida, a maior parte das pesquisas empíricas internacionais não citou explicitamente o tipo de pesquisa realizado, mas entende-se que eram estudos quantitativos ou mistos. Os estudos possuíam amostras maiores, quando comparados aos nacionais, variando entre 60 e 1.013 participantes. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: autorrelato, questionários, escalas, inventários e entrevista. Todos os trabalhos utilizaram análise estatística para análise dos dados, o que difere das pesquisas brasileiras. Diversos

estudos apontaram como limitação o fato de o abuso sexual ser um fenômeno pesquisado exclusivamente a partir da memória das participantes (Fornari et al., 2018; Lestrade et al., 2013; López et al., 2017). Os trabalhos selecionados foram organizados em ordem cronológica e suas principais informações encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1
Artigos Selecionados Para Revisão

Nº	Autores (ano)	Título	Periódico
1	Correia et al. (2009)	Violência na infância e adolescência: história oral de mulheres que tentaram suicídio	Revista Brasileira de Enfermagem
2	Lestrade et al. (2013)	High-risk sexual behaviors among depressed Black women with histories of intrafamilial and extrafamilial childhood sexual abuse	Child Abuse & Neglect
3	Oliveira, Kerr-Corrêa, Lima, Bertolote e Tucci (2013)	Sexual abuse and alcohol use among women in metropolitan São Paulo, Brazil: a general population study	Revista Brasileira Epidemiologia
4	Rinehart, Yeater, Musci, Letourneau e Lenberg (2014)	The role of ethnicity, sexual attitudes, and sexual behavior in sexual revictimization during the transition to emerging adulthood	Child Maltreatment
5	Staples et al. (2015)	Alcohol myopia and sexual abdication among women: Examining the moderating effect of child sexual abuse	Addictive Behaviors
6	Sartor e O'Malley (2016)	Brief report: a web-based pilot study of childhood sexual abuse, recent stressful events, and alcohol use in women	American Journal on Addictions
7	Lira et al. (2017)	Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta	Texto & Contexto Enfermagem

8	López et al. (2017)	Impacto del abuso sexual durante la Infância-adolescencia em las relaciones sexuales y afectivas de mujeres adultas	Gaceta Sanitaria
9	Fornari et al. (2018)	As perspectivas de gênero e geração nas narrativas de mulheres abusadas sexualmente na infância	Revista Latino- Americana de Enfermagem
10	Krindges e Habigzang (2018)	Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância	Estudos de Psicologia

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

De forma geral, os trabalhos selecionados buscaram compreender as repercussões do abuso sexual na vida adulta das mulheres, em relação a aspectos específicos, como tentativa de suicídio, regulação emocional, satisfação sexual, comportamento sexual de risco, disfunções sexuais, relacionamentos afetivos, abuso sexual na vida adulta e consumo de álcool. É importante ressaltar que todos os estudos internacionais tinham como objetivo estabelecer relações entre três ou mais variáveis, possivelmente pelo fato de serem pesquisas quantitativas. Como o abuso sexual dificilmente apareceu de forma isolada, relacionando-se com outros aspectos da experiência vivida pelas mulheres, será apresentada uma análise qualitativa dos estudos, agrupando-os, apenas para efeito didático, em três grandes campos:

A família como um lugar de ambiguidade

As pesquisas ressaltam que o abuso sexual infantil ocorre com frequência nos espaços domésticos, sendo os abusadores do sexo masculino, como pais, padrastos, irmãos e primos (Fornari et al., 2018; Lestrade et al., 2013; Lira et al., 2017; Krindges & Habigzang, 2018). Esse

tipo de abuso, chamado de intrafamiliar, quando revelado, gera consequências para a dinâmica familiar e faz com que a criança tenha uma percepção ambígua sobre essas relações, pois rompe o imaginário da família como um lugar que garante a segurança (Lira et al., 2017). Os abusadores utilizam situações em que estão a sós com a criança, geralmente vistas como demonstração de cuidado e carinho, muitas vezes utilizando da fantasia e do lúdico. Aproveitam de situações características da infância, como as brincadeiras, para praticar os abusos sexuais, impedindo que a criança ou adolescente possa reconhecer imediatamente a violência e que os abusadores possam ser responsabilizados (Fornari et al., 2018).

A responsabilização do abusador é dificultada, pois ele geralmente ocupa uma posição de confiança e/ou poder nas relações familiares, fazendo com que diante da revelação, negue a acusação e a criança ou adolescente seja desacreditado (Correia et al., 2019; Krindges & Habigzang, 2018). Depois da revelação, o trabalho de Lira et al. (2017) ressalta as repercussões para a relação entre a mãe e a filha, destacando que o afastamento materno é uma reação comum quando abusador é o pai ou o padrasto. A mãe pode buscar maneiras de omitir ou justificar a conduta do parceiro, culpabilizando o comportamento da criança ou adolescente pela vivência abusiva. Em último caso, o abuso pode ser revelado por uma gravidez, que pode ser interrompida ou mantida, de acordo com o desejo da mãe. É importante destacar que as situações reveladas e não reconhecidas pelos adultos, podem resultar em uma gestação, caso os abusos continuem acontecendo (Lira et al., 2017).

Após o abuso sexual na infância, o sentimento de culpa é gerado e pode contribuir para a dificuldade de contar para familiares ou pessoas conhecidas (Fornari et al., 2018). As meninas vivenciam situações de invalidação, humilhação, desamparo, rejeição, abuso físico, emocional e de ambivalência ao longo do desenvolvimento (Correia et al., 2019; Krindges & Habigzang, 2018). Além disso, o comportamento suicida na vida adulta pode estar relacionado à ausência de afetividade na infância e a violação do acesso ao lazer (Correia et al., 2019).

Entende-se que o não reconhecimento da violência por parte das crianças, a forma como a revelação acontece e como a família acolhe a situação abusiva são fatores que influenciam nas repercussões a curto e longo prazo na vida das mulheres.

Repercussões emocionais, amorosas e sexuais

A vivência do abuso pode gerar intenso sofrimento emocional e se prolongar até a vida adulta. A literatura aponta sentimentos de vergonha, tristeza, confusão, medo, nojo, pensamentos repetitivos sobre o evento, baixa autoestima, baixo desempenho para realizar tarefas, raiva, pesadelos, evitação de contatos físicos com outras pessoas e vingança; culminando em situações extremas, como tentativas de homicídio (em relação ao abusador), ideação e tentativa suicida e comportamentos autodestrutivos (Krindges & Habigzang, 2018; Lira et al., 2017).

No estudo realizado por Krindges e Habigzang (2018) especificamente sobre a regulação emocional, as mulheres destacaram uma alta intensidade de expressão, dificuldades para lidar com as emoções e descontrole emocional. Foi observado que as mulheres que vivenciam abuso sexual infantil intrafamiliar, demonstraram níveis mais elevados de desregulação emocional. Além disso, as mulheres que sofreram mais de um tipo de violência (polivitimização) apresentaram maior dificuldade para regular suas emoções do que aquelas que sofreram um único episódio de abuso. Como consequência de um manejo disfuncional das emoções, as vítimas podem ter dificuldades no âmbito relacional na vida adulta.

A respeito dos relacionamentos amorosos, Krindges e Habigzang (2018) apontam que as mulheres relataram situações conflitivas, de impulsividade e o medo da repetição de situações abusivas na idade adulta. O medo e o nojo, emoções comumente vivenciadas pelas vítimas, podem contribuir para dificuldades nas relações amorosas. Embora o medo tenha uma

função adaptativa, ele pode ser utilizado em demasia pelas mulheres a fim de evitar novas situações de abuso. Staples et al. (2015) também sugerem que as mulheres vítimas são mais propensas a associar sexo a emoções negativas do que as mulheres que não sofreram abuso.

Em relação à sexualidade, os estudos enfatizaram que o abuso sexual, principalmente em idade precoce, pode contribuir para um comportamento hipersexualizado, iniciação sexual antecipada e número maior de parceiros sexuais (Krindges & Habigzang, 2018; Lira et al., 2017; Staples et al., 2015). As mulheres abusadas relataram diagnósticos de doenças sexualmente transmissíveis, comportamentos sexuais de alto risco (fazer sexo com estranhos, trocar sexo por dinheiro ou drogas) e foram emocionalmente coagidas a terem relações sexuais (Lestrade et al., 2013). Além disso, as mulheres com histórico de abuso sexual na infância relataram mais parceiros sexuais ao longo da vida, deixando-as mais propensas a experimentar o abuso sexual na vida adulta de forma mais grave (Rinehart et al., 2014). Outras adversidades citadas foram a prostituição, a dificuldade para se relacionar com pessoas do mesmo sexo do abusador e a dificuldade para ter orgasmo (Lira et al., 2017). Krindges e Habigzang (2018) argumentam que a ocorrência de apenas um episódio de abuso sexual infantil pode não afetar significativamente o funcionamento sexual em comparação a vítimas recorrentes.

O estudo realizado por López et al. (2017) salienta que mulheres adultas que sofreram abuso sexual na infância e adolescência apresentam mais disfunções sexuais, menor satisfação com a vida sexual, menor desejo sexual, menor excitação, menor frequência de orgasmo, além de dor e rejeição em suas relações sexuais. No caso de mulheres que foram abusadas por pessoas conhecidas, a satisfação em relação a vida sexual é baixa (40% estavam muito insatisfeitas ou pouco satisfeitas). Entretanto, quando o abusador era um estranho, observou-se maior capacidade de atingir o orgasmo (59,4%), menos dor e maior aceitação da relação sexual (15,9%). As situações de abuso sexual na infância e adolescência com tentativa de penetração ou penetração estão associadas a maiores dificuldades de excitação, maior rejeição e perda do

desejo sexual, mas também com uma possível polarização do desejo sexual (nunca sentir desejo sexual ou ter desejo todos os dias ou mais de uma vez por semana).

Lestrade et al. (2013) relatam que as mulheres que sofreram abuso por familiares tiveram mais comportamentos sexuais de alto risco nos últimos seis meses do que mulheres abusadas por desconhecidos. Os autores oferecem uma explicação para a relação entre o abuso sexual infantil intrafamiliar e o funcionamento sexual, baseada na teoria do apego desenvolvida por Bowlby. Como citado anteriormente, os pais ou cuidadores representam para as crianças figuras de proteção e cuidado, por isso, quando se sentem ameaçadas ou angustiadas, elas procuram seus pais. A abertura e o acolhimento dos pais moldam a percepção das crianças sobre sua importância e valor. Dessa forma, quando figuras de apego são responsáveis pelos abusos, a criança vivencia desejos ambíguos de fugir e buscar proximidade, comprometendo a capacidade das crianças de perceberem adequadamente situações de risco.

Esses achados indicam que o grau de proximidade com o abusador e o tipo de violência praticado podem influenciar na maneira como as mulheres lidam com o abuso. Krindges e Habigzang (2018) esclarecem que o vínculo que a vítima possui com o abusador, a frequência em que o abuso ocorreu, a idade da vítima, a presença de figuras protetoras e a polivitimização são fatores de risco para o abuso sexual na idade adulta. A pesquisa realizada por Oliveira et al. (2013) aponta como uma limitação o fato de ter utilizado apenas a variável de abuso sexual na infância de uma forma geral, considerando apenas a ocorrência ou não, sem discriminar outros fatores que podem ter influenciado na experiência vivida pelas mulheres.

Por outro lado, Lira et al. (2017) apontam que independentemente do número de episódios ou do tipo de abuso, as repercussões da experiência se potencializaram, acarretando sérios prejuízos emocionais, que passaram a integrar o cotidiano das mulheres. Diante das pesquisas citadas, acredita-se que a afirmação de Lira et al. (2017) possa ser uma generalização equivocada, já que diversos estudos apontaram a influência de outras variáveis na repercussão

do abuso sexual na vida adulta (Krindges & Habigzang, 2018; Lestrade et al., 2013; López et al., 2017).

Consumo de álcool e transtornos mentais

Alguns estudos indicam que o consumo de álcool em excesso foi associado ao abuso sexual ao longo da vida (Oliveira et al., 2013; Staples et al., 2015). O estudo realizado por Staples et al. (2015) tinha como objetivo examinar a influência da intoxicação alcoólica aguda, abuso sexual na infância e conflito de inibição na abdicação sexual (deixar o parceiro decidir até onde ir sexualmente) e revelou que em situações com alto conflito (presença do preservativo), as intenções de abdicação foram maiores entre as mulheres abusadas na condição de álcool do que na condição de controle. Além disso, as intenções de abdicação foram maiores entre as mulheres sóbrias que não sofreram abuso sexual do que as mulheres sóbrias que foram abusadas sexualmente. Talvez como resultado de experiências anteriores de abuso, as mulheres aprenderam a associar comportamento sexual com medo ou ansiedade e são mais cautelosas em situações sexuais quando sóbrias, tornando-as menos propensas a abdicar.

Em contrapartida, na pesquisa realizada por Sartor e O'Malley (2015), a fim de examinar a relação entre abuso sexual na infância, eventos estressantes e consumo de álcool em mulheres, os autores não observaram uso mais pesado de álcool ou maior exposição a eventos estressantes em mulheres com história de abuso.

O abuso sexual também foi associado a transtornos mentais, como transtorno depressivo maior, recorrente, grave sem características psicóticas, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno obsessivo compulsivo, ansiedade e ideação suicida (Correia et al., 2019; Lestrade et al. 2013; Lira et al., 2017; Oliveira et al., 2013). Esse aspecto, embora importante do ponto de

vista psicológico, não foi aprofundado pelas pesquisas, portanto, ressalta-se a necessidade de estudos que busquem compreender as vivências psicopatológicas dessas mulheres.

Foi possível observar que as pesquisas ressaltaram aspectos negativos da experiência vivida, deixando de lado possíveis formas de enfrentamento e superação ao sofrimento desenvolvidas pelas mulheres. Nesse sentido, apenas uma pesquisa citou a importância da psicoterapia e outra mencionou a rede de apoio, aspectos que são considerados fundamentais para o acolhimento da mulher vítima de abuso.

Constata-se que existe uma tendência das pesquisas em focar nos relacionamentos amorosos e sexuais vivido pelas mulheres que foram vítimas deste tipo de violência, uma vez que o abuso sexual viola um espaço íntimo que é compartilhado apenas com parceiros sexuais e/ou amorosos e por isso, situações que envolvam o sexo tendem a recordar o abuso vivido. Entende-se a importância de pesquisar sobre essa questão, mas sugere-se que outros estudos sejam realizados a fim de compreender como as mulheres estabelecem os seus relacionamentos interpessoais, para além daqueles sexuais e/ou amorosos. Os estudos selecionados fizeram menções restritas a como as mulheres percebem a si mesmas, sendo que o autoconceito é importante para a construção dos relacionamentos interpessoais, seria significativo esclarecer essa relação.

Esta revisão também aponta para a necessidade dos pais e cuidadores se atentarem a respeito da escuta e do acolhimento às crianças e adolescentes que possam ter vivido situações de abuso sexual. Especialmente no caso das mães, que se deparam com uma situação conflituosa entre o parceiro e a filha e muitas vezes são coniventes com o abuso sexual praticado.

É importante salientar que foi utilizado um recorte específico, considerando o abuso sexual vivido até os dezoito anos e suas implicações na vida adulta. Finalmente, espera-se que

esta revisão tenha ampliado a compreensão sobre o abuso sexual na infância ou adolescência e possibilite novos estudos acerca desse tema.

*O real não está na chegada, nem na despedida, mas no meio da
travessia.*

Guimarães Rosa

Capítulo 2: O Percurso Metodológico

O presente estudo foi desenvolvido como uma pesquisa qualitativa e adotou o método fenomenológico clássico criado pelo filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938). A fenomenologia tem sido utilizada como um aporte teórico-metodológico nas pesquisas empíricas do campo das ciências psicológicas, favorecendo a compreensão da experiência vivida pelas pessoas (Espíndula & Goto, 2019).

Neste capítulo, a referência será o método fenomenológico husserliano adotado pelo grupo de pesquisa “Atenção psicológica clínica em instituições: prevenção e intervenção”, vinculado à linha de pesquisa “Intervenções Psicológicas e Processos de Desenvolvimento Humano” e à área de concentração “Psicologia como Profissão e Ciência” do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da PUC-Campinas.

O grupo, orientado pela Profa. Dra. Vera Engler Cury, tem realizado pesquisas que buscam investigar modalidades de intervenções psicológicas em instituições, além de compreender como se estruturam as experiências intersubjetivas vividas por profissionais e usuários em diversos contextos, a partir da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e da fenomenologia clássica de Edmund Husserl (Cury, 2021).

O Método Fenomenológico Clássico Husserliano

Husserl nasceu em 8 de abril de 1859 em Prossnitz, na Morávia (atual República Tcheca) e estudou matemática, física e astronomia na universidade de Leipzig. Defendeu seu doutorado em 1882 na Universidade de Viena com a tese “O cálculo das variações” (Goto, 2007; Zilles, 1977/2002). Foi aluno de autores importantes, como Wilhelm Wundt, Carl Stumpf e Franz Brentano, sendo este último responsável pela transição de Husserl da matemática para

a filosofia. Em seus primeiros estudos acadêmicos, antes do surgimento da fenomenologia, Husserl buscou na psicologia uma fundamentação para a lógico-matemática. Após frustrar-se com as investigações psicológicas, publicou as “Investigações Lógicas”, texto responsável por inaugurar a fenomenologia, a “teoria das teorias” (Goto, 2007, p. 32). Isso significa que Husserl estava propondo que a Fenomenologia fosse uma ciência propedêutica, ou seja, uma ciência que se estabelecesse enquanto fundamento de outras ciências.

Além disso, publicou em 1910, o artigo “Filosofia como ciência de rigor” e em 1913, “Ideias relativas a uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica”, obras que deram o status científico e epistemológico que a fenomenologia almejava. Em 1916, Husserl assumiu o cargo de professor em Freiburg e em 1935 fez uma palestra sobre a filosofia na crise da humanidade europeia em Viena. Em novembro do mesmo ano, discursou na universidade de Praga sobre a crise das ciências europeias e a fenomenologia (Zilles, 1977/2002).

Para compreender o pensamento de Husserl, é importante distinguir três momentos da sua carreira: o primeiro Husserl, que tem como marco a obra “Investigações lógicas”, em que fenomenologia se confunde com a psicologia (psicologia descritiva); o Husserl das “Ideias relativas a uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica”, que defende uma ruptura entre a fenomenologia transcendental e a psicologia e o último Husserl, marcado pela obra “A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental”, que propõe uma psicologia fenomenológica, buscando mostrar o caminho à subjetividade transcendental a partir do mundo da vida (*Lebenswelt*) e da psicologia (Goto, 2007; Zilles, 1977/2002).

Embora Husserl se aproximasse da tradição filosófica europeia, que tinha como ponto central a razão, ele não se identificava com nenhuma das formas tradicionais de se fazer filosofia, influenciadas majoritariamente pelo ceticismo e pelo relativismo. Além disso, naquela época, as ciências denominadas naturais ou exatas, marcadas principalmente por um viés positivista, eram consideradas bem-sucedidas, do ponto de vista científico. Essa busca por

cientificidade, no campo da filosofia, estava ligada à psicologia, disciplina que fundamentaria a lógica e a teoria do conhecimento ao investigar os fatos psicológicos que definem o homem enquanto sujeito do conhecimento (Goto, 2007; Zilles, 1977/2002).

Husserl enfatizou que a Psicologia, sendo uma disciplina reconhecida pela comunidade científica, poderia levar a filosofia ao status de ciência de rigor de uma maneira diferente daquela adotada pelas ciências naturais. Ele assumiu inicialmente uma crítica ao psicologismo, ou seja, à aplicação da metodologia científica a objetos que não se adequam a tal modelo. A Psicologia Experimental, nesse sentido, seria responsável por naturalizar a consciência (Goto, 2007; Zilles, 1977/2002).

Embora a consciência fosse considerada o campo de interesse tanto da Fenomenologia, quanto da Psicologia, existia uma divergência que necessitava ser destacada por Husserl (1911/2009, p. 27, tradução nossa):

[...] cabe esperar, de antemão, que a Fenomenologia e a Psicologia terão de estar em relações muito próximas, na medida em que ambas têm a ver com a consciência, ainda que em modos diferentes: em “atitudes” distintas. Vamos expressar isso dizendo que a Psicologia tem a ver com a “consciência empírica”, com a consciência na atitude empírica, existindo no contexto da natureza. Ao invés disso, a Fenomenologia tem a ver com a consciência pura, ou seja, com a consciência na atitude fenomenológica.

Dessa forma, Husserl (1986/2020) afirma que a filosofia necessitava de novos pontos de partida e de um método completamente inédito, que pudesse marcar sua diferenciação das ciências naturais. Em sua obra “A ideia da fenomenologia: cinco lições”, de forma epistemológica, desenvolve uma tentativa de fundamentação de sua teoria filosófica (Janssen, 1986/2020).

Essa tentativa, bem-sucedida, ficou conhecida como fenomenologia, termo de origem grega, proveniente da junção das palavras fenômeno (do grego: *phaenomenon*), que significa

aquilo que aparece ou se mostra; e *logia* (do grego: *logos*), que significa razão ou a capacidade de refletir. Então, a fenomenologia pode ser compreendida como a reflexão sobre os fenômenos que são percebidos pela consciência. O fenômeno é tudo aquilo que se mostra disponível no campo da consciência como algo puro e absoluto (Goto, 2007).

A consciência é um ponto central da obra de Husserl e considerado de difícil compreensão, pois ela não existe como um lugar físico, mas como um ponto para qual as operações humanas convergem (Ales Bello, 2006). Husserl, influenciado pelos estudos de Brentano, propõe a noção de intencionalidade. “A palavra intencionalidade não significa outra coisa senão essa característica geral da consciência de ser consciência de alguma coisa, de implicar, na sua qualidade de cogito, o seu cogitatum em si mesmo” (Husserl, 2013, p. 71).

Isso significa que toda consciência é sempre consciência de alguma coisa, portanto não existe objeto sem sujeito e não existe sujeito sem objeto. A consciência é sempre intencional, ela sempre se dirige a alguma coisa (Espíndula & Goto, 2019). A relação entre o ato intencional da consciência (*noesis*) e o que é percebido (*noema*) é chamada de estrutura noético-noemática. É importante destacar que não existe uma separação entre o aparecer dos objetos e o ato intencional. Quando vemos um objeto, temos a vivência intencional desse objeto que aparece enquanto percebido por nós (Fadda & Cury, 2021).

A máxima husserliana propõe “voltar às coisas mesmas” (*zu den Sachen selbst*), no sentido de retornar aos fenômenos percebidos pela consciência, ou seja, na aparição imediata das coisas que se dão em sua autêntica origem, abstendo-se de quaisquer teorias científicas ou filosóficas (Goto, 2007).

De acordo com Husserl (1986/2020) existe uma atitude mental natural na vida pré-científica, subjacente a todo conhecimento. A tese geral da atitude natural envolve a percepção do mundo que está disponível para nós, influenciada pelos nossos julgamentos e juízos de valor. “Este mundo, além disso, não está para mim aí como um mero mundo de coisas, mas, em igual

imediatez, como mundo de valores, como mundo de bens, como mundo prático” (Husserl, 1913/2006, p. 75).

É preciso modificar radicalmente essa atitude por meio da *epoché* fenomenológica, ou seja, colocar a tese geral fora de ação, tirar de circuito ou colocar entre parênteses. Conforme Husserl (1913/2006, p. 82):

O mundo inteiro posto na orientação natural, encontrado realmente na experiência e tomado inteiramente “sem nenhuma teoria”, tal como é efetivamente experimentado e claramente comprovado no nexos das experiências, não tem agora valor algum para nós, ele deve ser posto entre parênteses sem nenhum exame, mas também sem nenhuma contestação. Da mesma maneira, não importa quão boa elas sejam, não importa se são fundadas positivisticamente ou de algum outro modo: todas as teorias e ciências que se referem a este mundo devem sucumbir ao mesmo destino.

A partir da *epoché*, tem-se acesso ao fenômeno em sua essência (*eidos*) pura, ou seja, “aquilo que se encontra no próprio indivíduo como *o que* ele é” (Husserl, 1913/2006, p. 35). Esse momento, chamado de redução eidética, marca a passagem da atitude natural para atitude fenomenológica. A redução eidética permite o acesso às essências dos fenômenos e ao sentido do mundo como fenômeno. Essa redução possibilita chegar ao processo de conhecimento do ser humano, tornando possível o entendimento sobre como a consciência capta os fenômenos e sua constituição, além de descrever as vivências da consciência refinadas de seus elementos empíricos a fim de alcançar as essências puras dos fenômenos (Goto, 2007).

Após a redução eidética, Husserl propõe a redução transcendental, que busca uma conhecer o próprio ser humano, ou seja, refletir sobre quem é esse sujeito e como ele é constituído. Nesse sentido, o eu empírico, constituído por aquilo que é singular de cada sujeito, suas emoções e seus pensamentos, não é o foco, mas sim o eu puro, que se refere à nossa estrutura transcendental, composta por vivência e atos, enquanto seres humanos.

As Vivências Estruturantes do Ser Humano

Para Husserl, a percepção é a porta de entrada para compreender o ser humano, pois é a partir das sensações que entramos em contato com o mundo físico. Em suas obras, o autor utiliza a palavra ato (em alemão: *akt*) e *Erlebnis* (a raiz interna *leb* significa vida). O ver e o tocar são atos, mas são chamados de *Erlebnis* (substantivo) e em português utiliza-se a tradução vivência, que significa “aquilo que nós estamos vivendo” (Ales Bello, 2006, p. 32). Nas pesquisas fenomenológicas, também é comum o uso da palavra experiência, que vem do latino (*experire*) que significa ir ou andar, portanto, compreende-se que o ser humano está sempre em movimento para conhecer as coisas. O caminho que permite o acesso à experiência, seria o contato com as vivências (Ales Bello, 2015).

Tomando como exemplo o ato de tocar, quando tocamos uma mesa, existe o ato de tocar, estou vivendo a experiência de tocar. A mesa existe “fora” de nós, mas enquanto coisa tocada está “dentro”, pois se torna parte de nós. Isso significa dizer que tocar é um ato que estamos vivendo. Nossas vivências são registradas pela nossa consciência, ou seja, estamos conscientes de tocar a mesa, nos damos conta que estamos tocando a mesa. O ato de tocar a mesa, refere-se ao primeiro nível de consciência (atos perceptivos) e o ato de refletir sobre tocar a mesa, refere-se ao segundo nível de consciência (atos reflexivos) (Ales Bello, 2006).

A partir dos atos registrados no corpo, é possível chegar a uma estrutura geral do ser humano: corpo, psique e espírito. Os atos corpóreos referem-se aos instintos em geral, como a sede e a fome; os atos psíquicos são as emoções e as reações, como o impulso para beber ou comer e os atos espirituais correspondem às reflexões, decisões e avaliações. Através do ato pode-se descrever a conexão entre essas três dimensões e embora possam desenvolvê-las em graus diferentes, todas as pessoas possuem essa estrutura geral (Ales Bello, 2006).

De acordo com Ales Bello (2004) existem diferentes atos, como a percepção, a recordação e a imaginação. A percepção se caracteriza por ter um objeto em “carne e osso” diante de si (*leibhaftiggegeben*), ocorrendo uma apresentação (*präsentation*), ou seja, nos é dado algo como presente. “A intuição *doadora* na primeira esfera natural de conhecimento e de todas as suas ciências é a experiência natural, e a experiência originariamente *doadora é a percepção*, a palavra entendida em seu sentido habitual” (Husserl, 1913/2006, p. 33, *itálicos do autor*).

A recordação diz respeito ao ato de tornar presente uma coisa que não está mais sendo percebida, que não está disponível naquele momento, mas pode ser recordada. Aqui ocorre a presentificação (*vergegenwärtigung*), “o passado é recordado, presentificado, mas não realmente presente, não percebido, não primariamente dado e intuído” (Husserl, 1994, p. 68).

Na imaginação, completamos de forma intuitiva, algo que já foi percebido anteriormente, dessa forma, “organizamos as coisas de uma maneira diferente em relação à presença da realidade” (Ales Bello, 2004, p. 91). A imaginação distingue-se da fantasia pelo fato de que, na fantasia, acrescentamos elementos desprovidos de conexão com a realidade, projetando novos aspectos em relação ao que estamos percebendo.

No caso desta pesquisa, ao conversar com a pesquisadora, a participante contou a sua história, a partir de suas vivências, sendo a principal delas a recordação. Essa vivência, em sua estrutura universal, é capaz de modificar a percepção. “Correlativamente, o caracterizado como passado se dá em si mesmo como ‘tendo sido presente’, portanto, como uma modificação do ‘presente’ que, enquanto não-modificado, é precisamente o ‘originário’, o ‘presente em carne e osso’ da percepção” (Husserl, 1913/2006, p. 230). Dessa forma, as participantes puderam modificar as suas percepções originárias, pois utilizaram a vivência da recordação para acessar à sua narrativa de vida.

Encontros Dialógicos

Para se aproximar da experiência vivida pelos participantes, foram realizados encontros dialógicos, posteriormente registrados na forma de narrativas compreensivas. No dicionário, a palavra encontro, entre outras definições, significa o ato ou efeito de encontrar, de estar diante de alguém, ficar face a face com uma pessoa ou coisa (Priberam, n.d.).

O encontro dialógico é uma forma de estabelecer uma relação intersubjetiva entre a pesquisadora e a participante, baseada em uma escuta profunda e interesse genuíno pela experiência que o participante está comunicando. Os encontros são chamados de dialógicos, pois enfatizam a horizontalidade da relação vivida entre o participante e o pesquisador, que estão ali juntos, construindo um relacionamento (Brisola et al., 2017).

Durante os encontros, a pesquisadora buscou oferecer um espaço de abertura, fundamentado nas atitudes facilitadoras propostas pelo psicólogo norte-americano Carl Rogers: congruência, consideração positiva incondicional e compreensão empática. Essas atitudes nortearam a interação entre a pesquisadora e a participante, favorecendo um ambiente em que a participante pudesse se sentir à vontade para compartilhar suas vivências, além de contribuírem para a construção de narrativas compreensivas (Cury & Fadda, 2020).

Como dito anteriormente, o encontro dialógico é uma forma de relação interpessoal entre o pesquisador e o participante. Quando estamos diante de outro ser humano, captamos a sua presença como um corpo semelhante, ou seja, somos capazes de reconhecer outro ser humano como igual (do ponto de vista estrutural) e ao mesmo tempo, diferente, pois nunca teremos uma percepção exata de como seria estar no corpo do outro (Fadda & Cury, 2021).

Nesse sentido, a pesquisadora foi capaz de compreender a experiência do participante, por meio da vivência de empatia ou entropatia. Em alemão, Husserl utiliza a palavra *Einfühlen*, cujo núcleo *fühl* significa “sentir”, portanto, a empatia refere-se à capacidade de sentir que está

diante de outra pessoa. “Usamos entropatia para dizer que, imediatamente, captamos que estamos diante de seres vivos como nós” (Ales Bello, 2006, p. 65).

Através da empatia, foi possível entrar em contato com o outro e conhecer o seu mundo, estabelecendo o que o filósofo austríaco-israelita Buber (2001) definiu como uma relação Eu-Tu. Trata-se um modo de relacionamento que ultrapassa os interesses pessoais, que visa apenas a manutenção de desejos ou necessidades. Nessa esfera, o ser humano pode se encontrar totalmente com o outro ser humano, através do diálogo e de uma relação íntima e profunda de dois indivíduos inteiros, uma vez que “o Eu se realiza na relação com o Tu; é tornando Eu que digo Tu” (Buber, 2001, p. 59).

Narrativas Compreensivas

Após cada encontro dialógico, a pesquisadora dedicou um momento para registrar, de forma detalhada, todos os aspectos possíveis sobre o encontro. Esses registros incluíram frases literais ditas pela participante, expressões faciais, movimentos corporais e outros elementos que permaneceram na consciência da pesquisadora. Neste primeiro momento, não existe a necessidade de organizar ou refletir sobre o conteúdo escrito, uma vez que se trata de uma etapa anterior à percepção, denominada síntese passiva, na qual é possível reunir elementos sem dar-se conta desse processo (Ales Bello, 2006).

Em um segundo momento, esses elementos foram organizados, e, por meio da percepção, alcançou-se o nível da consciência. Nesse contexto, a pesquisadora elaborou a primeira versão da narrativa compreensiva, caracterizada como um processo exploratório, voltado à descrição e interpretação da experiência vivida pela pesquisadora e pela participante, durante o encontro dialógico (Mozena & Cury, 2010).

O movimento de tomada de consciência não ocorre apenas no ato de perceber, mas também nas recordações e presentificações. Durante o encontro dialógico, no seu campo intuitivo, a pesquisadora acessou diversos fenômenos que se apresentaram à consciência, como se formassem um pano de fundo. Quando um desses fenômenos é percebido em primeiro plano, diz-se que foi apreendido ou destacado. Assim, ao redigir a narrativa, a pesquisadora recordou as lembranças do vivido durante o encontro, podendo trazer à tona detalhes que inicialmente estavam em segundo plano. Dessa forma, “toda percepção de coisa tem, assim, um halo de intuições de fundo (ou de visões de fundo, caso já se compreenda no intuir o estar-voltado-para)” (Husserl, 1913/2006, p. 87).

Após a elaboração da primeira versão da narrativa, outras versões foram desenvolvidas à medida que a pesquisadora se envolveu em um processo contínuo de exploração, alternando entre movimentos de aproximação e distanciamento em relação à escrita, possibilitando a inclusão de novos elementos que emergiram dos encontros com a participante. Nas versões iniciais, a pesquisadora concentrou-se em uma descrição objetiva dos acontecimentos e, gradualmente, evoluiu para uma aproximação das vivências da participante, revelando novas impressões e significados. O processo de escrita foi encerrado quando não havia mais nada de novo a ser acrescentado.

Durante esse processo, a pesquisadora leu as narrativas para o grupo de pesquisa, e os colegas fizeram comentários com o objetivo de facilitar uma melhor compreensão e percepção da experiência dos participantes. Como a escrita da narrativa foi realizada exclusivamente pela pesquisadora, esse momento foi crucial para que ela pudesse compreender as impressões que a escrita despertava em outras pessoas, ou seja, para compreender se a narrativa era capaz de comunicar adequadamente a vivência dos participantes (Brisola et al., 2017).

Narrativa-Síntese

Após a construção das narrativas compreensivas, a pesquisadora dedicou-se à elaboração da narrativa-síntese, que consiste em uma síntese interpretativa das narrativas individuais. Nesse momento, a intenção foi chegar aos elementos estruturantes da experiência, retirando o que é singular de cada participante e buscando o que é mais geral. Não se tratou de contabilizar as repetições nas narrativas compreensivas, mas de compreender o que essas narrativas revelam, do ponto de vista estrutural, sobre as vivências das participantes.

Portanto, a pesquisadora não se concentrou na história narrada pelas participantes durante os encontros dialógicos, mas no que as participantes como um grupo compartilharam em relação ao fenômeno em foco. Dessa forma, “embora as experiências individuais do participante sejam específicas, as experiências vividas pelo grupo nos permitem trazer à luz a essência do fenômeno como manifestação humana” (Brisola et al., 2017, p. 473, tradução nossa).

Nesse momento, Husserl sugere o uso da variação imaginativa livre, na qual seriam modificados os elementos essenciais de um fenômeno, com o objetivo de encontrar os limites de sua identidade expressiva (Castro & Gomes, 2011). Na imaginação, a pesquisadora teve a liberdade de reconfigurar os fenômenos, de percorrer as formas possíveis em contínuas modificações e, dessa forma, alcançar novas construções. “Uma liberdade que lhe franqueia acesso às imensidões das possibilidades eidéticas, com seus horizontes infinitos de conhecimentos de essência” (Husserl, 1913/2006, p. 153).

Também há infinitas configurações fenomenológicas de essência. Também ele [fenomenólogo] só pode fazer um uso moderado do recurso ao dado originário. Por certo, todos os principais tipos de percepção e presentificação estão ao seu livre dispor enquanto dados originários, isto é, como exemplificações perceptivas para uma fenomenologia da percepção, da imaginação, da recordação etc. Para a mais alta

generalidade, ele tem ainda igualmente à disposição, na esfera da originalidade, exemplos para juízos, suposições, sentimentos, volições (Husserl, 1913/2006, p. 153).

Esse movimento de explorar novas configurações do fenômeno, possibilitou que a pesquisadora chegasse intuitivamente na explicitação do sentido. “Podemos, então, tematizar o estilo geral invariante em que este mundo intuível persiste no fluxo da experiência total” (Husserl, 1954/2008, p. 73, tradução nossa).

Participantes

Participaram do estudo seis mulheres cisgênero, com idades entre 21 e 40 anos. A pesquisadora realizou a divulgação da pesquisa por meio de seu perfil profissional no Instagram e comentou com colegas de profissão sobre a proposta. Posteriormente, comunicou-se diretamente com as interessadas para explicar sobre o objetivo da pesquisa e como seria a forma de participação delas.

Os critérios de inclusão das participantes foram: (1) ser mulher cisgênero com idade igual ou superior a 18 anos; (2) relatar ter sofrido abuso sexual na infância ou adolescência (até 18 anos incompletos) e (3) estar disposta a conversar com a pesquisadora sobre o tema da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: (1) ter diagnóstico de transtorno mental grave e (2) não estar em condições psicológicas para relatar a experiência vivida de abuso sexual.

A Tabela 2 contém alguns dados sobre cada uma das participantes, apresentadas com o pseudônimo que escolheram para si.

Tabela 2
As participantes

Nome Fictício	Idade	Profissão	Data do Encontro
Roberta	30 anos	Psicóloga	22/09/2023
Nubia	21 anos	Estudante	06/02/2024
Monica	30 anos	Engenheira de Produção	27/03/2024
Luara	24 anos	Psicóloga	04/04/2024
Marina	40 anos	Estudante de Psicologia	15/06/2024
Ester	28 anos	Psicóloga	17/06/2024

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Questões Éticas

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob o parecer nº 5.729.241 (Anexo A). Os encontros dialógicos foram realizados preservando a identidade das participantes, a privacidade e a confidencialidade das informações fornecidas, de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que determina diretrizes éticas específicas para pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais.

Procedimentos

A pesquisadora divulgou a pesquisa em seu perfil profissional no *Instagram*, além de conversar com colegas de sua rede de contatos sobre o estudo que estava realizando, e aguardou o retorno de possíveis participantes. Entrou em contato com as participantes que demonstraram interesse em participar do estudo pelo *WhatsApp*, a fim de esclarecer os objetivos da pesquisa e verificar se elas se enquadravam nos critérios de inclusão estabelecidos. A maioria das participantes já possuía um contato prévio com a pesquisadora, o que facilitou significativamente a abertura e a comunicação para a realização dos encontros.

Em relação a uma possível participante, foram realizadas duas tentativas de agendamento, que não foram bem-sucedidas. Diante da impossibilidade de concretizar o encontro, a pesquisadora optou por não insistir, respeitando a sua escolha. Todos os encontros dialógicos realizados, foram devidamente incluídos na presente tese.

Após o aceite do convite, foram agendados encontros individuais presenciais. A escolha do encontro presencial, justificou-se pela sensibilidade da temática em questão. Dessa forma, a pesquisadora pôde garantir que o ambiente de pesquisa fosse preparado para receber a participante, de forma adequada e segura, podendo oferecer suporte imediato em caso de sofrimento emocional.

A pesquisadora propôs que os encontros ocorressem em seu consultório particular, onde realiza atendimentos de psicoterapia. Essa escolha visou assegurar o sigilo e a privacidade das participantes e as participantes concordaram. Apenas um dos encontros foi realizado no apartamento da pesquisadora, devido à indisponibilidade da clínica naquele dia. Essa adaptação buscou manter as condições adequadas de confidencialidade e conforto para a participante.

Os encontros tiveram em média 2 horas de duração e aconteceram entre setembro de 2023 e junho de 2024. A pesquisadora esclareceu eventuais dúvidas sobre a pesquisa, fez a

leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) junto à participante e iniciou a pesquisa com a seguinte questão norteadora: “Estou interessada em conversar com mulheres que sofreram abuso sexual no passado. Você pode me contar sobre a sua experiência e como se sente atualmente?”.

A pesquisadora assumiu uma posição de abertura durante o encontro, possibilitando que a participante compartilhasse a sua experiência, além de oferecer um espaço de acolhimento às falas e aos sentimentos expressos pelas participantes em relação aos temas que surgiram durante o encontro.

A pesquisadora priorizou o bem-estar da participante, oferecendo um espaço para que ela pudesse expressar dúvidas ou inseguranças a respeito da pesquisa, podendo desistir da participação a qualquer momento, sem nenhum dano ou prejuízo.

Além disso, esteve atenta aos sinais verbais e não verbais da participante e caso percebesse desconfortos, alterações no estado emocional ou lembranças desagradáveis, a pesquisadora iria acolhê-la no momento da pesquisa e se fosse identificada a necessidade de acompanhamento contínuo, a participante seria encaminhada a um serviço especializado de atendimento psicológico.

Não foram observados sinais de desconforto extremo, embora o tema tenha suscitado algumas recordações, o que já era previsível. No dia seguinte aos encontros, a pesquisadora contatou as participantes pelo *WhatsApp* para indagar sobre o seu bem-estar, e todas afirmaram estar bem.

Devido ao caráter complexo do tema, após o primeiro encontro, a pesquisadora compreendeu que precisava de um intervalo antes de conversar com outras participantes, de modo que pudesse acolher a forma como estava sendo afetada por essas relações. Dessa maneira, buscou-se respeitar esse espaço entre os encontros, dentro das condições possíveis.

É importante salientar que os encontros não foram gravados ou registrados na íntegra, pois a narrativa compreensiva foi utilizada como estratégia metodológica para descrever e compreender fenomenologicamente o fenômeno estudado. Logo após o término de cada encontro dialógico com as participantes, uma versão inicial da narrativa compreensiva foi escrita, contendo as primeiras impressões da pesquisadora. Outras versões foram construídas, em um movimento de aproximação da pesquisadora com as vivências das participantes apreendidas ao longo dos encontros.

Após a finalização das narrativas compreensivas individuais, uma narrativa síntese foi elaborada. A pesquisadora, através da leitura das narrativas individuais, foi capaz de apreender os elementos estruturantes da experiência vivida pelas mulheres que sofreram abuso sexual na infância. A seguir, serão apresentadas as narrativas compreensivas dos encontros dialógicos realizados pela pesquisadora com os participantes da pesquisa, seguida da narrativa síntese.

*Com a voz, tanto podemos acariciar ou ferir, tanto se pode abrir
horizontes, como aprisionar trajetórias.*

Gilda Kener

Capítulo 3: As Narrativas Compreensivas e a Narrativa-Síntese

As narrativas compreensivas foram elaboradas a partir dos encontros dialógicos, agendados de acordo com a disponibilidade das participantes, e não seguiram uma sequência intencional. Foram escritas na ordem cronológica em que os encontros aconteceram, sempre respeitando a finalização da narrativa anterior para marcar a data do encontro subsequente.

As frases que aparecem entre aspas nas narrativas são reproduções exatas ou aproximadas das falas das participantes e comunicam com maior precisão o significado da experiência vivida por elas.

Inicialmente, a pesquisadora escolheria o nome fictício das participantes. Entretanto, no último encontro, surgiu a ideia de perguntar às próprias mulheres quais nomes escolheriam para si mesmas. Para tanto, foi realizado o contato via *WhatsApp* e elas retornaram com nomes que gostavam. A frase que acompanha o pseudônimo no título da narrativa foi escolhida pela pesquisadora, com base em expressões, ditas durante os encontros, que lhe causaram um impacto significativo.

Roberta: “Eu lembro que uma menina mexeu comigo”

O primeiro encontro da pesquisa ocorreu com Roberta no dia 22 de setembro de 2023, uma sexta-feira, por volta das 10h da manhã. Embora ainda estivéssemos a um dia do início da primavera, a temperatura estava extremamente alta. Eu já havia feito contato com a participante pelo Instagram, quando comentei sobre o meu tema de pesquisa na rede social. À época, ainda não tinha a intenção de divulgar a pesquisa, estava apenas comentando sobre a temática e respondendo algumas dúvidas dos seguidores. Ela entrou em contato, dizendo que poderia contribuir. Expliquei que ainda não havia dado início à pesquisa e, um tempo depois, após a aprovação do Comitê de Ética e a qualificação, retomamos a conversa para combinar a data do encontro.

Ela preferiu que nos encontrássemos em meu consultório. Cheguei à recepção e logo avistei, no corredor, uma moça sorridente, dizendo que havia se perdido, mas que finalmente havia encontrado o lugar certo. Os cabelos, de cor castanho escuro, estavam presos. Sua pele era branca; tinha um rosto levemente arredondado e olhos castanhos.

Entramos na sala, ofereci-lhe um copo de água, ela aceitou e sentou-se no sofá. Roberta elogiou a sala e começamos a conversar um pouco sobre isso. Ela comentou sobre o fato de ser psicóloga, algo que eu já sabia pelas nossas interações anteriores. Discorreu sobre algumas dificuldades de ser autônoma, mas afirmou já saber que seria dessa forma, pois atuava em uma outra área com esse mesmo regime de trabalho.

Formou-se recentemente, em meados de 2023, e começou a trabalhar em uma clínica que atende somente pacientes mulheres. Disse que estava sendo desafiador, pois algumas pacientes traziam situações de abuso e ela não se sentia preparada para lidar com isso, uma vez que já estava lidando com o seu próprio processo de compreensão sobre o que viveu.

Nesse momento, ela fez uma pequena pausa e senti que seria oportuno fazer a pergunta norteadora. Porém, ela mesma direcionou a conversa e disse que aproveitaria para entrar no “assunto”, fazendo um sinal de aspas com as mãos.

Contou que teve um primeiro namorado e, após um ano juntos, eles decidiram ter relações sexuais, mas não conseguiram, pois ela sentia dor. “Era muito duro, não conseguíamos ter penetração vaginal.” Depois de duas tentativas, desistiram e mantinham outros tipos de prática sexual, mas nunca a penetração. Após alguns anos de namoro, eles terminaram e essa questão voltou a ser uma preocupação. Quando ficou solteira, percebeu que as pessoas estavam se relacionando de uma forma diferente e que era “normal” fazer sexo de forma casual. Por conta da dificuldade sexual, ela não sabia como iria se relacionar com essas pessoas ou como poderia abordar essa questão com alguém com quem não tinha intimidade.

Foi, então, que comentou sobre a mãe pela primeira vez durante o encontro. Roberta disse que não conversava com a mãe sobre sexo, pois era algo errado. “Como a gente não conversava, a única coisa que ela disse é que não podia fazer.” Havia uma história de que era preciso casar virgem, mas depois Roberta descobriu que, na verdade, nem a mãe havia casado nessas condições.

Continuou dizendo que, enquanto estava lendo algumas coisas no site da igreja, apareceu uma pequena janela no canto da tela com a seguinte pergunta: “Você sente dores durante a relação sexual?”. Ela achou estranho, não esperava encontrar esse tipo de conteúdo relacionado à religião. Clicou no botão e, a partir desse momento, um mundo de possibilidades se abriu.

Descobriu sobre vaginismo⁴ e vulvodínia⁵, disfunções sexuais que acometem mulheres, e que a prática de Pilates poderia auxiliar. Quando ela começou a falar sobre isso, percebi o

⁴ Contração involuntária dos músculos próximos à vagina que dificulta ou mesmo impede a penetração durante a relação sexual.

⁵ Dor crônica, desconforto ou ardor na região da vulva, parte externa da vagina.

quanto já havia pesquisado sobre o assunto e me explicava da forma mais detalhada possível. Eu tinha familiaridade com alguns termos, mas, quando tinha dúvidas, pedia para que ela me esclarecesse. Confirmava se estava entendendo corretamente o que ela queria dizer e se estava acompanhando o seu relato de forma coerente.

Ela iniciou as aulas de pilates, mas sem comentar com a professora sobre a sua demanda específica. Após sentir-se mais confortável, finalmente contou à professora que tinha dificuldades para evacuar e para “namorar”. Sua professora soube que uma pesquisa estava sendo conduzida em uma universidade próxima sobre esse tema e a convidou para participar. Ela aceitou, mas ainda não tinha certeza de como seria ou se realmente ajudaria com a sua questão. Explicou-me que se tratava de um estudo composto por três grupos diferentes de mulheres, e o grupo ao qual pertencia precisava fazer os exercícios propostos e tomar o medicamento amitriptilina. Roberta questionou a fisioterapeuta que estava conduzindo a pesquisa sobre o uso da medicação, pois sentiu falta de esclarecimentos. Compartilhou que, em alguns momentos, sentiu-se usada, utilizando as palavras “cobaia” e “objeto de pesquisa” para referir-se à sensação.

Mesmo após o final da pesquisa, ela continuou fazendo os exercícios e usou dilatadores vaginais⁶, seguindo sem o acompanhamento da fisioterapeuta. Após chegar no último tamanho de dilatador, Roberta contatou a profissional e elas marcaram um encontro no seu consultório. A fisioterapeuta disse que ela era uma paciente exemplar, pois esse procedimento era feito sempre com o acompanhamento e ela havia conseguido fazer sozinha. As duas mantiveram contato por vários anos e percebi que tanto a pesquisa em si quanto a relação estabelecida com a fisioterapeuta foram extremamente significativas para a participante.

Durante o estudo, ela conheceu diversas mulheres que passaram por situações de abuso e disse que isso foi crucial. “Eu entendi que não estava sozinha, que outras pessoas tinham

⁶ Acessórios cônicos, de tamanhos graduados, com a finalidade de dilatar de forma lenta e progressiva a parede vaginal.

passado pela mesma coisa”, afirmou. Roberta criou um grupo no *WhatsApp* para que pudessem trocar experiências, conversar sobre o que passaram e sobre a pesquisa.

Seguiu dizendo que as coisas melhoraram, mas que sabia que só havia olhado para a questão física. Era como se soubesse que ainda havia algo para compreender, mas ainda não estava claro o que era. Começou a estudar Psicologia, pois queria se aproximar desse campo e entender mais sobre suas questões, além de outros motivos, não abordados pela participante. À época, iniciou o seu processo terapêutico por indicação dos professores, mas foi apenas recentemente que a questão do abuso sexual surgiu, quando, em janeiro deste ano, mudou para a teoria psicanalítica. Percebi que ela havia enfatizado o fato de ter mudado de abordagem e, então, perguntei-lhe se havia percebido que esse fator tinha influenciado a sua decisão. Ela respondeu de modo afirmativo, dizendo que o direcionamento da terapeuta a ajudou a chegar nessas questões. Nesse momento, compreendi que a tomada de consciência sobre o abuso era recente, embora tenha acontecido durante a sua infância.

Narrou dois acontecimentos que entrelaçaram a “descoberta” do abuso: o primeiro foi a morte do seu pai e o segundo, a morte de um amigo próximo, ambos por Covid-19. Quando seu pai faleceu, Roberta disse que foi difícil, ficou chorosa, não conseguia comer e não saía da cama. Sua mãe dizia: “Você vai me deixar depressiva” e ela só pensava, internamente: “Mãe, eu preciso de ajuda”. A participante disse que não conseguia compreender o que estava acontecendo e não sabia como pedir ajuda. A iniciativa partiu de uma tia que comentou com a sua mãe sobre a gravidade da situação.

Certo dia, Roberta não estava bem e sua mãe a levou ao hospital. Estava sentada esperando para ser atendida quando murmurou algo para sua mãe sobre “uma menina que havia mexido com ela”. Como tudo estava confuso, o assunto acabou passando despercebido. Ao entrar no consultório, o médico a examinou e, de forma enfática, disse: “Você está bem”.

Percebi que ele não quis desconsiderar o seu sofrimento, mas sim tranquilizá-la ao dizer que estava tudo bem fisicamente, mas era claro que, psicologicamente, não estava.

Ao longo do nosso encontro, fui percebendo que estávamos cada vez nos aproximando mais do momento em que ela me contaria sobre o abuso, embora ainda não tivesse certeza de que isso iria acontecer. Sentia que a conversa estava ficando mais intensa e difícil para ela.

Contou-me que foi ao psiquiatra, conversou com ele, fez alguns desenhos e repetiu a mesma frase que havia falado para mãe: “Eu lembro que uma menina mexeu comigo”. O médico perguntou se ela estava querendo dizer que gostava de meninas. Ela riu, dizendo que a situação foi ridícula. Disse que quando voltou ao consultório para o retorno, não se lembrava do que havia acontecido e o médico contou para ela. Comentou estar confusa e muitos questionamentos foram surgindo: sobre o sentido da vida, a morte e a religião, pilares fundamentais da sua vida que passaram a ser questionados.

Mesmo resistente, fez o tratamento psiquiátrico e aos poucos foi melhorando. No entanto, outras questões foram surgindo, e aquela sensação de que ainda havia algo psicológico sobre a dificuldade em ter relações sexuais foi aumentando. Disse que a abusadora era sua vizinha e que elas ficavam na casa dela, pois a menina tinha 12 anos e deveria cuidar de Roberta, que tinha entre 4 e 5 anos. “Quando os pais dela saíam, ela tirava minha roupa e ficava mexendo em mim. Eu lembro que eu pedia para ela parar, dizia: ‘Não, não, eu não quero!’”. Lembrou-se de uma situação em que elas estavam sem roupa e os pais voltaram antes do previsto; quando a maçaneta da porta virou, a vizinha disse para ela colocar a roupa rápido.

Um dia, os abusos pararam, mas ela não sabia dizer o porquê. Elas não se falaram mais, mas, anos depois, Roberta precisava de uma podóloga e, coincidentemente, sua vizinha oferecia esse serviço. Revelou que, durante a sessão de podologia, sentada de pernas abertas — posição em que o corpo fica para possibilitar o procedimento — as memórias voltaram. “Comecei a ter *flashbacks* sobre o que havia acontecido”.

A partir daí, ela tentou compreender o que estava acontecendo durante a terapia psicanalítica, mencionada anteriormente. Encerrou as consultas de podologia, pois não podia mais continuar mantendo essa relação. Ao escrever essa parte da narrativa, a mesma sensação do encontro tomou conta de mim: um desconforto por todo o meu corpo, e a percepção de que tínhamos chegado ao ponto mais profundo daquela conversa.

Estava totalmente imersa no que ela estava me falando quando o alarme do meu celular tocou. Levantei-me para desligá-lo e Roberta pediu para fazermos um intervalo. Fazia quase duas horas que estávamos conversando e eu nem havia me dado conta. Pedi desculpas pela interrupção e fui ao banheiro e, quando voltei, ela havia pegado uma fatia de bolo e preparado um chá que eu havia deixado em cima da mesa, para quando ela quisesse. A cena seguinte ficou gravada na minha memória: ela, sentada no sofá, segurando a xícara com as duas mãos, o cabelo castanho preso em um coque e apenas duas mechas cacheadas soltas nas laterais do rosto.

Perguntei se a água do chá não estava fria. Ela disse que estava tudo bem e que essas coisas precisavam ser digeridas. Nesse momento, percebi que ela precisava de um momento de conforto, após ter me contado tudo isso. Continuamos conversando por mais um tempo, quando ela disse: “Esse caminho que percorri foi uma tentativa de tentar entender o que aconteceu, mas é difícil encontrar uma explicação.” Ela não acha que a vizinha tinha a intenção de machucá-la e não sabe dizer se ela sabia o que estava fazendo. Acredita que um adulto poderia ter feito isso com a vizinha, e talvez ela estivesse reproduzindo esse comportamento.

A participante contou à mãe que não estava mais indo na podóloga e, quando questionada sobre o porquê, respondeu que era uma longa história. A mãe logo perguntou se era por conta do que ela havia falado no médico. Roberta assentiu. A progenitora disse que também havia passado por algo parecido quando era jovem, dando a entender que era algo “natural”. Roberta disse que já teve vários questionamentos em relação à mãe, pois não se sentiu protegida quando tudo aconteceu, mas essa situação não parece mais incomodá-la atualmente.

De repente, lembrou-se de ter encontrado uma foto antiga das duas juntas, ela e a vizinha. Procurou no celular e, depois de alguns minutos, encontrou a foto e me mostrou. Observei-a por um instante. Roberta estava sendo carregada pela vizinha. Ela disse: “Eu estou com cara de assustada, se eu olhasse hoje para esta foto, como psicóloga, era isso que eu veria”. Durante nosso encontro, esses dois papéis se misturaram diversas vezes: Roberta, psicóloga, e Roberta como pessoa que vivenciou tudo isso.

Ela perguntou se eu tinha alguma dúvida. Respondi que não, que, na verdade, tinha uma pergunta a ser feita no início, mas que não foi preciso. Ela pediu para saber qual era a pergunta, então pronunciei a questão norteadora. Perguntei se ela gostaria de acrescentar algo ao que já tinha me contado após saber a questão e ela disse que não, estava aliviada. Fazendo o gesto de escrita com as mãos, disse: “Sabe quando você escreve uma redação? Eu estou sentindo que escrevi uma redação e já disse tudo o que precisava ser dito”.

Não sabia se gostaria de falar sobre isso novamente, disse que poderia ser a última vez, mas, por outro lado, gostaria de ajudar outras mulheres. Enquanto falava, deu-se conta de que já está fazendo isso ao atender mulheres. Finalizou dizendo que talvez fale sobre isso, mas não de uma forma tão direta. Agora, escrevendo, percebo que todo o nosso encontro foi assim, sem menções diretas à palavra abuso sexual. Enquanto escrevia, também tive receio de usar esses termos, talvez porque estaria indo além das palavras que ela havia utilizado.

Agradei por ter aceitado o meu convite, pois sabia que tinha sido difícil para ela estar ali e que, apesar de ter sido um encontro muito intenso, ela havia me contado toda a sua história com coragem e leveza. Se eu pudesse resumir Roberta em uma palavra, acho que seria “curiosa”. Ela percorreu esse caminho e ainda o percorre, muitas vezes sozinha, explorando tudo ao seu redor para compreender a sua história e dar um sentido a ela.

Nubia: “Árvore sem raiz não para em pé”

O segundo encontro aconteceu somente no ano seguinte, no dia 06 de fevereiro de 2024, às 10h30. Recebi o telefone de Nubia por indicação de uma pessoa da minha rede de contato e combinamos pelo *WhatsApp* o encontro presencial. Quando cheguei ao consultório, ela já estava aguardando, sentada na recepção. Era a primeira vez que a via pessoalmente. Uma jovem adulta de 21 anos, preta, alta, com o cabelo raspado, vestia um boné, uma blusa de alça e calça jeans. Era como se o seu estilo misturasse um pouco de *streetwear*⁷ e romantismo, o que fará mais sentido ao longo da narrativa.

Pedi a ela que esperasse enquanto eu organizava a sala. Cortei uma fatia de bolo e aqueci água, caso ela quisesse tomar chá. Voltei à recepção e me apresentei, inclinando-me para cumprimentá-la com um beijo no rosto, mas ela estendeu a mão e me cumprimentou dessa forma. Fomos em direção à sala, ofereci uma xícara de chá e ela aceitou.

Nubia perguntou sobre o meu trabalho e conversamos sobre questões mais superficiais, até que disse para ela que, conforme já havíamos conversado por *WhatsApp*, estava fazendo uma pesquisa com mulheres que sofreram abuso sexual na infância e adolescência e gostaria de saber como ela se sentia sobre isso atualmente. Ela começou dizendo que fazia muito sentido ela estar ali naquele momento. Contou que estava no processo de psicoterapia e estudando mais sobre axé⁸, algo que precisava explicar para que outras coisas fizessem sentido. Confesso que não entendi, de início, as conexões que ela estava fazendo. Contudo, durante a nossa conversa, ela fez alguns parênteses, tentando explicar como a religião e a psicoterapia se encaixavam em determinados momentos da sua história, e as coisas se tornaram mais claras para mim.

⁷ Estilo de roupa casual inspirado pela moda hip hop de Nova York e pela cultura do surf do estado da Califórnia, incluindo elementos de roupas esportivas, punk, skate e moda de rua.

⁸ Força mágica que sustenta os terreiros de Candomblé, uma filosofia Iorubá definida para representar o poder que faz as coisas acontecerem.

A participante fez psicoterapia pela primeira vez quando era adolescente, entre os 12 e 13 anos, porque sua mãe descobriu que ela fumava maconha. Disse que a terapia foi importante para que ela não estivesse pior hoje. Na época, contou para a psicóloga sobre o abuso, mas ninguém sabia, e dizia que sua mãe nunca ficaria sabendo, a não ser que a própria terapeuta contasse.

Entretanto, algum tempo depois, a mãe tomou conhecimento de uma forma que ela não esperava. Ela disse que saiu de casa com os amigos para fumar maconha e beber e, em um determinado momento, a mãe ligou para o seu celular. Ela não atendeu a ligação, pois já estava indo embora, e colocou o celular no bolso. Quando chegou em casa, sua mãe questionou: “Tem algo que você quer me contar?”. Nubia respondeu que não. Então, a mãe disse que ouviu tudo o que eles estavam conversando, incluindo a situação de abuso que ela estava compartilhando com os amigos. Sentiu-se exposta e revelou que a mãe não teve a reação que ela esperava, pois Nubia criara uma *fanfic*⁹ de que ela ficaria ao seu lado e a incentivaria a denunciá-lo, ainda mais por se tratar de seu próprio irmão.

A participante revelou que, até hoje, o pai não sabe sobre o abuso, disse que já foi preso na época em que tudo aconteceu e tem medo de que ele faça alguma coisa caso fique sabendo, ainda mais por ter sido alguém da família materna. Os pais são separados e isso acabaria gerando uma situação de conflito entre os dois. Contou apenas para a mãe e para o irmão, que, atualmente, agem como se nada tivesse acontecido. Afirmou preferir dessa forma, pois não gosta de estar no lugar de vítima, não gosta que as pessoas sintam dó dela e a tratem de forma diferente por saberem do abuso.

Hoje em dia, reconhece-se como uma pessoa independente e prefere que seja dessa forma, não gostaria que a mãe a tivesse protegido. Por outro lado, sente que era disso que precisava quando era criança. Parece-me que ela construiu essa imagem ao longo do tempo para

⁹ Contos ficcionais escritos por pessoas que se inspiram em franquias já existentes de livros ou séries de outros autores. Ela quis dizer que criou uma história, na sua imaginação, na qual a mãe reagiria dessa forma.

lidar não só com o abuso, mas também com a sua história de vida. Embora quisesse a proteção e o cuidado da mãe, não foi dessa forma que aconteceu.

Contou que, quando criança, passava muito tempo na casa da avó materna, pois seus pais trabalhavam. Nessa casa ficavam seus primos, filhos de uma tia que os abandonou, e seus tios, filhos de sua avó. Nubia compartilhou que o abuso deve ter acontecido por volta dos seus 4 ou 5 anos e se questionava se aquilo realmente tinha acontecido ou se fora um sonho ou um surto. Disse que as memórias não são claras, aparecendo apenas como *flashes*.

Nós estávamos sentadas uma de frente para a outra no consultório. Ela apontou para mim, tentando fazer com que eu me localizasse geograficamente, e disse que a casa tinha uma cozinha, que ficava mais ou menos onde eu estava, e um quarto, que ficaria onde ela estava. Naquele momento, eu estava tentando imaginar como seria aquela casa e a disposição dos cômodos. Ela disse que a avó sempre ficava na cozinha e se recorda de uma cena em que ela estava no quarto escuro, com as mãos na genitália de homem adulto, e o homem com as mãos em sua genitália. A participante não sabe dizer com certeza qual homem seria, pois muitas pessoas circulavam pela casa, mas sabia que era um homem adulto e desconfiava de um dos filhos da sua avó. Ela não utilizava a palavra “tio” para referir-se a ele.

Contou que, depois de um tempo, ele se envolveu em uma situação de um suposto assédio na escola em que trabalhava e que, por conta do seu histórico, imaginava que pudesse ter sido ele. Após o falecimento da sua avó, a casa em que o abuso aconteceu foi herdada pelos tios, que passaram a residir nela. Nessa época, ela era adolescente e não gostava de voltar lá, mas era obrigada pela mãe.

A participante disse que desde criança foi curiosa, e chegou a questionar se não havia se colocado nessa situação por querer, de alguma forma, explorar a sexualidade, mas também afirmou se lembrar de que sentia que algo estava errado, que não sabia o que estava acontecendo e teve uma conversa com a mãe sobre essas questões apenas quando era mais velha. Questionei

se ela se sentia culpada. Inicialmente, ela disse que não. Parou por um momento e disse que dividiria a culpa mais ou menos dessa forma: 5% ou 10% da culpa seria dela, 50% do abusador e o restante da avó, que estava na casa e permitiu que isso acontecesse.

Continuou dizendo que perdeu a virgindade cedo e se relacionou com vários meninos durante a adolescência. Relembrou que, na escola, usava a maior parte das roupas masculinas, escolhia a camiseta regata do uniforme, uma bermuda jeans e nos pés uma sapatilha, que seria o seu “toque” feminino. Nesse momento, escrevendo a narrativa, lembrei-me da observação que fiz no início sobre o seu estilo ser uma mistura de *streetwear* e romântico.

Comentou que, neste momento da sua vida, ainda não entendia com clareza a sua orientação sexual. Atualmente, considera-se bissexual e disse que, no começo, acreditava que precisava gostar 50% de meninos e 50% de meninas, mas passou a entender que as coisas não funcionam dessa forma. Enfatizou que ainda não entende o motivo, mas se sente mais confortável quando se relaciona sexualmente com mulheres. Disse que não sabe se isso acontece pois com as mulheres o sexo parece ser algo mais sentimental, sensível, e com os homens parece algo mais mecânico.

Continuou dizendo que, durante o sexo com homens, sente-se bem, mas tem uma sensação estranha após o término. Levantou a hipótese de que isso também pode se dar pelo fato de fazer sexo desprotegido e ter a possibilidade de engravidar ou contrair doenças sexualmente transmissíveis. Enquanto me contava, percebi o seu esforço contínuo para tentar compreender essa sensação, questionando se isso poderia acontecer por conta do abuso, mas não chegou a uma conclusão e disse que está buscando compreender isso melhor na terapia.

Voltou a fazer terapia recentemente, no final do ano passado, após o término de um relacionamento. “Eu cheguei no fundo do poço”, afirmou, frisando novamente que estaria pior se não tivesse feito terapia na adolescência. O relacionamento era bom, mas a participante percebeu que precisava de um espaço somente seu, um tempo para se conhecer melhor.

Enfatizou que essa terapeuta é diferente da primeira, pois ela é preta e mora em outro estado. Nubia paga um valor social e disse que acha interessante essa iniciativa, pois, caso contrário, talvez não tivesse acesso a esse tipo de cuidado e pode agora dispor desse espaço para se conhecer melhor. Comentei que parecia ser importante para ela ser ouvida por uma pessoa com a qual ela se identifica.

Formou-se no ensino médio em 2020 e começou a fazer um cursinho pré-vestibular, mas, com a pandemia, as aulas passaram a ser online e ela não conseguia acompanhar. Neste ano, está trabalhando no período da manhã e voltou para o cursinho. Quer prestar o vestibular para estudar História e pretende ser mestre de capoeira, sendo este último um sonho mais distante. Caso não consiga ser mestre de capoeira, disse que seria suficiente ser professora e ensinar outras pessoas. Eu não sabia a diferença entre mestre e professor nesse contexto. Após pesquisar, descobri que o mestre, além de ensinar as técnicas, é visto como alguém que tem experiência, uma espécie de pai, amigo e ídolo para os mais jovens, que os inspira, através do exemplo, a serem não somente capoeiristas, mas seres humanos melhores.

Nubia achou importante esclarecer que estava me contando de forma mais leve tudo isso, porque sabia que não era algo tão profundo como a terapia; por outro lado, disse que era mais fácil não ter de se preocupar se iria dar tempo de falar tudo no tempo estipulado, já que expliquei que não teríamos um tempo predeterminado.

Quando percebi que estávamos chegando ao final, perguntei se ela gostaria de dizer mais alguma coisa que considerava importante e ela perguntou o que eu estava buscando com a minha pesquisa. Expliquei que, diferente de outros tipos de pesquisa, eu não tinha uma hipótese, mas estava interessada em ouvir a sua experiência e depois escreveria uma narrativa sobre o nosso encontro. Nesse momento, ela disse que é poeta e que escrever a ajudou nesse processo de compreensão do que havia lhe acontecido.

Ao estudar sobre o axé, disse que aprendeu que todas as coisas na natureza são redondas, como as árvores e os planetas, e isso faz com que a energia flua livremente, mas o homem constrói objetos quadrados, como as casas, fazendo com que a energia fique acumulada nos cantos. Comentou que agora entende melhor quando entrava em algum lugar e sentia um peso nas costas, poderia ser a energia que estava acumulada. Explicou que não é necessariamente a pessoa que está carregada de uma energia ruim, mas sim o próprio local.

Sabe que o abuso não foi bom e não quer romantizar o sofrimento, mas afirmou que, de alguma forma, isso foi importante para que se conectasse consigo mesma. Disse uma frase que ficou marcada para mim: “Árvore sem raiz não para em pé”, ressaltando que esse movimento de conhecer melhor as suas raízes, incluindo a religião candomblé, tem sido importante para o seu crescimento. Concluiu dizendo que acreditava que o fato de eu ter entrado em contato com ela para participar da pesquisa estava conectado com o poder do axé, que fazia sentido ela estar me contando tudo isso naquele momento e que isso ajudaria no seu processo de compreensão.

Diferente do início, ela perguntou se poderíamos nos despedir com um abraço. Respondi afirmativamente. Senti que estávamos mais próximas e que aquele encontro foi significativo para nós duas.

Monica: “Estou nua em um quarto escuro”

Antes de dar início à redação da narrativa, acho importante dizer que já conhecia essa participante. Éramos amigas próximas na infância, mas depois nos distanciamos. Em 2020, quando voltamos a conversar, ela compartilhou que havia sido abusada, mas não nos aprofundamos sobre isso. Em 2022, quando comentei no *Instagram* que estava realizando os encontros, ela me contatou dizendo que poderia participar. Conversamos pelo *WhatsApp* para agendar uma data e combinamos de nos encontrarmos em uma quarta-feira, dia 27 de março de 2024, por volta das 15h50.

Nessa data, o meu consultório não estava disponível e perguntei se haveria algum problema em realizarmos o encontro em meu apartamento, já que eu estaria sozinha. Ela concordou. Monica estava vestindo uma blusa de manga curta, calça jeans e tênis. Os seus cabelos cacheados, naturalmente castanho-escuros, estavam tingidos de vermelho alaranjado e a franja, também cacheada, estava um pouco acima da testa.

Deixei algumas guloseimas na mesa, caso ela quisesse comer durante o encontro, e servi um pouco de suco de laranja, mas ela não tocou nos alimentos. Levou uma garrafa de água e bebia de vez em quando, entre as pausas da sua fala. Sentamo-nos e ela começou a contar que havia pedido demissão do cargo de supervisora de telemarketing. Estava nessa empresa há 4 anos, mas já havia sofrido algumas situações que chamou de assédio moral, sendo a última o estopim que a levou a tomar essa decisão final.

Ela mora em uma cidade no interior de São Paulo e precisava ir à capital uma vez por semana, porém, nesse determinado dia, ela não estava bem. Fez um parêntese, dizendo que estava fazendo o desmame de uma medicação psiquiátrica e que, por isso, não acordava bem em determinados dias, mas não sabia quando iria acontecer. Mesmo assim, saiu de casa, mas o trânsito estava intenso e ela começou a piorar. Parou o carro, mandou mensagem para a sua

superior e voltou para casa, trabalhando em *home office*. Contou que seu time fez uma reunião virtual e a deixou sozinha na sala como punição. Depois, fizeram uma postagem no *Instagram* com a frase “perdeu”, fazendo referência ao fato de ela não ter ido trabalhar presencialmente. Quando pediu demissão, a superior não sabia como fazer o procedimento, e pediu para que ela fizesse o seu próprio desligamento.

Essa não foi a primeira situação: comentou que teve um outro superior, do sexo masculino, que utilizava as suas ideias como se fossem dele, fazia reuniões para discutir um projeto idealizado por ela com a equipe, sem a sua presença. A participante chegou a registrar uma reclamação na empresa, mas nada foi feito. Ela foi transferida para outra equipe, mas ele continuou trabalhando lá. Monica demonstrou indignação ao dizer que outras mulheres continuariam passando pela mesma coisa. “Desde essa época, eu já sabia que pediria demissão desse trabalho.”

Continuou contando que muitas coisas estavam acontecendo na sua vida: sua irmã teve um filho e ela se tornou tia, sua avó foi diagnosticada com câncer e seis meses depois o seu padrasto também. Em razão desse cenário, casou-se rapidamente com o seu parceiro, já que a qualquer momento um de seus familiares poderia falecer.

Nesse momento, fez uma pausa e disse: “Agora, entrando no assunto da pesquisa”, como se estivesse me avisando e, de certa forma, preparando-se para o que contaria a partir dali. Contou que as lembranças do abuso começaram quando a filha da irmã nasceu. A participante começou a se identificar com a sobrinha e isso trouxe à tona memórias da infância que a invadiam: “Ela é muito parecida comigo, tem todos os tiques que eu tinha.” Disse que sentia algumas coisas na infância, mas não sabia identificar o que eram. Agora, já adulta, percebeu que, na verdade, sempre houve momentos em que ela se sentia mais ansiosa. Ela não descreveu em detalhes como se sentia nesses momentos, apenas utilizando o termo “ansiedade”.

Monica foi ao psiquiatra, começou a tomar medicação e a fazer terapia. Disse que estava com Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Não especificou se foi o médico que realizou esse diagnóstico, mas entendi que foi a forma como ela deu um “nome” ao que estava acontecendo.

A sua mãe e a sua irmã, que são as pessoas mais próximas, não sabiam sobre o abuso até então. Porém, toda vez que elas estavam juntas, tinha a impressão de que as lembranças ficavam mais fortes e era difícil não contar a elas o que estava acontecendo. A situação se intensificou ainda mais, pois a família queria retomar o contato com o abusador, um primo da família paterna. Elas se afastaram, pois os pais da participante haviam se separado há alguns anos. Com o divórcio, elas não mantinham contato com nenhum membro da família paterna, inclusive com o pai. Porém, com a pandemia, sua tia (mãe do primo) quase havia falecido de Covid-19 e a irmã resolveu retomar a relação.

Ela disse que não viu problema em voltar a se relacionar apenas com a tia, mas isso traria a possibilidade de rever o primo que havia abusado dela. A irmã também retomou a relação com o pai, pois queria que a filha tivesse contato com o avô, mas Monica não conversa com ele até hoje.

Contou que, em uma viagem que fez com a mãe e a irmã, começou a ter uma crise de ansiedade que não passava, e as duas ficavam perguntando o que estava acontecendo, qual era o motivo de ela estar assim, mas Monica não conseguia contar. Como estava na terapia, escreveu uma carta endereçada à mãe, pois queria encontrar uma forma de dividir esse peso com ela. No começo, sentia receio, pois não queria despejar nela o que havia acontecido e muito menos culpá-la.

Nessa viagem, ela estava trabalhando de forma remota e voltou a falar sobre o superior do sexo masculino que teve na sua empresa, dizendo que ele também contribuiu para despertar essas sensações de estar sendo invadida, de que não estavam respeitando os seus limites. “Eu

estava trabalhando na viagem, mas ficava com medo de ele achar que eu estava passeando, que não estava cumprindo os meus horários.”

Voltando à carta, ela andava com esse papel no bolso, esperando o momento certo para compartilhá-lo. Um dia, a mãe e a irmã estavam na casa da sua avó e ela sentiu que aquela seria a hora. Chamou a mãe no quarto, dizendo que precisava contar algo para ela. A irmã estava perto e se juntou às duas. Monica leu a carta, percebendo que a mãe ficou extremamente impactada, e descobriu que a mãe também foi abusada, mas não quis falar sobre o assunto. A participante acredita que o abusador era o avô materno da sua mãe, pois, quando a sua avó comenta sobre o pai, disse que a mãe fica desconfortável. A mãe disse, ainda, que sempre quis protegê-la e evitar que isso acontecesse, mas acabou acontecendo da mesma forma.

Os abusos sexuais aconteceram repetidas vezes por volta dos 7 e 12 anos de idade. O primo era 5 anos mais velho. O cenário foi a casa da avó paterna, em um quarto na parte dos fundos, onde ficavam alguns aquários que pertenciam ao pai da participante e um colchão no chão. Nessa hora, questionei-me internamente: “Por que havia um colchão nesse quarto?”. Tudo começou como uma brincadeira, ele estava jogando videogame e pedia para que ela se sentasse no colo dele. Depois, disse: “Era lá que ele abusava de mim”. Ela não deu detalhes sobre o que acontecia no quarto, e achei que seria invasivo perguntar, mas percebi o peso que aquilo tinha enquanto ela me contava. Nesse momento do encontro, uma sensação estranha tomou conta de mim, uma sensação de enjoo, como se estivesse tentando digerir o que estava ouvindo.

Monica continuou, dizendo que tem lembranças de como os membros da família possivelmente sabiam que isso estava acontecendo, mas não fizeram nada. Na primeira cena, contou que, na casa dessa avó, todos os primos dormiam juntos no mesmo quarto, e somente ela dormia na cama de casal com o primo. Essa imagem se formou na minha imaginação e fiquei pensando na cama como um lugar reservado para eles, como se eles realmente fossem

um casal autorizado pela família. Essa pergunta ficou ecoando em mim: “Por que somente ela dormia na cama de casal?”.

Uma vez, no meio da noite, recordou que sua prima disse: “Vó, a Monica e o [nome do primo] estão fazendo barulho!”. Então, a vó entrou no quarto, levantou a coberta, viu o que estava acontecendo e saiu. Contou que, em outro momento, seu tio, pai do primo, também viu o que estava acontecendo e não fez nada.

Um tempo depois, quando a participante tinha cerca de 12 anos, seu pai a chamou para conversar sobre sexo. Foi apenas então que ela se deu conta do que estava acontecendo, embora ainda não entendesse que se tratava de um abuso. Sentiu-se culpada, pois achou que, de alguma forma, também tinha sido uma escolha sua estar nessa situação, como se tivesse desejado aquilo. Interrompeu imediatamente o contato com o primo, mas, quando estava na casa da avó, ele continuava insistindo e ela chorava, esperando que algum adulto fosse ajudá-la. Segundo ela, ficou fantasiando se o tio teria visto e comentado com o pai, que depois conversou com ela sobre isso.

O assunto “sexo” não era um tabu na família. Disse que seus pais eram extremamente “sexualizados”, pois não evitavam se beijar ou trocar carinhos na frente das filhas. Na infância, lembrou que dormia no mesmo quarto da irmã e o quarto dos pais era ao lado; portanto, dividiam a mesma parede. Desde a infância, ela explicava isso dizendo: “O meu quarto era dentro do quarto dos meus pais”. Em função dessa proximidade, ela já havia escutado os pais fazendo sexo.

Comentou que teve algumas questões ginecológicas nessa época, como corrimentos. Quando a mãe a levou ao médico, lembra-se de que ele perguntou se alguém havia tocado nela. Ela respondeu que não, pois ficou com medo de contar e de a mãe pensar que era culpa dela. Disse que nunca conversou com o primo sobre isso, que ele nunca pediu desculpas e talvez tenha feito isso porque é socialmente aceito que os primos iniciem a vida sexual das primas.

Pensando nisso, comentou que teve “algo” com outro primo da mesma idade, mas que era diferente. Lembrou-se de que eles se beijavam embaixo d’água, quando estavam na piscina do clube. “Eu sentia um carinho por ele.” Nesse momento, lembrei-me de que já sabia disso, pois ela havia me contado quando éramos crianças.

Recentemente, encontrou o tio em uma festa no clube. Sua mãe avisara que ele estaria lá e ela disse que não tinha problema, já que o primo não estaria. Esse tio hoje mora na antiga casa da avó, onde os abusos aconteceram. Monica achou estranho quando ele comentou que eles deveriam se encontrar algum dia, dizendo o seguinte: “Mas naquela casa não, naquela casa você não vai querer”. Para ela, aquela frase soou diferente. Embora eles nunca tivessem conversado sobre isso, havia algo a mais que ele gostaria de comunicar.

Monica disse que só tomou consciência de que havia sido abusada quando participou de uma roda de conversa na faculdade sobre o tema. Em seguida, lembrou-se de que, no Ensino Médio e no trabalho, algumas mulheres já haviam passado por isso, enfatizando que se trata de uma coisa mais comum do que pensamos.

Prosseguiu dizendo que, na adolescência, quando beijava algum menino, não gostava de ser tocada em outras partes do corpo, e ressaltou que era extremamente reativa, chegando a dar um tapa no rosto de um deles. No entanto, começou a fazer dança de salão e encontrou uma forma de ressignificar o toque, entendendo que poderia estabelecer limites sobre onde gostaria de ser tocada ou não. Monica também chegou a se questionar se realmente gostava de meninos e se conseguiria relacionar-se com eles. Essa dúvida passou e disse que sempre que estava com algum parceiro, mesmo que de forma casual, contava sobre o abuso. Atualmente, ela é casada e o parceiro também sabe do abuso.

Ainda sobre o toque, Monica afirmou ter trabalhado em uma empresa onde liderava aproximadamente 200 homens. Por vezes, os funcionários colocavam as mãos nos seus ombros. Os colegas que compartilhavam a mesma sala, mais próximos de Monica, sabiam que ela não

gostava disso e pediam para que eles não se aproximassem tanto, de forma cuidadosa. “Eles me ajudaram muito.”

Compreendi que o abuso vem à tona nas situações em que Monica sente que seu espaço foi invadido, que seus limites foram ultrapassados. “É como se eu voltasse para a infância e me visse como aquela criança. Eu não consigo compreender que hoje sou adulta e consigo lidar com essa situação, estabelecendo os limites”. No processo terapêutico, disse que chegou à seguinte imagem: “Estou nua em um quarto escuro”. Era assim que os abusos aconteciam.

Quando, recentemente, pediu demissão do trabalho, questionou-se se isso aconteceu por conta da sua história e se seria essa a razão pela qual não consegue lidar com situações de “pressão”. Eu me perguntava se alguém realmente deveria conseguir lidar com isso. Monica ficou questionando se o que viveu no trabalho eram circunstâncias realmente abusivas ou se estaria exagerando. Recorreu ao marido, como se ele a puxasse para a “realidade”, e ele afirmou que, de fato, tratava-se de um ambiente que lhe causava sofrimento.

Durante o encontro, utilizou diversas vezes a palavra “criança” para referir-se a si mesma na época do abuso e “adultos” para referir-se à mãe e às outras pessoas da família, enfatizando que ela não era responsável pelo que aconteceu naquele momento e que seria responsabilidade dos adultos protegê-la. Ao final do encontro, eu disse que estava impactada com tudo que havíamos conversado e, embora soubesse da história da sua família, estava em uma posição de ouvir sobre a experiência do abuso pela primeira vez, já que ela nunca havia me contado dessa forma. Disse que era estranho, pois participei da sua infância, estava lá e não sabia que isso estava acontecendo. Ela me consolou: “Mas você também era apenas uma criança”.

Eu não me senti culpada, como se tivesse de ter feito algo. Foi mais uma sensação de que eu estava lá e não sabia de nada disso que estava acontecendo. A sua história faz mais

sentido agora para mim, como se eu soubesse de todo o pano de fundo, de um elemento central da sua vida. Como se eu a compreendesse melhor.

Luara: “Para de ser criança!”

O quarto encontro estava marcado para o dia 04 de abril de 2024, às 11h. Essa participante também entrou em contato comigo pelo *Instagram*, demonstrando interesse em conversar sobre o tema da pesquisa. Ela foi minha aluna no curso de Psicologia, mas nunca tivemos um contato mais próximo.

Luara chegou ao consultório aproximadamente às 11h15. Confesso que estava preocupada, perguntando-me se ela realmente compareceria ao encontro. Contudo, quando Luara chegou, percebi que o atraso era apenas por conta do seu trabalho. Andamos pelo corredor até a sala e, no caminho, perguntei como ela estava. Ela respondeu que estava bem e acrescentou algo como: “É muito bom estar trabalhando na área”. Ao longo do nosso encontro, compreendi o significado dessa primeira frase.

A participante era uma mulher de 24 anos, branca, de estatura média e cabelos lisos, longos e pretos. Estava usando uma calça preta, sandália rasteira e um jaleco com o nome do local onde trabalha, uma clínica multiprofissional que atende principalmente crianças atípicas, mas, segundo ela, também crianças típicas e mulheres. Luara disse que a demanda havia aumentado bastante e que quase todos os seus horários estavam preenchidos. Perguntei como era a sua rotina e me dei conta de que, embora tivesse deixado a tarde livre para isso, não teríamos tanto tempo, pois provavelmente ela voltaria para o trabalho depois do nosso encontro.

Retomei o que já havia explicado pelo *WhatsApp*, dizendo que estava interessada em conversar com mulheres adultas que sofreram abuso sexual no passado e que gostaria de saber se ela poderia contar como se sentia sobre isso atualmente. Depois de fazer a questão norteadora, percebi que entramos de forma direta no assunto, ao contrário do que aconteceu nos encontros com as outras participantes. Ela começou a falar rapidamente e senti dificuldade para acompanhá-la, mas aos poucos entrei no ritmo.

Começou dizendo que o abuso aconteceu na casa da sua bisavó, quando ela tinha 6 anos. O abusador era um primo mais velho, que tinha aproximadamente 12 anos, filho da sua tia materna. Ela disse que eles ficavam juntos nessa casa e lembra que ele pedia para que ela fizesse sexo oral. “Eu lembro muito do gosto e do cheiro.” Ela reclamava para ele que estava sentindo um odor ruim e ele ia ao banheiro. Ela não sabia o que ele fazia, mas acreditava que ele lavava o pênis, pois quando voltava sentia o cheiro do sabonete. Quando ficou mais velha, as lembranças voltaram e, durante o banho, às vezes sentia a fragrância do sabonete e começava a lembrar. “Esse maldito sabonete! Acho que era Lux.”

Contou que ele não a machucava, pois também era uma criança e tinha o órgão genital compatível com a sua fase do desenvolvimento. Não foi uma situação que envolveu uma agressão e por muito tempo ela questionou se deveria se sentir tão mal, já que não havia sido um abuso como geralmente imaginamos. Embora não houvesse o uso da violência física, o primo fazia ameaças, dizendo que ela não poderia contar aos pais e que, caso o fizesse, ele os mataria.

A mãe tomou conhecimento do abuso quando estavam na casa da tia e as duas irmãs estavam conversando na cozinha. A mãe entrou no quarto, viu a participante e o primo na cama, levantou a coberta e percebeu que eles estavam fazendo algo. Luara não se lembra de todos os detalhes, mas tem recordações de que a mãe brigou com a irmã e elas foram embora. As irmãs ficaram um tempo sem contato, mas depois voltaram a se falar.

Ao chegarem em casa, a mãe e o pai tiveram uma conversa e questionaram por que ela não havia contado para eles. Ela respondeu: “Porque ele disse que iria matar vocês!”. Os pais logo questionaram: “Como ele iria matar a gente? Ele é uma criança!”. Ela não sabia como ele faria isso, mas acreditou, pois também era uma criança. Sentiu-se burra por não ter contado antes aos pais, como se fosse algo óbvio que deveria ter sido feito.

Esse assunto foi esquecido e a família não falou mais sobre isso, mas Luara disse que a situação contribuiu para que começasse a se envolver com meninos cedo. Teve o seu primeiro namorado aos 13 anos. Eles estudavam na mesma escola e ele mandava cartas para ela todos os dias. As amigas contavam que o garoto ficava com outras meninas, mas ela fingia que nada estava acontecendo. “Todos os dias, ele mandava o seu amigo entregar a carta na minha sala e as minhas amigas achavam incrível, eu me achava especial.”

Comentou que essa necessidade estava associada à falta de afetividade que sentia por parte dos pais. Considerava-os extremamente exigentes, esperavam que ela fosse perfeita em tudo. Se os pais não tivessem sido dessa forma, ela tem certeza de que não teria se envolvido com esse namorado. Uma forma de conseguir a aprovação dos pais foi através da escola: sempre tirava notas boas e queria ser a melhor em tudo. Isso também atrapalhava o seu relacionamento com as amigas, pois não conseguia sentir-se feliz quando alguma delas compartilhava algo, ela sempre queria ser melhor.

Um determinado dia, o pai deixou que ela fosse à casa desse rapaz, pois ele seria batizado. Ela não entendia direito do que se tratava, mas aceitou, pois seria uma oportunidade para sair de casa, já que os pais nunca permitiam que isso acontecesse. Eles já haviam se beijado e iniciaram uma tentativa de relação sexual. Entretanto, ela começou a sentir dores e pediu para que ele parasse. Então, ele disse: “Para de ser criança, agora que começou tem que terminar!”. Nesse momento, eu pensei: “Mas ela era uma criança!” Antes que eu pudesse falar algo, ela disse a mesma frase, com um tom de voz indignado. O pai chegou para buscá-la mesmo não sendo aquele o horário que tinham combinado, e ela viu uma oportunidade para fugir. Nunca mais se falaram.

Contou — com um tom de quem acha engraçado — que lia as cartas do antigo namorado todos os dias, durante um ano, como se revivesse o sentimento de sentir-se especial e amada por ele. Eu comentei que ela realmente gostava dele e ela respondeu que sim, mas um dia cansou

e resolver queimar todas as cartas. A mãe saiu no quintal e perguntou o que estava acontecendo e ela disse: “Chega! Isso tem que acabar!”.

Aos 15 anos, começou a namorar o atual companheiro e contou que ele é uma *lady*, referindo-se ao fato de que ele é muito respeitoso com ela. Comentou que eles terminaram durante 2 meses e depois voltaram. Foi um momento difícil, pois ela estava distante das amigas. Porém, disse que foi importante para que ela se reaproximasse e retomasse a sua autonomia.

Considera a primeira experiência que teve com ele como a sua primeira relação sexual, que aconteceu em um dia que ele iria viajar para a praia, mas os pais dela não deixaram que ela fosse junto. Contou que chegou em casa, seu pai estava bravo e quebrou o seu celular. Ela esperou todos irem dormir, saiu de pijama, pulou o muro e foi a pé até a casa dele. O namorado questionou: “O que você está fazendo aqui? Seu pai vai te matar!”. “Vim me despedir de você”, ela respondeu. Quando Luara tomou iniciativa para a relação sexual, ele questionou se ela tinha certeza e ela assentiu.

No ambiente familiar, definiu como “rebelde” o seu comportamento entre os 15 anos 18 anos, pois não aceitava o fato de que os pais fingiam que o abuso não havia acontecido. Além disso, a mãe retomou o contato com a irmã e às vezes mencionavam o primo durante alguma conversa. O namorado acompanhou essa fase e sempre presenciava as situações em que ela ficava incomunicável. Eles se encontravam no caminho da escola para a casa dela e conversavam.

Certa vez, durante o jantar, os pais comentaram algo sobre o primo, e ela disse: “Eu não acredito que vocês ainda têm contato com o meu estuprador!”. Com desgosto, contou que o pai respondeu: “De novo isso? Você precisa superar!”.

Foi a primeira vez que ela usou a palavra “estuprador” durante o encontro — aliás, foi a primeira vez que uma participante escolheu essa palavra. Durante a escrita da narrativa, entendi essa escolha, como se ela quisesse chocar os pais, mostrando o impacto que aquele

abuso provocou na sua vida. Eles brigaram várias vezes, e Luara lamentou-se apenas porque os irmãos ouviram, mas não se arrepende dessa fase, pois, naquela época, queria “militar”¹⁰.

Apesar do ressentimento em relação aos pais, disse que eles sempre possibilitaram que ela estudasse em boas escolas e isso contribuiu para que ela chegasse aonde está hoje, mas reconhece a atual posição profissional como uma conquista somente fruto do seu próprio esforço. Começou a trabalhar aos 15 anos e, a partir de então, tornou-se responsável por comprar os seus objetos pessoais, incluindo absorventes. Para economizar, contou que almoçava em um restaurante popular da cidade, no qual o valor da refeição era R\$1, mas sentia-se envergonhada e não queria que ninguém soubesse disso, especialmente suas amigas. Quando alguém dizia que iria junto, ela pensava: “Agora vou precisar gastar R\$7 para comprar um salgado”.

Emocionou-se ao lembrar que, ao chegar em casa, as panelas estavam vazias, mas sujas, indicando que alguém havia feito comida, mas não havia deixado nada para ela. Ela tinha de se virar e às vezes comia apenas uma banana. Um dia, chegou em casa após o trabalho e não havia lavado a roupa, e disse que lembra vividamente de a mãe xingá-la, chamando-a de “vagabunda”. Nesse dia, decidiu que queria sair de casa, mas isso ainda não era possível por razões financeiras.

Decidiu cursar Psicologia como uma forma de transformar a sua realidade, mas a família não apoiou a sua decisão, dizendo que não era necessário. Por outro lado, a família do namorado, especialmente a sua sogra, sempre a incentivou. Atualmente, depois de formada, está trabalhando e ganhando um bom salário, mais alto do que seu pai já ganhou durante a vida toda. Agora, a família entende o que a faculdade proporcionou. Aqui, também compreendi o significado da sua primeira frase, quando ainda estávamos no corredor.

¹⁰ Defender uma causa, lutar por direitos iguais, enfrentar quem sustenta qualquer tipo de opressão a minorias.

Mudou-se para morar com o companheiro e conta que a mãe fez alguns comentários, como se a participante estivesse exagerando nas suas escolhas. “Essa casa não é muito grande?”, “Por que você precisa comprar os produtos da marca *Tupperware*?”. “Porque eu quero!”, respondeu Luara, de forma enfática. Disse que sempre foi um desejo comprar tudo combinando, pois gostaria de ter uma casa aconchegante, algo que não teve na casa dos pais.

Durante a pandemia, como as aulas estavam acontecendo na modalidade online, foi necessário passar mais tempo em casa, algo que sempre evitava. Nesse período, considera que o relacionamento com os pais melhorou, e agora, com a sua mudança de casa, ainda está se acostumando com a nova relação. Contou que, no dia do nosso encontro, sua mãe enviou uma mensagem convidando-a para almoçar e disse, com espanto: “Quando eu estava lá, não tinha comida, agora ela me convida para almoçar!”.

Ainda em relação à família, compartilhou que tem dois irmãos e sempre buscou assumir a postura que os pais não tiveram com ela. Quando a irmã passou pela menarca, conversou com ela sobre as questões envolvidas nesse processo, embora ainda achasse cedo para conversar especificamente sobre sexo. Contou que o irmão tem algumas dificuldades na escola e, após conversar com a mãe, compartilhando o que havia aprendido na faculdade, ela pareceu ouvi-la e seguir as suas recomendações. Acredita ser importante estar presente na vida dos dois e encontra-se com eles pelo menos uma vez por semana. Revelou ter medo de que eles passem pela situação de abuso que ela passou, mas acredita que isso nunca aconteceu.

Disse — como se quisesse resumir o que havia me contado — que sua experiência foi marcada pela negligência dos pais. Acredita que eles poderiam ter agido de outra forma e o fato de terem mantido contato com o abusador a magoou profundamente. Além disso, o abuso não teve consequências para o seu primo. “Eu não sei se iria acontecer algo com ele, porque ele também era uma criança. Mas eu queria que ele tivesse um tratamento. Ele poderia ter passado por alguma situação e estar reproduzindo.”

Nesse momento, ela olhou para o relógio e disse que precisava voltar para o trabalho, pois já estava atrasada. Lamentei por termos de encerrar, mas agradei o seu esforço para encaixar esse horário na sua agenda, pois sabia que ela tinha muitos compromissos ainda naquele dia. Comentei que era completamente diferente ouvir a sua história de vida fora do contexto da sala de aula, e isso ampliou a visão que eu tinha dela.

Em seguida, perguntei se ela gostaria de levar algo para comer no caminho, já que provavelmente não conseguiria almoçar, mas ela disse que não precisava. Frisei que ela poderia entrar em contato comigo caso surgissem dúvidas. Acompanhei-a até o portão e nos despedimos.

Marina: “Eu fiz porque senão o monstro ia me pegar”

O próximo encontro ocorreu no dia 15 de julho de 2024 às 10h30. Era uma segunda-feira e o clima estava ameno. Na semana anterior, havia comentado novamente no meu *Instagram* sobre a pesquisa e essa participante entrou em contato, demonstrando interesse em conversar sobre o tema. Ela está cursando o último ano da faculdade de Psicologia e já foi minha aluna em outros semestres.

Como de costume, preparei a sala para recebê-la, deixando suco de laranja e pão de queijo em cima da mesinha de café, e fiquei aguardando. Ela chegou alguns minutos mais cedo, cumprimentamo-nos na recepção e seguimos para a sala. Sentou-se no canto do sofá e cruzou as pernas. Estava usando roupas de academia: uma blusa azul-marinho e uma calça da mesma cor, com listras laranjas. O cabelo castanho-escuro estava preso, a franja atrás das orelhas, mas ainda era possível ver alguns cachos soltos. Durante o encontro, ela sorriu algumas vezes, deixando as maçãs do rosto em evidência.

Comecei perguntando como ela estava. Ela respondeu que se sentia tranquila, pois estava de férias tanto da faculdade quanto do trabalho. Comentou que, em agosto, estaria no último semestre da faculdade, ama estudar Psicologia e, mesmo com tantas coisas para fazer, como os relatórios, sente-se motivada.

Seguiu dizendo que, quando trabalhava fazendo treinamento para empresas, algumas mulheres a procuravam para contar sobre situações de abuso. Uma dessas mulheres contou que havia sofrido abuso sexual, tinha disfemia¹¹ e seu sonho era ser professora, mas tinha vergonha por conta da sua dificuldade de comunicação. A participante disse que não sabia se o problema tinha sido uma consequência do abuso e ficou se questionando sobre isso.

¹¹ Popularmente conhecida como gagueira.

Quando percebi que estávamos entrando no assunto da pesquisa, expliquei que estava conversando com mulheres adultas que relatam terem sofrido abuso sexual no passado e perguntei se ela poderia compartilhar como se sentia sobre isso atualmente. Ressaltei que ela poderia falar livremente, organizar suas ideias da forma como desejasse, e que eu estaria ali para acompanhá-la.

Até esse momento, compreendi que ela estava explorando o tema, mas falando principalmente de outras pessoas ou situações — um movimento que ela repetiu durante o encontro. A partir de então, começou a falar sobre si mesma.

Disse que, depois da conversa, ficou impactada e voltou para casa incomodada, mas não sabia dizer o que era. Arrumou-se no sofá, hesitou por um momento, e começou contando que tinha um parente que morava na casa da tia e que, quando sua mãe tinha algum compromisso, ela também ficava lá. Lembrou-se de uma cena em que ela estava sem roupa, próxima desse parente, os genitais se tocando, mas não sabe se houve penetração. Questionou-se se isso teria acontecido outras vezes, mas tem essa única memória. Perguntei se ela se recordava quantos anos tinha. Ela disse que tinha entre 5 e 6 anos e o parente, por volta de 12 anos.

Recordou que assistia uma série japonesa chamada *Jaspion* em que havia monstros e ela acreditava que eles existiam. O parente dizia: “Você precisa fazer isso, senão o monstro vai te pegar!”. Ainda, ele dizia que a vizinha fazia e então, ela precisava fazer também. A participante acreditava que, se a vizinha também estava fazendo, não tinha problema em fazer.

Voltando à cena, disse que foram interrompidos pela tia, que entrou e esbravejou: “Eu vou contar para a sua mãe!”. Não lembra de mais nada depois disso, mas ficou imaginando como poderia ter sido. Acredita que eles colocaram a roupa e pararam por ali, mas a tia nunca perguntou o que estava acontecendo e se ela queria estar nessa situação. “Ela me culpou, como se eu estivesse fazendo aquilo porque eu queria”. E repetiu, aparentando desconforto: “Eu fiz porque senão o monstro ia me pegar”. O que mais a incomodou foi a falta de acolhimento da

tia, pois esperava que fizesse algo ou conversasse com ela. Ficou preocupada se a tia iria contar para a sua mãe, mas ela não sabe até hoje e não sabe como ela reagiria se contasse.

Esse parente sempre trouxe problemas para a família. Teve conflitos com a lei e ficou preso durante alguns anos, mas atualmente está em liberdade. Questionei se ela mantinha contato com ele, imaginando o quanto isso poderia ser doloroso. Ela disse que apenas de vez em quando. Gostaria de sentir raiva dele, mas não consegue, disse que sente compaixão e até chegou a se questionar, durante a psicoterapia, se seria uma espécie de Síndrome de Estocolmo¹².

Descreveu como um sentimento contraditório, pois era uma pessoa pela qual ela sentia carinho, já que eles brincavam juntos durante a infância, mas que fez algo ruim. Comentou sobre outra situação que uma mulher compartilhou com ela, na qual o abusador era desconhecido, ressaltando como era mais fácil, pois não havia laços com o homem.

Já falou sobre ele em diversas sessões de terapia e desconfia que ele possui alguma patologia, pois, percebeu semelhanças entre os comportamentos dele e os comportamentos delinquentes, quando estudou sobre isso na faculdade.

Nunca conversou com ele sobre o que aconteceu e disse que não faria sentido nenhum fazê-lo agora. Entendi que, quando ele precisa de ajuda, recorre à família e ela atende o pedido, mas sem conversar diretamente com ele. Para ela, essa situação teria um fechamento apenas se ele morresse ou se mudasse para outro país e não desse mais notícias. Revelou que nunca contou para ninguém da família e que a única testemunha seria a tia, mas ela faleceu faz algum tempo.

Continuou dizendo que sabe que algumas mulheres têm consequências sexuais decorrentes do abuso, mas que esse não é o seu caso. Falou sobre outras dificuldades que acredita estarem ligadas a isso. Durante a adolescência, evitava ao máximo chamar a atenção das pessoas, não gostava de maquiagem, usava apenas rímel incolor e base nas unhas. Escolhia

¹² Fenômeno psicológico em que vítimas desenvolvem um relacionamento de lealdade e solidariedade com o seu raptor.

apenas roupas de cores neutras, dizendo estar sempre “básica”. “Eu queria ser invisível.” Também tem dificuldade em se expor, principalmente na internet. Não gosta de fazer postagens e, quando faz, precisa conferir diversas vezes se está tudo certo.

Marina contou que faz psicoterapia sob enfoque da teoria psicanalítica, mas também já foi acompanhada por uma profissional da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC). Segundo ela, nesta última, as questões trabalhadas eram mais práticas, e compreende que a Psicanálise faz mais sentido atualmente. Disse que hoje é feliz, casada, tem um emprego e que as principais questões que lhe geram sofrimento estão associadas à infância. Fiquei com a impressão de que existiam outras questões em relação ao passado. Não sabia se ela gostaria de falar sobre isso, mas resolvi perguntar: “Então, existem outras coisas da sua infância, além do abuso?”

Nesse momento, ela perguntou se poderia beber um pouco de suco. Respondi que sim e a servi. Ela fez uma pausa, como se fosse começar uma nova história. “Bom, meu pai morreu quando eu tinha 5 anos”. Falou mais rápido: “É sempre assim que eu começo. Meu pai morreu quando eu tinha 5 anos”. Comentei que seria, então, próximo da idade em que o abuso aconteceu. Ela concordou e disse que não sabe exatamente se foi antes ou depois, mas que talvez não conseguiria dar conta de lidar com essa situação e, por isso, entende que sua mente reprimiu essa cena, protegendo-a.

Desde então, sua mãe cuidou da família, mas tudo era difícil após o falecimento do pai. A participante disse que tinha vários irmãos e percebia que a mãe estava sobrecarregada, então pensava: “Eu vou ser boazinha. Não vou dar mais trabalho para ela.” Dessa forma, cresceu sempre buscando ser “certinha” e comportada. Comentou que acordava quase todos os dias com o som do choro da mãe, rezando e chorando, pedindo ajuda.

Disse que sempre foi uma aluna exemplar, buscava tirar nota máxima em todas as provas e ficava extremamente chateada quando isso não acontecia. Acha um absurdo quando os alunos

da faculdade não estudam e tiram notas baixas. Porém, disse que hoje está tentando lidar de outra forma e tenta passar isso para a sua filha.

Comentou sobre uma aula da faculdade em que a professora disse que geralmente tendemos a olhar para os alunos mais bagunceiros, que dão trabalho, mas que era importante olhar para os alunos silenciosos, quietinhos, pois eles não conseguem sequer comunicar o que está acontecendo de errado. Comuniquei que parecia que ela gostaria de ser invisível, mas, ao mesmo tempo, queria que olhassem para ela, que prestassem atenção nela. Marina assentiu.

Seguiu contando outros momentos em que se sentiu assediada. Certa vez, quando estava na escola, um menino passou a mão na sua nádega. Ela não contou para a professora, pois era considerado algo “natural”. Foi apenas depois que entendeu que não era algo aceitável. Outra vez, um rapaz estava passando de bicicleta na rua e mostrou a genitália. Em outra situação, o pai de uma amiga segurou demoradamente na sua mão e disse: “Os homens gostam de meninas como você”. Ela disse que a frase aparentemente não significa nada demais, mas a forma como ele falou foi estranha e ela ficou desconfortável, além de ter percebido o toque diferente. Em outro momento, contou sobre um rapaz que achava bonito e a beijou, porém começou a passar a mão no seu corpo de forma descontrolada e ela saiu correndo, até chegar em casa. Sentiu-se como um objeto, como se ele pudesse entrar nessa “sala”, referindo-se ao lugar que estávamos, pegar o que quisesse e ir embora.

Apesar de não perceber assim naquela época, hoje considera essas situações absurdas e disse que isso acontece com mais frequência do que imaginamos. Marina retomou a história da mulher que afirmou seu desejo de ser professora, e perguntando-se, indignada, como era possível que um homem pudesse impedir que uma mulher se tornasse algo que ela quisesse. Foi como se Marina dissesse que o abuso pode apresentar consequências passíveis de impedir as mulheres de realizarem coisas que gostariam, de realizarem sonhos de vida.

Agradeceu a oportunidade de participar da pesquisa e disse que, quando viu o meu convite na rede social, pensou: “Eu preciso ir lá falar sobre isso”. Comentou sobre a importância do tema e que, além de conversamos sobre situações que já aconteceram, como estávamos fazendo, era necessário pensar sobre prevenção.

Novamente, agradeceu, desta vez com lágrimas nos olhos, e disse: “Você está sendo a minha tia nesse momento, você está me acolhendo da forma que eu esperava que ela tivesse feito”. Nesse momento, dei-me conta da importância que esses encontros tinham para essas mulheres e da responsabilidade de estar ali com elas, conversando sobre algo tão íntimo e profundo. Reforcei que ficaria à disposição caso ela precisasse. Despedimo-nos, mas muitas coisas ficaram em mim naquele dia, até chegar em casa e iniciar a escrita da narrativa.

Ester: “Por que Deus deixou isso acontecer?”

O sexto e último encontro estava marcado para o dia 17 de julho de 2024, às 14h. Como disse anteriormente, havia comentado mais uma vez no meu *Instagram* sobre a pesquisa e Ester respondeu dizendo que poderia participar. A mensagem veio acompanhada de um emoji assoando o nariz com um lençinho (ou espirrando), que as pessoas enviam quando estão gripadas. Contudo, compreendi que, naquele contexto, esse emoji representava tristeza, o momento em que alguém está prestes a chorar ou já está em prantos e precisa assoar o nariz.

Já havia encontrado pessoalmente essa participante, que também é psicóloga, para um trabalho. Confesso que fiquei surpresa quando recebi sua mensagem. Na verdade, acho que eu sempre ficava surpresa ao saber que pessoas próximas passaram por essa situação e eu nem imaginava.

Estava no consultório aguardando quando ela enviou uma mensagem dizendo que se atrasaria um pouco. Ela chegou por volta das 14h20. Ao sair da sala para recebê-la, imediatamente a avistei. Ester era uma mulher jovem, com um sorriso caloroso e amigável. Tinha os cabelos castanhos, longos e cacheados, que estavam soltos sobre seus ombros. Somente as laterais da franja estavam presas, unindo-se na parte de trás da cabeça, realçando os seus olhos castanhos e expressivos.

Sentou-se no sofá e disse que estava em uma reunião e, por isso, acabou se atrasando. Eu disse que não havia problema e começamos a conversar. Ela já sabia sobre a pesquisa, mas reiterei que estava conversando com mulheres que relatam terem sofrido abuso sexual no passado e perguntei se ela poderia compartilhar como se sentia sobre isso atualmente.

Iniciou comentando sobre o abuso de forma mais superficial e questionou se eu queria que ela descrevesse com detalhes o que tinha acontecido. Respondi que poderia fazê-lo caso desejasse, pois assim eu conseguiria entender melhor o contexto. Contou que a mãe sempre

esteve envolvida no comércio, tendo vendido uma variedade de produtos ao longo dos anos. Durante esse período, a mãe era proprietária de três lojas localizadas nas proximidades de sua residência: uma ela mesmo utilizava, enquanto as outras eram alugadas. A mãe frequentemente retornava para casa para preparar o almoço, deixando os filhos responsáveis pela supervisão da loja, caso algum cliente surgisse.

O abusador era um inquilino de uma dessas lojas. Perguntei se ela sabia quantos anos tinha na época. Ela disse que tinha entre 4 e 6 anos, e lembra-se dele já com os cabelos brancos. Contou que ele era um “bom” locatário, pagava os aluguéis em dia e ficou lá durante muito tempo, o que não era comum de acontecer. Por conta disso, a mãe confiava nele.

Seguiu dizendo que ele tinha uma loja de variedades, como se fosse uma loja de R\$1,99. Ele a convidava para ir até lá, oferecendo brinquedos para atraí-la, como bonecas. Os abusos começaram de forma gradual: primeiro, ele pedia para que ela se sentasse no colo dele e, depois, passou a masturbá-la. Lembrou-se de que, certo dia, ele pediu para que ela fizesse sexo oral nele. Ela se assustou e saiu correndo. A mãe não sabia de nada, mas um dia percebeu que ela estava sentada no colo dele e perguntou: “Ester, o que você está fazendo aí?” Depois disso, não se lembra do que aconteceu, mas imagina que tenha ido embora.

Algum tempo depois, o locatário mudou o comércio para a outra esquina e está lá até hoje, na mesma rua em que a sua mãe mora. Então, indaguei: “Você já o viu depois de tudo o que aconteceu?”. Ela respondeu que o viu apenas poucas vezes, disse que há algum tempo foi à casa da sua mãe, parou o carro na rua e, quando foi descer, ouviu: “Oi, princesa”. Olhou para trás e viu que era ele. Não respondeu, apenas ignorou.

Comentou sobre outra situação em que uma pessoa da sua família, aproximadamente da mesma idade que ela, pediu para que ela fizesse sexo oral nele. Lembrou-se que começou a fazer, mas sentiu-se enjoada e cuspiu.

Contou que, em um determinado período de sua vida, fazia uso de drogas sintéticas. Durante uma *rave*¹³, sentiu-se mal e depois disso se converteu, aproximando-se de Deus. Entretanto, ainda tinha questionamentos em relação à religião, especialmente no que se refere ao abuso que sofreu. Conversou com os conselheiros da igreja sobre o que havia acontecido e questionava: “Por que Deus deixou isso acontecer? Onde estava Deus? Onde estava a minha mãe?”. Nesse momento, culpava somente a mãe pelo abuso, mas depois isso mudou, como veremos mais adiante.

Começou a contar sobre um treinamento vivencial chamado “*Leader Training*”. Percebi que ela não estava tão à vontade, mas achei melhor não interromper. Segui ouvindo, até que ela disse: “Eu não gosto muito de falar sobre isso, principalmente com psicólogos, porque parece que existe um preconceito. Eu também tinha um preconceito”.

Eu disse que não conhecia o treinamento e não sabia como funcionava, mas que ela poderia continuar falando o que fizesse sentido naquele momento. Esse treinamento pareceu ser algo significativo nessa redescoberta do abuso e eu estava interessada em compreender como aquilo tinha sido.

O treinamento ocorreu ao longo de um fim de semana, iniciando na sexta-feira e terminando no domingo, e estava estruturado em várias etapas. Durante a etapa sobre traumas, Ester conseguiu acessar as lembranças do abuso que havia esquecido anteriormente, relembrando a intensidade do que viveu.

Esther disse que, ao final do curso, conseguiu ressignificar essa situação em uma espécie de dinâmica. Ela se deparou com a Ester criança, que disse que estava ali para cuidar dela. A Ester adulta respondeu: “Mas você é uma criança! Eu que preciso te proteger”. Elas se abraçaram e isso representou um conforto em relação a tudo o que havia vivido. Eu disse: “As

13 Festa de música eletrônica de longa duração.

duas versões eram você, né?” Ela assentiu. Não sabe se as pessoas também se sentiram assim, mas para ela foi intenso, chorou bastante.

“O inconsciente¹⁴ é muito louco, né?!” complementou, rindo. Balancei a cabeça afirmativamente. Tinha uma breve memória de que ela era psicanalista por outras conversas que tivemos, mas não tinha certeza e, nessa hora, perguntei se era isso mesmo. Ela respondeu que sim, que já teve seus dilemas, mas hoje é o que faz mais sentido.

Ainda durante o *Leader Training*, uma das profissionais questionou como era a sua relação com o pai e qual a sua percepção dele. Ester respondeu: “Ele é um príncipe!”. A profissional comentou que achou estranho e, ao longo do curso, a participante se deu conta de que seu pai também era responsável por ela. Assim, a pergunta anterior — “Onde estava Deus?” — passou a ser “Onde estavam os meus pais?”. Atualmente, não culpabiliza os pais pelo ocorrido, mas os responsabiliza. Apesar do que aconteceu, disse que teve uma boa infância, brincava bastante e sempre tinha comida quentinha na mesa.

Após o treinamento, contou para a mãe, que ficou triste e cogitou se mudar de casa para não ver o abusador novamente, mas acabou desistindo. O seu pai não sabe até hoje e disse que a mãe não contou. “Pelo menos foi o que ela disse, que não tinha contado para ele”.

Enquanto ela me contava, parece que novas lembranças iam surgindo. Ela disparou: “Eu lembro de sentir muita raiva na adolescência!”. Disse que tinha um vício em masturbação e percebia que isso acontecia em excesso. Queria entender um pouco mais o que ela estava querendo dizer com isso e perguntei se ela poderia me explicar um pouco melhor. Ela disse que se masturbava com frequência desde muito nova e percebeu que excedia o que era considerado “normal”.

Como exemplo, citou um episódio em que um primo veio falar sobre isso com ela, como se fosse algo novo, e ela já sabia do que se tratava. Questionei como era essa relação da

¹⁴ Conceito da teoria psicanalítica clássica que se refere a um reservatório de conteúdos traumáticos que foram recalcados, estão fora do alcance da consciência e influenciam os nossos comportamentos.

masturbação com o sexo e ela disse que demorou para entender que a masturbação era uma forma de estimulação sexual, pareciam duas coisas distintas.

Ester também lembrou que o relacionamento com o último ex-namorado despertou alguns gatilhos, recordando um dia em que ainda estavam juntos, mas, como o relacionamento já não estava legal, não queria fazer sexo. Ester dormiu e acordou com o namorado passando a mão nos seus seios. Achou estranho no começo, mas depois “entrou no clima” e eles acabaram fazendo sexo. Entretanto, disse que gostaria de ter sido mais firme na sua posição inicial.

Retomou a interação que o abusador teve com ela, chamando-a de “princesa”, e ficou se questionando: “Por que eu não respondi? Por que eu não falei: não me chama assim?!” E soltou um termo ofensivo, rindo. “Quando eu olho para ele, eu sinto...”. Fez uma pequena pausa. Retraiu-se no sofá, como se o corpo todo estivesse falando: “Nojo!”. Seguiu dizendo: “eu não sei se você foi [abusada], mas a gente se sente suja”. Eu senti muita raiva e vergonha”.

Contou que, por muito tempo, trabalhou a questão da inferioridade na terapia, algo que acredita também estar ligado ao abuso. No passado, não conseguia enxergar como todas essas coisas estavam conectadas, mas hoje consegue ver com mais clareza, principalmente depois do treinamento. Agradei a sua disponibilidade em conversar comigo e disse que tinha sido intenso acompanhá-la. Ela finalizou, sorrindo: “Passou muito rápido, eu me senti na terapia!”.

Nesse momento, ela solicitou uma pausa para ir ao banheiro. Após o seu retorno, agradei a sua participação e reforcei que poderia entrar em contato comigo caso surgissem dúvidas. Despedimo-nos.

Narrativa-Síntese

Durante os encontros, as participantes estavam dispostas a compartilhar as suas experiências, apesar de parecerem receosas por essa conversa inevitavelmente despertar lembranças dolorosas que geraram sofrimento em suas vidas. Os encontros começaram com conversas superficiais, mas, quando se sentiram mais confortáveis, elas abordaram o tema em questão. A forma como as participantes organizaram as suas histórias se aproximou do caminho que fizeram para tentar compreender o abuso sexual, em uma tentativa de comunicar, naquele encontro, o que passaram anos tentando desvendar.

“Comecei a ter flashbacks sobre o que havia acontecido.” Tomar consciência a respeito do abuso vivido foi semelhante à descoberta de algo das suas próprias histórias de vida de que ainda não tinham se dado conta. Isso aconteceu somente na vida adulta, anos depois, em situações variadas: no contato com outras pessoas que contaram sobre as suas próprias vivências de abuso ou quando o contato com algo despertava memórias da situação vivida — uma pessoa, um odor, uma frase ou um sabor. As memórias não são claras, invadem a consciência na forma de *flashes* ou cenas estáticas, parecendo não ter uma continuidade temporal.

“Eu lembro muito do gosto e do cheiro”. As participantes duvidaram de si mesmas, questionando se as lembranças realmente eram reais ou se eram sonhos. Apesar disso, as impressões ficaram guardadas no corpo de forma intuitiva, e os cinco sentidos desempenharam um papel importante: elas se lembram de toques, cheiros, sabores, imagens e frases que ouviram. Não sabiam exatamente o que estava acontecendo, mas tinham a impressão de que algo estava “errado”.

“Estou nua em um quarto escuro”. Elas descreveram detalhes sobre o abuso, embora essa particularidade não estivesse incluída na questão norteadora, fazendo um esforço para

retomar o que lembravam. À medida que narravam suas experiências, novas imagens e reflexões surgiam. A situação aconteceu em residências ou lugares familiares e as participantes fizeram descrições significativas desses cenários, possibilitando que eu me “transportasse” para o local, e enfatizaram a dificuldade de revisitar esses espaços.

“O que você está fazendo?”. Entre as pessoas adultas da família, as mães ou mulheres (tias, avós) apareceram como figuras importantes nas narrativas. Algumas descobriram o abuso na época, flagrando a cena, mas não acolheram as participantes e as culpabilizaram pela situação, questionando o que elas estavam fazendo, mas nunca questionando o abusador. As participantes se sentiram desamparadas, sozinhas e culpadas pelas figuras femininas. As participantes tinham a impressão de que, os familiares se omitiram, no sentido de que não houve consequências para o abusador¹⁵, apenas para elas.

“Onde estava a minha mãe?”. As participantes culpam ou responsabilizam apenas as mulheres pelo abuso, questionando onde elas estavam ou por que deixaram isso acontecer. Quando as figuras protetoras não descobriram o abuso na época, as participantes iniciaram um processo penoso para revelarem que foram abusadas, permeado pelo medo da reação da genitora. Durante a revelação, algumas participantes descobriram que as mães também haviam sido abusadas, mas não quiseram se aprofundar no assunto ou naturalizam o ocorrido. Sentem uma indignação por acharem que os adultos deveriam ter percebido o que estava acontecendo, como se elas se perguntassem: “Por que ninguém viu que isso estava acontecendo?”, evidenciando a percepção de que não foram protegidas.

“Isso só terminaria se ele morresse ou se mudasse para outro país e não desse mais notícias”. Os abusadores eram pessoas conhecidas, com as quais tinham contato próximo e brincavam e pelas quais sentiam carinho, mas que, ao mesmo tempo, machucaram-nas profundamente. Em relação ao abusador, compartilharam sentimentos de raiva, nojo e

¹⁵ Embora uma participante tenha sido abusada por uma mulher, optamos por utilizar a palavra no masculino, a fim de deixar o texto mais fluido.

compaixão. Apesar do ocorrido, ainda tiveram interações diretas ou indiretas com os abusadores e buscaram compreender os motivos pelos quais eles fizeram isso, procurando justificativas e sugerindo que deveriam ter recebido o tratamento adequado. Elas não confrontaram o abusador ou fizeram uma denúncia, tendo apenas se distanciado fisicamente dele.

“A gente se sente suja.” As participantes revelaram sentimentos de culpa, vergonha, raiva e nojo. Acreditam que, de alguma forma, escolheram estar nessa situação, como se fossem responsáveis ou tivessem desejado que aquilo acontecesse. O abuso e a forma como os adultos lidaram com o fato deixaram marcas na maneira como elas enxergam a si mesmas. Elas têm percepções de inferioridade, de que foram “burras” por não terem contado antes ou por terem acreditado nas ameaças dos abusadores.

“Eu lembro de sentir muita raiva na adolescência!”. *“Eu queria ser invisível.”* Referiram-se à adolescência como uma fase desafiadora, um momento em que gostariam de ser vistas e consideradas de alguma forma, seja pela raiva (rebeldia) ou pela busca pela perfeição. Esforçavam-se para obter a aprovação dos pais, através do bom comportamento em casa ou na escola. Comentaram sobre a relação com o sexo: algumas iniciaram a vida sexual precocemente e se envolveram com diversos parceiros, enquanto outras experienciaram dificuldades e evitaram o contato sexual.

“Mas você é uma criança! Eu que preciso te proteger”. Ao acessarem o abuso, as mulheres adultas também acessaram a si mesmas enquanto crianças. As lembranças se misturam com situações atuais e elas tentam compreender de que forma estão relacionadas. Enquanto crianças, desejavam ter sido protegidas, escutadas e acolhidas pelos adultos da família. Agora, como adultas, precisam cuidar de si mesmas e estabelecer limites nas relações interpessoais.

“Esse caminho que percorri foi uma tentativa de tentar entender o que aconteceu, mas é difícil encontrar uma explicação”. As mulheres trilharam um caminho para contar a história

do abuso, e esse caminho se entrelaça ao próprio processo que cada uma vivenciou para tentar juntar todas as peças desse quebra-cabeças. Tentam organizar imagens, fragmentos, lembranças e sentimentos para entender quem se tornaram depois do que viveram.

“Você está sendo a minha tia nesse momento, você está me acolhendo da forma que eu esperava que ela tivesse feito”. Apesar do abuso, as participantes conseguiram encontrar formas de lidar com o que aconteceu, seja pela escrita, pelo processo da psicoterapia ou pela espiritualidade, ajudando outras pessoas na profissão que escolheram ou por meio da própria pesquisa. Embora todas tenham passado por psicoterapia, já tendo, portanto, falado sobre esse assunto em outros momentos, o encontro possibilitou um espaço em que se sentiram acolhidas e consideradas. A pesquisa representou uma possibilidade de contar para outra pessoa o que aconteceu e saber que essa história será lida por outras mulheres.

*O essencial é saber ver,
Saber ver sem estar a pensar,
Saber ver quando se vê,
E nem pensar quando se vê,
Nem ver quando se pensa.*

Fernando Pessoa

Capítulo 4: Os Elementos Estruturantes da Experiência: Diálogos entre Autores

Clássicos e Pesquisas Contemporâneas

O processo de aproximação sucessiva da pesquisadora com o vivido nos encontros com as participantes, atrelado à interlocução com os membros do grupo de pesquisa, possibilitou que a pesquisadora desvelasse os elementos estruturantes relacionados à vivência das mulheres que sofreram abuso sexual na infância ou na adolescência.

Os elementos serão apresentados da forma mais simples e ingênua encontrada pela pesquisadora, conforme sugerido por Husserl (1954/2008, p. 102, tradução nossa) ao abordar as dificuldades de um pensamento que busca alcançar o mundo pré-científico: “Faz parte dessas dificuldades, digo eu, ter que escolher uma maneira ingênua de falar da vida, mas também ter de manejá-la de modo adequado, como é exigido pela evidência das demonstrações”.

Que o regresso correto à ingenuidade da vida, mas numa reflexão que se eleva acima dela, é a única forma possível de ultrapassar a “cientificidade” dos caminhos das filosofias objetivas tradicionais que repousam na ingenuidade filosófica, tornar-se-á gradual e finalmente completamente claro, e abrirá as portas às novas dimensões já repetidamente apontadas (Husserl, 1954/2008, p. 102, tradução nossa).

Cada elemento será apresentado com um título em negrito, seguido por uma frase ou parágrafo em itálico, redigido pela pesquisadora em primeira pessoa, como parte do seu esforço para se aproximar da experiência vivida pelas participantes, elucidando o elemento estrutural a partir do ponto de vista delas. Embora os elementos sejam apresentados separadamente, eles estão conectados, interligados entre si. Quando a pesquisadora chegou ao último elemento, percebeu que ele se conectava ao primeiro, como será explicitado ao longo da discussão. Após a identificação de cada elemento, será realizada a discussão psicológica, à luz das proposições

da fenomenologia clássica de Edmund Husserl e de seus colaboradores e em pesquisas atuais sobre o tema.

Elemento 1: O passado, carregado de sofrimento, se entrelaça ao presente e interfere na expectativa sobre o futuro

“Algo terrível aconteceu comigo no passado, demorei anos para lembrar e me dar conta. Parece que, por mais que eu me esforce, nunca saberei exatamente todos os detalhes e o que isso causou na minha vida. Isso sempre fará parte de mim.”

Na perspectiva fenomenológica husserliana, a temporalidade pode ser compreendida através de três atos da consciência: a retenção, a recordação e a protensão. Toda retenção é precedida por uma percepção, que se refere ao tempo presente, ao que é percebido no agora e “tem um passado infinito atrás de si e um futuro diante de si” (Husserl, 1954/2008, p. 201, tradução nossa).

Para que ocorra um fluxo temporal, é necessário que o que foi percebido permaneça na consciência, mesmo após o término do estímulo. Esse fenômeno ocorre através da retenção ou recordação primária, um processo pelo qual a consciência mantém um vestígio do que foi percebido, como a cauda de um cometa. “Mas esta apreensão do agora é, de algum modo, o núcleo para uma cauda de cometa de retenções, respeitantes aos pontos-agora anteriores do movimento” (Husserl, 1994, p. 63).

A percepção nos oferece o “agora atual”, a experiência imediata do presente. Já a retenção nos apresenta o “agora mesmo passado”, aquilo que acabou de ocorrer e ainda permanece na consciência através da cadeia retencional. No entanto, essa cadeia de retenções

tem um limite e, quando o passado já não está ao alcance dessa retenção imediata, o acesso a ele se dá por meio da recordação (iterativa) ou retenção secundária (Andrade, 2021).

Na recordação iterativa aparece-nos um agora, mas ele aparece num sentido totalmente diferente daquele em que, na percepção, o agora aparece. Este agora não é percebido, quer dizer, dado ele próprio, mas sim presentificado. Ele representa um agora que não é dado (Husserl, 1994, p. 72).

Portanto, a retenção primária e a recordação se referem ao passado. A protensão, por sua vez, diz respeito à possibilidade de um futuro próximo, do que ainda está por vir. Trata-se de um horizonte de abertura para o futuro, no qual a expectativa de preenchimento é baseada na doação originária, ou seja, uma antecipação do que está por vir por meio da percepção (Andrade, 2021).

Ao contrário, a expectativa encontra o seu preenchimento numa percepção. Pertence à essência do expectado que ele seja algo que vai-ser-percebido. Com isso, é evidente que, se algo expectado ocorre, isto é, se se torna algo presente, então o próprio estado de expectativa passou; se o futuro se tornou presente, então o presente tornou-se relativamente passado (Husserl, 1994, p. 85).

Durante o desenvolvimento infantil, especialmente entre os 2 e 7 anos, a criança tende a utilizar principalmente verbos no presente, pois “o presente é o tempo da ação imediata” (Augras, 2013, p. 35). Com o tempo, à medida que se distancia dessa experiência e começa a absorver as tradições e normas de seu grupo social, ela passa a internalizar a noção de tempo, compreendendo suas três dimensões — passado, presente e futuro (Augras, 2013).

Quando viveram o abuso, as participantes eram crianças, e, portanto, aquele era o presente, era aquela a experiência imediata, percebida pela consciência. Essa experiência foi retida, ainda que não se lembrassem claramente do que havia acontecido, e agora pode ser recordada.

Com base na fenomenologia da temporalização interna desenvolvida por Husserl, Larrabee (1995) oferece uma compreensão das memórias ou *flashbacks*¹⁶ que invadem a consciência de pessoas que passaram por eventos traumáticos. Essas memórias representam um tipo de experiência em que o passado irrompe no presente de maneira abrupta, característica comum no Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)¹⁷.

Quando alguém se lembra de algo, torna-se capaz de organizar os eventos em uma sequência temporal. Por exemplo: primeiro entrei em casa, tirei os sapatos e, em seguida, fui para a cozinha. No caso de uma memória traumática, no entanto, as lembranças surgem fora de ordem, ou seja, de maneira não linear (Larrabee, 1995). As participantes descreveram as lembranças como imagens, *flashes* ou cenas estáticas, chegando a questionar se eram sonhos ou faziam parte da sua imaginação.

A recordação do abuso somente anos após o evento pode ser compreendida à luz do conceito de síntese passiva, um processo anterior à percepção, no qual a experiência é organizada de maneira automática, sem a participação ativa da consciência (Ales Bello, 2006). Nesse contexto, as mulheres se depararam com algo em suas experiências presentes que a consciência, sem a intervenção ativa do ego, associou a eventos passados (Larrabee, 1995).

Husserl entende por passividade uma esfera de experiência na qual o “ego” não é ativo, isto é, não participa criativamente ou se orienta ativamente na constituição do sentido. Aqui, as “sínteses passivas” referem-se a produções de sentido formadas através de conexões associativas que têm lugar antes da ocorrência de “atividades mentais superiores”, que por sua vez fixam cognitivamente um elemento comum ou fazem comparações ativas (Steinbock, 2001, p. 39, tradução nossa).

¹⁶ No DSM-V-TR, os *flashbacks* são “reações dissociativas nas quais o indivíduo sente ou age como se o evento traumático estivesse ocorrendo novamente” (American Psychiatric Association, 2022, p. 303, tradução nossa). No caso das participantes desta pesquisa, não se pode afirmar que os *flashbacks* sejam sintomas dissociativos, mas sim memórias repentinas e vívidas de experiências do passado.

¹⁷ Embora a perspectiva da autora esteja ligada ao TEPT, o objetivo não é analisar a experiência das participantes como sintomas psicopatológicos associados a esse diagnóstico.

Roberta revelou que, no contato com a abusadora, as memórias voltaram. As lembranças de Luara voltaram durante o banho. Monica contou que as lembranças do abuso começaram quando a filha da irmã nasceu. Marina disse que começou a se lembrar depois de uma conversa. Ester conseguiu acessar lembranças que havia esquecido em um treinamento. O passado invadiu o presente (momento da redescoberta), revelando o abuso ocorrido.

A experiência traumática¹⁸ original é, ao mesmo tempo, algo do passado, vivida originalmente e percebida, mas também presente, na medida em que é (re)experienciada. A memória projeta o “eu do passado” no presente, fazendo com que a pessoa tenha a impressão de que aquele “eu” está presente ao recordar o trauma (Larrabee, 1995). Ao revisitarem a experiência do abuso, as mulheres adultas também se reconectam com suas versões enquanto crianças. As lembranças do passado se entrelaçam com situações atuais, criando um emaranhado temporal no qual buscam compreender como essas experiências estão relacionadas. Monica contou que, ao se deparar com situações em que seus limites são ultrapassados, tem a impressão de que volta a ser criança. Não consegue compreender que é adulta (no presente) e consegue lidar com essas questões.

O caminho trilhado pelas participantes para me contar a história do abuso se entrelaça ao trajeto que cada uma percorreu para tentar reunir essas memórias não lineares, como um quebra-cabeças. Elas buscam organizar imagens, fragmentos, lembranças e sentimentos, em um esforço contínuo para entender quem se tornaram após o abuso.

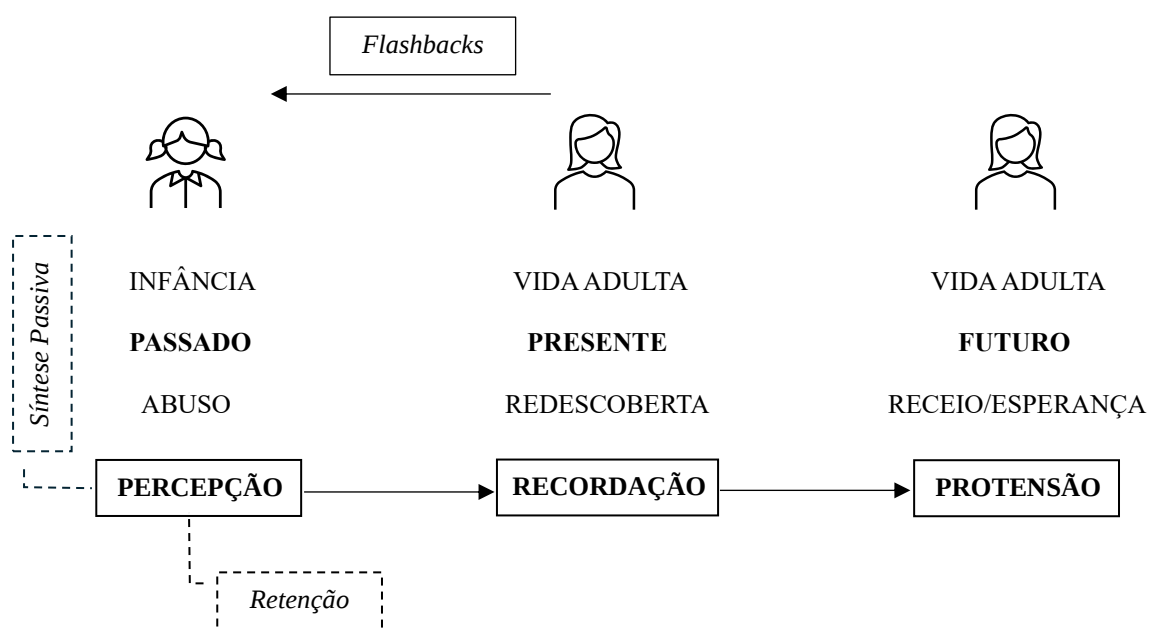
Esse processo envolve não apenas o resgate do passado, mas também uma tentativa contínua de dar sentido à experiência vivida. Embora o abuso tenha ocorrido no passado e seja revivido no presente, ele também se projeta para o futuro, manifestando-se enquanto protensão. Como observado na Figura 3, a temporalidade da vivência do abuso se desdobra em uma dinâmica complexa: passado, presente e futuro estão interligados.

¹⁸ Compreende-se o trauma como uma experiência que pode não ter sido integrada adequadamente, como um acidente grave, estupro, tortura ou ameaça de morte (Fuchs, 2012).

O futuro não é apenas experimentado como ‘tempo do projeto do homem’, mas se entremeia com a vivência do presente e do passado. Nesta ordem de ideias, o passado não é imutável, pois o significado de um acontecimento se transforma juntamente com a história do indivíduo. O futuro também atua, enquanto esperança ou receio. Nessa perspectiva, não é o passado que determina o presente, nem este o futuro. Ao contrário, é o sentido da trajetória do ser que modifica a significação do passado e do presente. (Augras, 2013, p. 31).

Figura 3

Fluxo Temporal da Experiência Vivida pelas Participantes



Nesse sentido, o passado interfere na expectativa sobre o futuro, podendo atuar enquanto receio ou esperança. Enquanto receio, as participantes retomaram situações atuais de suas vidas em que o abuso ainda está presente e parece que sempre estará. Nubia, ao se questionar sobre as relações sexuais com homens, levantou a hipótese de que isso poderia estar relacionado ao abuso, mas não chegou a uma conclusão, afirmando que está buscando compreender melhor esse aspecto na terapia. Monica, ao relatar situações de assédio envolvendo seus chefes no

contexto de trabalho, questionou se isso aconteceu por conta da sua história, mencionando que, por esse motivo, tem dificuldade em lidar com situações de “pressão”. Ester, ao retomar a interação recente com o abusador, que a chamou de “princesa”, questionou-se: “Por que eu não respondi? Por que eu não falei: não me chama assim?!” Marina, ao dizer que essa situação só teria um desfecho se o abusador morresse ou se mudasse para outro país, também está dizendo que “isso sempre estará presente”.

Enquanto possibilidade de esperança, as participantes encontraram formas de atribuir novos significados ao abuso que viveram. Roberta compartilhou sua participação em outra pesquisa sobre o mesmo tema e o desejo de ajudar outras mulheres; enquanto falava, deu-se conta de que já está fazendo isso ao trabalhar como psicóloga clínica. Nubia disse que, apesar do abuso não ter sido algo positivo, foi, de alguma forma, importante para que ela se conectasse consigo mesma. Luara, ao cursar a faculdade, também encontrou uma maneira de transformar a sua realidade e a relação com a família, esforçando-se para que a educação dos irmãos fosse diferente daquela que recebeu. Além disso, o processo de psicoterapia e o encontro com a pesquisadora possibilitaram uma nova forma de compreender o abuso, como será explorado no último elemento estrutural.

Elemento 2: O corpo invadido permanece simbolicamente marcado com cicatrizes indelévels

“Lembro-me da cena, do cheiro, do que falaram, isso deixou uma marca em mim. Meu corpo foi invadido, os meus limites foram ultrapassados.”

Para Husserl, o corpo não é apenas um objeto entre outros, mas sim o ponto de partida para a percepção. É através do corpo que o mundo se revela a nós, pois ele é o meio pelo qual

os sentidos — tato, olfato, paladar, visão e audição — nos colocam em contato com a realidade circundante. O corpo, além de ser um objeto no mundo, é o que torna possível a percepção de outros objetos, sendo o veículo de nossa experiência sensorial. Além disso, ele possui a capacidade de se mover e interagir com o espaço, contribuindo para a constituição do mundo vivido na fenomenologia (Missaglia, 2017).

Se, por exemplo, desejo contemplar determinada escultura, e me dirijo a um museu com esse objetivo, a minha interação com o objeto, do ponto de vista da percepção, tanto mais rica será quando mais “faces” do objeto estiver ao alcance da minha visão. Uma escultura que esteja posicionada muito próxima à parede, por exemplo, não permitirá ao espectador vê-la desde tantos ângulos quanto outra que se encontra no meio da sala de exposição. Do mesmo modo, se houver possibilidade de vê-la de perto, mas também com alguma distância (sem, é claro, que nada interfira no campo de visão), a minha experiência será mais rica do que se alguma dessas alternativas estiver vetada (Missaglia, 2017, p. 199).

O autor utiliza duas palavras para se referir ao corpo: *Körper* e *Leib*. A primeira é a versão germânica da palavra latina *corpus*, e remete à concepção de corpo apenas enquanto objeto físico. Tal palavra diz respeito apenas aos aspectos imateriais do corpo, que são semelhantes aos outros objetos do mundo. Por outro lado, *Leib* é o corpo vivo, que possui “alma” e é capaz de tomar consciência das coisas. A palavra *lîp*, no alemão antigo, viria a se tornar *Leben*, que significa vida (Missaglia, 2017).

Segundo Fuchs (2012, p. 11, tradução nossa) o corpo é um “conjunto de predisposições e capacidades desenvolvidas organicamente não apenas para perceber e agir, mas também para desejar e comunicar”. As experiências, ancoradas na memória corporal, não se limitam ao corpo, mas se expandem e se conectam ao ambiente, formando uma rede invisível que nos vincula a objetos, pessoas e situações. Assim, o corpo não é meramente uma entidade física,

mas sim um ponto de interseção entre o eu e o mundo, mediando as relações e moldando a compreensão da realidade.

A memória corporal é a portadora subjacente de nossa história de vida e, eventualmente, de todo o nosso ser-no-mundo. Ela compreende não apenas as disposições evoluídas de nossa percepção e comportamento, mas também os núcleos de memória que nos conectam mais intimamente com nosso passado biográfico (Fuchs, 2012, p. 20, tradução nossa).

Existem seis formas de memória corporal: processual, situacional, intercorpórea, incorporativa, dolorosa e traumática. Na memória situacional, os diferentes sentidos — visão, audição, tato, paladar e olfato — contribuem tanto para a percepção de uma situação quanto para a memória corporal deixada por ela. A percepção e a combinação das sensações de diferentes órgãos do sentido permitem uma impressão única, que é armazenada como um todo no corpo (Fuchs, 2012).

A redescoberta do abuso aconteceu quando as participantes entraram em contato com algo que despertava memórias da situação vivida: uma pessoa, um odor, uma frase ou um sabor. As impressões ficaram guardadas no corpo e os cinco sentidos tiveram um papel importante: elas se lembram de toques, cheiros, sabores, imagens e frases que ouviram. “Em particular, sensações de olfato ou paladar, melodias bem conhecidas ou as atmosferas de lugares familiares possuem a capacidade de reviver o passado. Elas são carregadas, por assim dizer, com as lembranças mais intensas que conhecemos” (Fuchs, 2012, p. 19, tradução nossa).

Roberta, durante a sessão de podologia, lembrou-se do corpo sendo invadido. O uso da palavra “mexer” na frase “eu lembro que uma menina mexeu comigo” remete à sensação tátil registrada no corpo. “Mexer” pode significar “misturar, movimentar, revirar, colocar as mãos sobre alguma coisa ou tocar (Priberam, n.d.).

Na experiência de Nubia, Marina e Ester, a sensação do toque no corpo também ficou registrada. A primeira lembrou estar com as mãos na genitália de um homem adulto e vice-versa. A segunda recordou uma cena em que estava despida, com seus genitais em contato direto com os genitais do abusador. A terceira lembrou do contato físico ao sentar-se no colo do abusador e da masturbação.

Mônica e Nubia, ao mencionarem “o quarto escuro”, recorreram principalmente ao sentido da visão para trazer à tona as lembranças do ocorrido. Luara acessou uma variedade de sentidos: o olfato, ao recordar o cheiro do sabonete e o odor desagradável do pênis do abusador, e o paladar, ao afirmar que se lembrava do gosto. As participantes relataram frases que ficaram registradas pelo sentido da audição: “Vó, a Monica e o [nome do primo] estão fazendo barulho!”, “Você precisa fazer isso, senão o monstro vai te pegar!”, “Para de ser criança!” e “O que você está fazendo?”.

Essas frases também ficaram gravadas no corpo da pesquisadora após os encontros dialógicos e, ao redigir as narrativas, as mesmas sensações corporais emergiram. Através da memória intercorpórea, os corpos interagem e se comunicam de forma sutil ao entrarem em contato com o outro, mesmo que não seja possível explicar com precisão como esse processo ocorre (Fuchs, 2012).

A impressão corporal resultante de uma experiência traumática, como no caso do abuso sexual, pode não ser devidamente integrada, havendo um esforço consciente para evitar ou esquecer a memória dolorosa. O trauma se retira da lembrança consciente, mas permanece vivo na memória do corpo, como se fosse um objeto estranho (Fuchs, 2012).

Larrabee (1995) compara a experiência traumática original a uma partícula não digerida, alojada na garganta da consciência. Ao longo do tempo, a irritação provocada por essa partícula leva a consciência a um estado de inquietação, impulsionando-a a buscar formas de compreendê-la ou integrá-la. No caso de Marina, uma sensação estranha após a conversa com

uma mulher, que havia lhe contado sobre uma situação de abuso, indicava que algo estava “errado”, mas ela não sabia exatamente do que se tratava.

Esse estado de incongruência pode ser explicado a partir da teoria da personalidade desenvolvida por Rogers (1977). O autor destaca o processo de desenvolvimento da noção de eu¹⁹ na criança, baseado na interação com o mundo externo e na busca por aceitação e aprovação. Inicialmente, a criança forma a percepção de si mesma a partir de suas experiências, guiada pela tendência à atualização. No entanto, à medida que interage com o ambiente, surge a necessidade de consideração positiva, ou seja, o desejo de ser amada e aceita pelos outros.

A necessidade de aprovação pode se sobrepor ao processo natural de avaliação das próprias experiências, chamado de avaliação organísmica. Como resultado, a criança começa a guiar seu comportamento com base nas expectativas externas em vez de suas próprias necessidades e sentimentos reais. Ela adota um modo de avaliação condicional, aceitando ou rejeitando partes de si mesma conforme a reação das pessoas-críterio, aquelas que considera importantes (Rogers, 1977).

Com o tempo, esse processo pode levar à incongruência: um desacordo entre o eu e a experiência organísmica. As experiências que não estão de acordo com a imagem que a criança construiu de si mesma, com base na aprovação dos outros, são distorcidas ou ignoradas para preservar essa imagem. Isso pode levar a comportamentos instáveis e conflitantes, pois o indivíduo tenta conciliar as demandas externas com suas experiências internas (Rogers, 1977).

Rogers (1977) indica que, no caso de uma experiência crítica, como o abuso sexual, o desacordo entre o eu e a experiência organísmica se torna evidente, o processo de defesa não será capaz de desempenhar sua função de maneira eficaz e a experiência será corretamente simbolizada. No entanto, dado que tal experiência não está de acordo com o eu, ela provocará um estado de desorganização psíquica.

¹⁹ Ao longo do texto, serão utilizados diversos termos para se referir a esse conceito, todos com o mesmo significado: noção de eu, *self*, autoconceito e imagem de si mesma.

Neste estado de desorganização, o indivíduo manifesta frequentemente um comportamento estranho e instável, determinado algumas vezes, por experiências que fazem parte da estrutura do eu e, outras vezes, por experiências que não fazem parte dela. Em certos momentos, o comportamento é determinado pelo "organismo", expressando abertamente as experiências previamente deformadas ou negadas pelo processo de defesa; em outros momentos, o eu se recupera temporariamente e impõe ao "organismo" um comportamento de acordo com a estrutura do eu (Rogers, 1977, p. 204).

Na experiência vivida por Roberta e Monica, a redescoberta do abuso ocorreu em momentos de desorganização psíquica (Rogers, 1977). Roberta relatou dois eventos marcantes: as mortes de seu pai e de um amigo próximo, vítimas da Covid-19. Monica, durante esse período, tornou-se tia, viu a avó ser diagnosticada com câncer e, seis meses depois, o padrasto também. Diante dessas circunstâncias, decidiu casar-se rapidamente com seu parceiro, temendo que pudesse, a qualquer momento, perder um familiar.

Nesse momento de desorganização, foi possível perceber que o comportamento das participantes estava sendo guiado pela experiência organísmica, trazendo à tona experiências distorcidas ou negadas pelo processo de defesa, que não foram simbolizadas pela consciência anteriormente (Rogers, 1977).

Após a morte de seu pai, Roberta mergulhou em uma profunda tristeza, marcada por choro constante, perda de apetite e prostração, permanecendo a maior parte do tempo na cama. Parecendo estar confusa emocionalmente, ela foi ao hospital acompanhada de sua mãe e, em voz baixa, mencionou algo sobre uma menina que havia mexido com ela. Durante a consulta com o psiquiatra, Roberta repetiu a mesma frase: “Eu lembro que uma menina mexeu comigo.”

Na experiência de Monica, as lembranças do abuso começaram a surgir quando a filha de sua irmã nasceu. Ela passou a se identificar com a sobrinha, o que desencadeou memórias

de sua própria infância que a invadiam de forma intensa. Como resultado, ela buscou ajuda psiquiátrica e começou a tomar medicação e a fazer terapia. Quando estava perto de sua mãe e irmã, essas lembranças eram intensas, tornando difícil evitar compartilhar o que estava acontecendo.

Além de ser registrada no corpo, a memória também se estende aos espaços em que é vivenciada, sendo chamada por Fuchs (2012) de memória situacional. Assim, essa memória assume um caráter espacial, auxiliando na orientação em ambientes familiares, como a casa ou a vizinhança. A experiência corporal está profundamente conectada aos espaços interiores que, ao longo do tempo, são impregnados de referências do passado e de uma atmosfera de familiaridade.

Na obra *A poética do espaço*, Bachelard (1957/1993) adota uma abordagem fenomenológica para explorar a casa como um espaço essencial na formação da subjetividade humana. Segundo ele, a casa não é apenas uma estrutura física, mas sim o recanto íntimo de uma pessoa, seu primeiro universo. Esse espaço doméstico transcende a mera funcionalidade, tornando-se um lugar de memória, sonhos e afetos.

Nessas condições, se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz. Só os pensamentos e as experiências sancionam os valores humanos. Ao devaneio pertencem valores que marcam o homem em sua profundidade. O devaneio tem mesmo um privilégio de autovalorização. Ele usufrui diretamente de seu ser. Então, os lugares onde se viveu o devaneio reconstituem-se por si mesmos num novo devaneio. É exatamente porque as lembranças das antigas moradas são revividas como devaneios que as moradas do passado são imperecíveis dentro de nós (Bachelard, 1957/1993, p. 26).

Tendo em vista que a casa deveria proteger o indivíduo e que as situações de abuso aconteceram em residências ou lugares familiares, levanta-se a seguinte questão: como compreender a experiência das mulheres que vivenciaram esses “primeiros universos” como lugares ameaçadores?

Fuchs (2007) considera que o trauma emocional ocasiona uma deformação de seu espaço vivido e que, assim, o indivíduo passa a evitar certas regiões assustadoras. Por exemplo, quando uma pessoa queima a mão no fogo, imediatamente retira o membro, sente alívio e evita o contato novamente. Esse é um processo de aprendizado corporal que acontece sem uma consciência explícita. Da mesma forma, o trauma psicológico gera áreas de evitação, inibindo o livre desenvolvimento das potencialidades. O espaço vivido se curva negativamente em torno dessas regiões, que se transformam em lacunas ou pontos cegos.

Lev-Wiesel (2008) destaca que, no contexto do abuso sexual infantil, o corpo deixa de ser visto como um refúgio seguro, afetando profundamente a noção de eu. O indivíduo começa a enxergar tanto o corpo quanto a si mesmo como frágeis e vulneráveis, o que contribui para uma sensação de desesperança em relação ao futuro.

As crianças necessitam de um ambiente onde possam sentir-se emocionalmente seguras, amadas e genuinamente valorizadas por seus cuidadores, o que favorece o desenvolvimento de uma confiança básica nas relações interpessoais e um senso de pertencimento. No entanto, é igualmente crucial que tenham oportunidades de privacidade e autonomia, onde possam explorar sua individualidade, compreender suas emoções e refletir sobre suas experiências. Esse equilíbrio entre acolhimento e espaço pessoal é essencial para que a criança desenvolva uma noção de eu congruente (Garrett, 2010; Rogers, 1977).

No livro *Childhood Secrets*, Van Manen e Levering (1996) investigam o significado e a relevância dos segredos na vida das crianças, concentrando-se em segredos cotidianos e comuns. No entanto, segredos traumáticos, como o abuso sexual, podem acarretar

consequências profundas e duradouras. O contexto doméstico ou espaços familiares configuram-se como ambientes propícios para o abuso sexual infantil, uma vez que, em geral, proporciona proteção aos agressores e perpetua o silêncio das vítimas (Fornari et al., 2018).

Frequentemente, as crianças são forçadas a não contar o que aconteceu, seja para membros da família ou para pessoas de fora. O abusador pode dizer que o que ocorre durante o abuso é um segredo entre eles, sendo reforçado por ameaças, subornos ou barganhas direcionadas tanto à criança quanto à sua família (Furniss, 1993; Jülich, 2005).

Luara, ao ser questionada pelos pais sobre o porquê de não ter contado para eles, justificou-se com base na ameaça que o abusador havia feito, sentindo-se burra por ter acreditado nele. O abusador de Marina se aproveitou da série que ela gostava para fazer ameaças, dizendo que ela precisava fazer aquilo, senão o monstro iria pegá-la, além de afirmar que a vizinha também fazia, querendo convencê-la de que se tratava de algo “normal”.

É comum que os abusadores se aproveitem de momentos em que estão a sós com a criança, em situações que costumam ser percebidas como demonstrações de cuidado e carinho. Utilizando elementos da fantasia e do lúdico, recorrem a atividades próprias da infância, como brincadeiras, para perpetrar os atos, dificultando o reconhecimento imediato, por parte da criança, da violência (Fornari et al., 2018).

O adulto pode transformar uma situação de abuso em uma “brincadeira” para torná-la velada e socialmente aceita, uma vez que a criança ainda não possui a capacidade de compreender efetivamente o que está acontecendo. A criança vive essa experiência como um momento característico da infância, confiando no convite do adulto para “brincar” (Incerpe et al., 2024).

Enquanto estava jogando videogame, o primo de Monica a convidou para “brincar”. O cenário da violência sofrida pela participante foi a casa da avó paterna, em um quarto na parte dos fundos, onde havia um colchão no chão. Era como se o espaço tivesse sido preparado para

que o abuso acontecesse ali. O abusador de Ester também se aproveitou desse mundo lúdico e fazia promessas, afirmando que lhe daria brinquedos de presente caso ela aceitasse acompanhá-lo até a loja.

Dessa forma, os espaços que antes eram acolhedores tornaram-se os locais onde os abusos ocorriam. As participantes relataram não querer retornar a esses lugares, mas, por serem ambientes familiares, elas eram forçadas a voltar para manter o contato com outros membros da família. Monica, por exemplo, continuou frequentando a casa da avó e, quando o primo insistia para que o abuso acontecesse novamente, ela chorava, esperando que algum adulto fosse ajudá-la. Nubia, após o falecimento da avó, teve a casa em que o abuso aconteceu herdada pelos tios, que passaram a residir nela. Nessa época, ela era adolescente e não gostava de voltar lá, mas a mãe a obrigava a fazê-lo. A mãe de Ester mora na rua onde o abusador trabalha e, por isso, também teve algumas interações com ele.

Elemento 3: Os sentimentos de culpa, raiva, solidão e desamparo constituem um sofrimento perene com impacto sobre os relacionamentos afetivos, inclusive em relação à figura materna

“Sou culpada pelo que aconteceu, eu quis de alguma forma estar na situação, ou poderia ter evitado. Deveria ter contato para alguém ou reagido de outra forma. Fui culpada, questionada sobre por que estava naquela situação, por que não contei antes e por que acreditei nas ameaças dele. Disseram que eu precisava superar, que era algo natural e que elas também haviam passado por isso. Ela é culpada. Onde ela estava quando isso aconteceu? Por que ela deixou isso acontecer? Gostaria de ter sido protegida, escutada e considerada pela minha família. As minhas relações foram e ainda são influenciadas pelo que aconteceu.”

As participantes se sentiram culpadas, questionando se, de alguma forma, o abuso tinha sido uma escolha delas, como se tivessem desejado aquilo. Sentimentos de culpa e vergonha podem ser incorporados ao autoconceito da vítima de abuso sexual infantil, levando-a a acreditar que é culpada, inútil, desamparada ou até mesmo merecedora do abuso (Finkelhor & Browne, 1985; Kraye et al., 2015; O’Leary et al., 2017; Saha et al., 2011).

Além disso, a culpa pode ser decorrente de um senso distorcido de responsabilidade, uma vez que foram forçadas a participar de uma situação sem consentimento. Essa confusão é frequentemente intensificada pelas ameaças do abusador, que convence a criança de que ela será responsável pelas consequências caso revele o ocorrido. Essa experiência contínua de participação e culpa também contribui para a baixa autoestima na vida adulta (Furniss, 1993; Jülich, 2005).

Um estudo realizado na Noruega com 4.529 indivíduos, com idades entre 18 e 75 anos, entre os quais 2.437 eram mulheres e 2.092 eram homens, investigou a relação entre sentimentos de culpa e vergonha decorrentes de traumas, especialmente após experiências de abuso sexual. Os pesquisadores conduziram entrevistas telefônicas, analisando a frequência desses sentimentos em vítimas de diferentes tipos de violência, incluindo abuso sexual infantil, estupro, violência física severa e violência doméstica (Aakvaag, 2016).

Os resultados mostram que todos os tipos de violência estão associados à vergonha e à culpa. As mulheres relataram níveis mais altos dessas emoções em comparação aos homens, em parte devido à maior exposição à violência. Além disso, tanto a vergonha quanto a culpa foram associadas a problemas de saúde mental, como sintomas de ansiedade e depressão, sendo a vergonha mais fortemente relacionada a esses problemas. O estudo concluiu que quanto maior o número de tipos de violência experimentados, maiores são os níveis de vergonha e culpa (Aakvaag, 2016).

Barker-Collo (2001) realizou uma pesquisa que explorou como as atribuições de culpa feitas por sobreviventes adultas de abuso sexual infantil durante a infância podem prever sintomas na vida adulta. As participantes foram 126 mulheres, entre 15 e 58 anos, e as sobreviventes que foram abusadas por um membro da família culpavam a si mesmas pelo abuso quando eram crianças, enquanto as mulheres abusadas por um estranho tendiam a culpar os outros. Na presente pesquisa, Marina acreditava que seria mais fácil se o abusador fosse desconhecido, pois não haveria laços com o homem.

Furniss (1993) afirma que a criança pode tentar comunicar a ocorrência do abuso sexual a alguém de dentro ou de fora da família. Frequentemente, as crianças relatam ter tentado contar sobre o abuso às suas mães, a outros membros da família ou a pessoas externas, mas são chamadas de mentirosas e, em alguns casos, castigadas por suas revelações.

Durante o processo de revelação, as participantes sentiram a necessidade de contar exclusivamente às mães, excluindo os progenitores. Apenas a mãe de Marina nunca soube. Algumas mães flagraram ou souberam do abuso na época do acontecimento, enquanto outras descobriram somente anos depois. Roberta, Monica e Ester contaram às suas mães apenas na vida adulta. A mãe de Nubia descobriu por meio de uma ligação, quando a filha ainda era adolescente. Embora Monica tenha memórias de que os familiares viram o abuso na infância, a situação continuou acontecendo. Apenas Luara e Marina tiveram a experiência da revelação e interrupção do abuso durante a infância. No caso de Luara, a mãe flagrou a cena; e no de Marina, a tia. Será que se o abuso não tivesse sido descoberto, elas contariam para os pais ainda na infância?

É comum que mulheres levem anos para contar sobre o abuso, e uma explicação para isso pode ser a não-utilização da força. Os abusadores podem se aproveitar da tenra idade das vítimas para manter a situação em segredo por meio da lealdade, sem o uso da força (Collin-Vézina et al., 2021; Jonzon & Lindblad, 2004).

O estudo de Jonzon e Lindblad (2004) examinou a relação entre as características do abuso, a revelação e o suporte social atual de 122 mulheres adultas que foram vítimas de abuso sexual na infância. As reações das pessoas ao saberem do abuso foram classificadas como positivas, negativas ou neutras. As reações positivas incluíam: (1) resposta emocional: sentir raiva do abusador, ficar preocupado, sentir pena, ficar triste ou chorar, mostrar simpatia; (2) atitude empática: aceitar, ficar calmo, ouvir, ser sensível, compreensivo e respeitoso; (3) atitude de credibilidade: acreditar na vítima; (4) resposta ativa durante a conversa: incentivar a abertura, falar sobre o assunto, fazer perguntas, oferecer ajuda e apoio, diminuir os sentimentos de vergonha e culpa, aceitar sentimentos negativos em relação ao agressor e confortar a vítima e (5) ação: confrontar o abusador, parar o abuso, continuar em contato com a vítima, incentivar positivamente a rede de apoio e fornecer ajuda ou informações (Jonzon & Lindblad, 2004).

De acordo com Jonzon e Lindblad (2004), as reações negativas incluíam: (1) resposta emocional: sentir raiva da vítima, sentir pena, ficar assustado, sentir vergonha, buscar reações ou curiosidade lasciva; (2) atitude empática: evitar, ser afetado de forma desagradável, não querer ouvir a vítima, ser insensível, falta de compreensão e falta de respeito; (3) atitude de credibilidade: duvidar da vítima e questionar o abuso; (4) resposta ativa durante a conversa: incentivar a vítima a não contar, não assumir a responsabilidade de ajudar e apoiar, impor sentimentos de vergonha e culpa em relação à vítima, esquivar-se de sentimentos negativos em relação ao abusador e minimizar a situação e (5) ação: confrontar o agressor, romper o contato com a vítima e tentar influenciar a rede de apoio negativamente.

As reações negativas de pessoas próximas podem levar à evitação do tema, reforçando a sensação de que o abuso não ocorreu. Esse tipo de resposta social pode inibir a vítima de falar novamente sobre a experiência, além de dificultar a busca por ajuda profissional. A falta de acolhimento e validação gera um sentimento de impotência, replicando a sensação de falta de controle sobre a própria vida (Kraye et al., 2015).

Voltando à presente pesquisa, a maioria das participantes percebeu as reações das familiares como negativas, principalmente no que se refere à credibilidade e à resposta ativa durante a conversa. As figuras femininas duvidaram da vítima, questionaram o abuso e, além de não assumirem a responsabilidade de ajudar e apoiar, impuseram sentimentos de vergonha e culpa em relação à vítima e minimizaram a situação.

As progenitoras de Roberta e Monica revelaram que também haviam sido vítimas de abuso, mas optaram por não aprofundar o assunto ou naturalizaram o ocorrido. Esse ponto também foi verificado no estudo realizado por Santos & Dell’Aglío (2009), em que algumas mães relataram que o abuso vivido por elas pertencia ao passado e que não havia mais nada a ser feito, evitando, assim, discutir o assunto. Refletir ou pensar sobre a própria experiência parecia doloroso e elas acreditavam que não havia necessidade de reviver o ocorrido.

Na pesquisa de Santos e Dell’Aglío (2009) a maioria das mães manifestou reações de raiva em relação ao abusador, além do sentimento de culpa. Esse sentimento foi mais intenso entre aquelas que também haviam sido vítimas de abuso sexual, refletindo a sensação de que poderiam ter evitado o abuso ou, ao menos, previsto que essa situação pudesse se repetir. Na presente pesquisa, apenas a mãe de Monica relatou que sempre quis protegê-la e evitar que algo assim ocorresse, mas, apesar de seus esforços, o abuso acabou acontecendo.

As participantes sentiram falta das atitudes de empatia, tais como acolhimento, disposição para ouvir, sensibilidade, compreensão e respeito. Além disso, destacaram a ausência de uma resposta ativa durante a conversa, que incluísse esclarecer a situação, falar sobre o assunto e oferecer ajuda e apoio. Respostas de ação também eram esperadas: oferecer tratamento ao abusador e interromper o abuso e o contato com o agressor. As participantes não demonstraram o desejo de confrontar o abusador ou realizar uma denúncia.

Além disso, as participantes culpavam ou responsabilizam apenas as figuras femininas pelo abuso, questionando onde elas estavam e por que deixaram isso acontecer. Apenas duas

participantes mencionaram os progenitores durante os encontros. Ester passou a incluir o pai na responsabilização pelo abuso somente na vida adulta. O pai de Nubia até hoje não sabe; a participante afirma que ele já fora preso na época em que tudo aconteceu e, por isso, teme que ele faça alguma coisa. Parece que a punição do abusador ou o uso de violência estaria ligado à figura masculina e o acolhimento associado à figura feminina.

Um estudo baseado na análise de comentários de leitores em notícias do Portal de Notícias da Globo (G1) investigou a culpabilização das mães em casos de violência sexual incestuosa, evidenciando a predominância da culpa atribuída à mãe em relação ao cuidado de suas filhas. Notavelmente, os pais não foram mencionados nos comentários do público, o que destaca ainda mais a centralidade da figura materna na responsabilidade pelo bem-estar das filhas (Lima & Neves, 2022).

Essa atribuição de culpa somente às mulheres pode ser compreendida com base nas relações de gênero e patriarcado. O conceito de gênero, adotado pelo movimento feminista, surgiu como uma oposição ao determinismo biológico implícito no termo “sexo”, que se referia às diferenças corporais, especialmente às genitais. Gradualmente, o conceito foi se aproximando de uma perspectiva relacional, tornando-se mais apropriado falar em relações de gênero para descrever as construções sociais que envolvem homens e mulheres. Essas relações são assimétricas e permeadas por dinâmicas de poder (Saffioti, 2015; Scott, 1995).

O gênero não pode ser compreendido isoladamente, pois está intrinsecamente ligado ao patriarcado, que estabelece uma hierarquia, colocando o feminino em uma posição subordinada em relação ao masculino. O patriarcado, entendido como a dominação-exploração das mulheres pelos homens, está infindavelmente vinculado ao abuso sexual, sendo uma das suas expressões a dominação-exploração/exploração-dominação (Fortuna, 2017; Saffioti, 2015).

A atribuição do papel exclusivo de cuidadora e protetora à mãe faz com que o abuso sexual infantil seja visto como resultado de falhas apenas nos cuidados maternos. A

responsabilização excessiva das mães permite que o papel dos pais dentro da família seja ignorado e que os abusadores permaneçam impunes por suas ações. Além disso, essa responsabilização impede a análise de questões sociais, perpetuando o status quo e reforçando as desigualdades de poder existentes (Azzopardi et al., 2018).

Dessa forma, os homens são desresponsabilizados de suas performances, sendo poupados, assim como no patriarcado em geral, de avaliações, até mesmo pelas teorias psicológicas. As mães são vistas quase como onipotentes e intencionais no seu repúdio ou dificuldade em exercer a maternagem (Zanello, 2016).

A teoria feminista oferece uma crítica à estrutura patriarcal da sociedade, destacando como ela confere, dentro de uma hierarquia social, maior poder e privilégio aos homens em relação às mulheres. Esse desequilíbrio de poder de gênero interage com outras formas de opressão, como as relacionadas à raça e à classe, e se manifesta em diferentes esferas — sociocultural, familiar, política, jurídica e econômica —, reforçando a dominação masculina (Azzopardi et al., 2018).

Nesse contexto, a culpabilização da mãe pelo abuso sexual pode ser entendida como um reflexo das estruturas sociais patriarcais profundamente enraizadas, que sustentam e promovem o privilégio masculino e a vulnerabilidade feminina. “Quando a masculinidade é socialmente construída como sinônimo de dominância e agressão, a violência sexual, ou a ameaça de violência sexual, por homens contra mulheres e crianças, torna-se um meio pelo qual o poder é exercido e mantido” (Azzopardi et al., 2018, p. 260, tradução nossa).

As participantes tinham a impressão de que, os familiares se omitiram, no sentido de que não houve consequências para o agressor, apenas para elas. Ao reviver o abuso, elas percebiam que os outros seguiam as suas vidas normalmente, enquanto elas tinham que enfrentar o seu sofrimento sozinhas. As participantes expressaram indignação por acreditarem

que os adultos deveriam ter percebido a situação e destacaram a ausência de proteção, escuta e acolhimento.

A solidão é uma experiência emocional complexa que pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo experiências traumáticas na infância. Indivíduos que sofreram abuso sexual na infância frequentemente relatam sentimentos de medo, nojo, vergonha e solidão (Gibson & Hartshorne, 1996).

Uma pesquisa que envolveu 297 estudantes universitárias e 28 mulheres de dois centros que fornecem tratamento para vítimas adultas indicou que as mulheres que sofreram abuso sexual tendem a se isolar socialmente de forma mais acentuada. Esses resultados sugerem que o abuso sexual na infância pode ser um fator de risco para a solidão na vida adulta, dificultando o uso de redes de apoio social (Gibson & Hartshorne, 1996).

As reações diante da revelação e o apoio recebido pelas pessoas próximas influenciam na forma como as vítimas irão lidar com o abuso. Na vida adulta, a maior parte das revelações é feita para amigos, familiares ou relacionamentos amorosos (Ahrens & Aldana, 2012). Quando comparado aos amigos, os familiares e os parceiros amorosos podem apresentar um maior número de reações negativas (Filipas & Ullman, 2001; Ullman, 2010).

Guyon et al. (2021) investigaram as experiências de sobreviventes de abuso ao compartilharem as suas vivências com pessoas próximas. A amostra, composta por 25 mulheres e 26 homens, revelou que 15 homens e 10 mulheres se sentiram desconsiderados após a revelação. As reações variaram de intensas emoções a uma completa ausência de resposta, como indiferença, incompreensão ou desamparo. Para muitos sobreviventes, esse tipo de reação implicava que as suas emoções não eram consideradas e que a recuperação dependeria exclusivamente de seus próprios esforços, resultando em um sentimento de solidão.

As reações dos familiares de evitar conversar sobre o abuso, silenciar a vítima ou focar em aspectos positivos fizeram com que os sobreviventes de ambos os gêneros se sentissem

ignorados e invalidados em suas experiências. Um relato de uma participante exemplifica essa percepção: “Minha mãe era mais como, ‘não estamos mais falando sobre isso. Aconteceu, agora acabou. Estamos virando a página, estamos seguindo em frente. Pense em outra coisa, tente nutrir boas ideias, precisamos ser positivos na vida’” (Guyon et al., 2021, p. 815, tradução nossa). Essa experiência guarda semelhanças com a de Luara. Quando os pais comentaram algo sobre o primo, ela disse: “Eu não acredito que vocês ainda têm contato com o meu estuprador!” O pai respondeu: “De novo isso? Você precisa superar!”

Em outro estudo, Murthi e Espelage (2005) buscaram compreender se o suporte social poderia amenizar os efeitos do abuso sexual infantil sobre a experiência de perdas psicológicas. A hipótese era de que indivíduos que vivenciaram múltiplos casos de abuso sexual e que percebem alto nível de apoio de familiares e amigos poderiam experimentar menor intensidade de perdas em comparação com aqueles que não contaram com esse tipo de suporte.

As participantes da pesquisa realizada por Murthi e Espelage (2005) foram 116 estudantes universitárias de uma universidade dos Estados Unidos, entre 18 e 31 anos. Para avaliar as perdas em relação ao abuso sexual, 80 itens foram criados e organizados em quatro categorias: (1) perda de si mesmo (sentir-se perdida e desamparada); (2) perda em áreas interpessoais (incapacidade de perceber sentimentos dos outros, incapacidade de se sentir encorajado pelos outros); (3) perda da felicidade na infância; e (4) perda do significado na vida (nenhum propósito na vida). Os resultados mostraram que o suporte social da família percebido pelas vítimas moderou a associação entre o abuso sexual infantil e as dimensões de perda, como a perda de si mesmo e a perda da infância. O desamparo é frequentemente mencionado em termos de perda psicológica e emocional.

A experiência de desamparo se desenvolve em um contexto relacional, revelando a presença de ao menos duas partes: aquela que necessita de auxílio e aquela que detém o poder

para ou a responsabilidade de oferecê-lo. O desamparo é sempre um sentimento de estar sem o auxílio de um outro que poderia, ou deveria, auxiliar (Alves, 2021).

O desamparo é sentir que o outro deixou de realizar – se omitiu – o que era necessário e possível para me tirar do aperto, do sofrimento. Logo, o desamparo é simplesmente omissão, é deixar de amparar, por isso é um des-amparo. Se é deixar de amparar, desamparar, podemos entender que é uma atitude negativa, é, como já dito, deixar de fazer, pura omissão (Alves, 2021, p. 54).

Esse desamparo pode ser compreendido a partir do trauma de traição, que “ocorre quando as pessoas ou instituições das quais uma pessoa depende para sobreviver violam significativamente sua confiança ou bem-estar” (Freyd et al., 2007, p. 297, tradução nossa). Dessa forma, a criança confia nos pais e cuidadores para oferecer condições apropriadas para o seu desenvolvimento e proteção. Porém, quando a criança é abusada sexualmente por esses indivíduos, há uma violação da confiança (Freyd, 1996).

As vítimas desse tipo de trauma, especialmente quando praticado por cuidadores, podem ter dificuldades em lembrar das experiências devido ao medo de perder o vínculo afetivo. Estudos indicam que esse fenômeno é mais comum em casos de abuso por pessoas próximas em comparação àqueles perpetrados por estranhos (Freyd et al., 2007).

Semelhantemente aos resultados do estudo conduzido por Jülich (2005), as participantes da presente pesquisa manifestaram a expectativa de que a família reconhecesse a situação e proporcionasse o devido apoio. Além disso, elas comentaram que outros adultos, que provavelmente tinham conhecimento do que ocorria, falharam em oferecer a proteção necessária.

Roberta, por exemplo, questionou a atitude da mãe, uma vez que não se sentiu protegida durante o período em que os abusos ocorreram. Durante o encontro, ao apresentar uma foto

antiga ao lado da vizinha, questionou como ninguém havia percebido os sinais de abuso que, em retrospecto, pareciam-lhe tão claros.

Nubia lamentou a ausência da proteção materna, sentindo-se desamparada em função da reação da mãe. Monica expressou a percepção de que a família estava ciente dos abusos e optou pela omissão. Luara, por sua vez, manifestou profundo ressentimento pela reação dos pais e pela sua manutenção do contato com o abusador. Finalmente, o questionamento de Ester — “Por que Deus deixou isso acontecer?” — também deixa claro o sentimento de desamparo.

Conforme já mencionado, a literatura indica que o abuso sexual infantil ocorre com maior frequência em espaços domésticos e que os abusadores são, em sua maioria, do sexo masculino, frequentemente figuras familiares como pais, padrastos, irmãos e primos (Fornari et al., 2018; Krindges & Habigzang, 2018; Lestrade et al., 2013; Lira et al., 2017).

Na presente pesquisa, os abusadores eram pessoas próximas, com as quais as participantes mantinham um relacionamento afetivo e pelas quais sentiam carinho, mas que também as feriram. Em relação a eles, expressaram sentimentos mistos de raiva e nojo. Apesar do ocorrido, ainda mantiveram interações diretas ou indiretas com os abusadores e procuraram entender os motivos que os levaram a agir dessa forma. No entanto, elas não confrontaram os abusadores nem os denunciaram, optando apenas pelo distanciamento físico.

A ambivalência afetiva, caracterizada pela coexistência de sentimentos contraditórios, é uma das reações mais frequentes em crianças vítimas de abuso. O abusador geralmente é uma pessoa conhecida, associada à proteção e cuidado, e estabelece um vínculo complexo com a criança, no qual os limites entre afeto e sexualidade se tornam difusos (Pires Filho, 2007). Apesar dos danos causados pelo abuso, a relação com o agressor pode ter se constituído como uma experiência significativa na vida da criança, paradoxalmente intensificada pela natureza abusiva da interação (Furniss, 1993).

Na Gestalt-terapia, as polaridades se referem às oposições presentes na experiência humana, uma característica inerente à nossa natureza. No entanto, as crianças podem se sentir assustadas ou confusas ao se depararem com essa cisão. Sentimentos contraditórios, como amor e raiva, desafiam a visão ingênua da infância, podendo gerar um conflito interno (Oaklander, 1978/1980).

A raiva constitui uma resposta saudável, adaptativa e flexível, na qual o corpo se prepara para lutar, sendo fundamental para escapar de situações em que nenhuma alternativa parece viável. Em contrapartida, o ressentimento e o ódio configuram duas manifestações distintas de raiva a longo prazo, ambas decorrentes da incapacidade de modificar a situação ou se afastar. Essas emoções são voltadas para o passado e o que ocorre no presente não exerce qualquer influência sobre elas (Gendlin, 1973).

A experiência imediata de raiva vem acompanhada de sentimentos simultâneos de isolamento, solidão e tristeza, pois a pessoa sente a perda de afetos positivos em relação ao outro. A intensidade desses sentimentos pode variar em conformidade com dois fatores. O primeiro diz respeito ao grau em que a pessoa à qual a raiva é dirigida é percebida como substituível ou insubstituível: quanto mais insubstituível, maior a dor associada à sua perda (Stolorow, 1972).

O segundo fator está associado à presença ou à ausência da possibilidade de perdão. Quando o perdão não é visto como uma opção, o ódio é sentido como absoluto e imutável, projetando-se incessantemente no futuro, de modo que a consciência desse ódio significaria perder a pessoa odiada para sempre enquanto alguém digno de amor. A possibilidade do perdão, por sua vez, torna o ódio finito e temporário, permitindo que a pessoa odiada volte a ser alguém a quem se pode amar, o que torna a consciência do ódio mais suportável (Stolorow, 1972).

Embora tenha destacado as particularidades e dinâmicas do abuso sexual entre irmãos, o estudo de Tener (2019) ressalta que muitas dessas características são semelhantes às do abuso

sexual infantil perpetrado por outros membros da família, incluindo a ambivalência em relação ao agressor. Uma das participantes expressou sentimentos conflitantes em relação ao irmão, descrevendo uma necessidade de se manter presente na vida dele, ao mesmo tempo em que sentia que era preciso se distanciar para proteger a si mesma.

Outra pesquisa, realizada por Long e Jackson (1993) com 137 mulheres universitárias com idades entre 17 e 32 anos, investigou o abuso sexual na infância com o objetivo de identificar as respostas emocionais que essas vítimas experimentaram no momento do abuso e de analisar a relação entre essas respostas e os efeitos a longo prazo. Os autores concluíram que as respostas imediatas ao abuso sexual são complexas e variadas. Foram identificadas respostas positivas, ambivalentes e pouca reação emocional, além de grupos que responderam com culpa/medo e raiva/nojo. Além disso, nem todas as vítimas manifestaram essas emoções no mesmo grau e nem todas responderam com sentimentos predominantemente negativos.

Eisikovits et al. (2017) conduziram uma pesquisa com 20 sobreviventes de abuso sexual intrafamiliar na infância, com idades entre 22 e 65 anos, cujo intuito foi investigar a percepção dessas mulheres sobre a violência sofrida e o relacionamento atual com os abusadores. A partir dos dados coletados, os pesquisadores descreveram dois contínuos relacionados à presença do agressor na vida dessas mulheres: (1) a presença física dos abusadores no cotidiano, variando da ausência total à presença contínua e (2) a presença experiencial, ou seja, como percebem a influência do abusador, que variou desde encapsulamento (desconexão completa) à intrusão (presença intensa).

De acordo com Eisikovits et al. (2017), em relação à presença física, existem três possibilidades: (1) desconexão física completa, (2) presença física limitada e (3) presença física constante na vida cotidiana. Na presente pesquisa, a presença dos agressores nas vidas das participantes variou entre presença física limitada e desconexão física completa. Na época em que os abusos aconteceram, Roberta, Nubia e Monica ainda mantiveram contato com o

abusador em ocasiões familiares, o que foi percebido como estressante e doloroso, mas necessário para preservar as relações familiares. Depois, distanciaram-se totalmente dos agressores. Marina e Ester ainda mantém o contato em algumas situações, esta última por uma limitação geográfica.

Em relação à presença experiencial, Eisikovits et al. (2017) apresentam três possibilidades: (1) encapsulamento; (2) colocar entre parênteses o relacionamento com o abusador, de modo que não exista influência nas rotinas diárias e relacionamentos com outras pessoas; e (3) a imagem intrusiva do perpetrador permeia todos os aspectos da vida da vítima.

As mulheres que se encontram no terceiro contínuo vivenciam uma dualidade constante entre o passado e o presente, conforme já discutido no primeiro elemento. Embora desempenhem outros papéis sociais, como esposas ou profissionais, elas ainda se veem como crianças abusadas. Mesmo que o perpetrador não esteja fisicamente presente na vida das mulheres, ele está sempre lá (Eisikovits et al., 2017).

A manutenção da família unida pode ser um motivo para tentar preservar o relacionamento com o abusador, pois é comum que, após a revelação, ele continue fazendo parte da família, enquanto a sobrevivente é afastada (Eisikovits et al., 2017). Luara, que foi a única a romper o relacionamento com o abusador na época do abuso, demonstrou sua raiva ao descobrir que a família ainda mantinha contato com ele.

Outro motivo para a manutenção do contato é o fato de que a mulher pode perceber aspectos positivos na relação com o agressor, visto que ele pode ser considerado uma fonte de afeto e cuidado durante a infância (Jülich, 2005). Essa dinâmica ficou evidente na relação de Marina com o abusador, pois ela encontrava dificuldades em cultivar sentimentos de raiva em relação a ele. Marina sentia afeto e compaixão, a ponto de lhe oferecer ajuda sempre que ele necessitava.

Outras motivações, conforme sugerido por Paige e Thornton (2015), incluem o desejo das vítimas de receber um pedido de desculpas e o reconhecimento de remorso por parte dos agressores, além da necessidade de entender os motivos que os levaram a cometer o abuso. Roberta, Luara e Monica buscaram justificativas para o abuso, questionando se isso havia acontecido porque eles estavam reproduzindo outras situações abusivas ou comportamentos socialmente aceitos, como a iniciação sexual por parte de primos. Além disso, Monica expressou que o primo nunca lhe pediu desculpas, algo que ela desejaria que acontecesse.

A justificativa apresentada pelas participantes pode ser compreendida à luz da hipótese do abusado sexualmente-abusador sexual²⁰, que sugere uma associação entre a experiência de abuso sexual na infância e a posterior prática de crimes sexuais na vida adulta (Ward et al., 2006).

Uma meta-análise comparou as taxas de abuso sexual e outras formas de abuso relatadas em 17 estudos, envolvendo 1037 agressores sexuais e 1762 não agressores sexuais. Em 16 desses estudos, os criminosos sexuais apresentaram maiores chances de terem sofrido abuso sexual em comparação aos não-criminosos sexuais (Jespersen et al., 2009). Entretanto, não é possível afirmar que os abusadores da presente pesquisa efetivamente sofreram algum tipo de abuso na infância, já que foram apenas hipóteses levantadas pelas participantes e não se tem acesso ao relato deles.

Foi possível perceber a complexidade das relações entre as vítimas de abuso sexual infantil e seus abusadores, especialmente no contexto familiar. As participantes demonstraram sentimentos ambivalentes, como afeto, raiva, nojo e compaixão, além de uma tentativa contínua de entender a motivação dos abusadores, sem, contudo, confrontá-los diretamente. O abuso vivido e o contato com o abusador, seja em sua presença física ou experiencial, afetam diversas relações.

²⁰ *Sexually abused-sexual abuser hypothesis.*

Elemento 4: “Quem me tornei após o abuso vivido?” repercute na vida adulta em relação ao processo de simbolização do *self*

“Era uma pessoa próxima e minha família confiava que ela pudesse estar perto de mim. A gente brincava, mas ele me machucou. Não sei por que ele fez isso. Por que ele continua vivendo normalmente e eu estou aqui sofrendo pelo que aconteceu? Senti-me burra e inferior.”

O abuso e a reação dos adultos deixaram marcas na forma como as participantes enxergam a si mesmas. Elas desenvolveram percepções de inferioridade por não terem lhes contado antes ou por terem acreditado nas ameaças dos abusadores. Sentiram-se culpadas, acreditando que, de alguma forma, escolheram estar nessa situação, como se fossem responsáveis ou tivessem desejado que aquilo acontecesse.

Ao relatarem as suas experiências, as mulheres adultas revisitaram o seu “eu” criança. Durante a infância, a necessidade de proteção, escuta e acolhimento por parte dos adultos não foi atendida. Na vida adulta, essas mulheres buscam estabelecer limites em seus relacionamentos interpessoais, algo que lhes foi negado no passado.

Para compreender a construção da autoconceito das participantes, cabe revisitar a teoria da personalidade de Rogers (1977). Quando a experiência de si é avaliada por uma pessoa-critério como digna ou não de consideração positiva, a criança desenvolve um modo de avaliação condicional. Em outras palavras, o comportamento da criança deixa de ser guiado pela percepção das suas experiências como agradáveis ou desagradáveis, de acordo com a sua tendência à atualização, e passa a ser guiado pela necessidade de amor e aprovação. Essa atitude deixa de acontecer em relação apenas a experiências particulares e se estende à sua personalidade total (Rogers, 1977).

Por conta da avaliação condicional, a criança passa a simbolizar na consciência apenas as experiências que concordam com as condições a que se submeteu para ser aprovada pelos outros. As experiências discordantes são deformadas ou interceptadas. A partir disso, a criança perde o estado de integração próprio da infância e desenvolve um estado de incongruência ou desacordo entre o eu e a experiência (Rogers, 1977).

O desacordo entre o eu e a experiência tem como consequência comportamentos contraditórios. Os comportamentos que estão de acordo com a noção de eu são corretamente simbolizados e os comportamentos que estão de acordo com a experiência são percebidos como estranhos ao eu ou deformados pela consciência, para que possam estar de acordo com a noção de eu (Rogers, 1977).

As experiências em desacordo com o eu ou com o processo de avaliação são reconhecidas no nível da subcepção (anterior à simbolização) como ameaçadoras. Essas experiências, por meio do processo de defesa, não são simbolizadas, pois mudariam a noção de eu construída, violariam as condições de avaliação e frustrariam a necessidade de consideração de si (Rogers, 1977).

A dificuldade em aceitar aspectos menos agradáveis de si mesmas, muitas vezes exacerbada por críticas externas, leva à fragmentação da personalidade. Ao negar ou reprimir partes de si, a criança intensifica o conflito interno e dificulta o desenvolvimento de uma identidade integrada. A integração dessas polaridades é essencial para uma vida saudável (Oaklander, 1980).

Ao longo de seu desenvolvimento, pode-se dizer que as participantes, assim como todas as crianças, desejavam a consideração positiva das pessoas próximas. No contexto específico do abuso, essa necessidade não foi satisfeita e, como consequência, elas passaram a adotar comportamentos cujo intuito era obter a aceitação e a aprovação dos familiares. A adolescência foi descrita como uma fase desafiadora, um momento em que desejavam ser consideradas pelos

familiares, seja através da raiva (rebeldia) ou buscando a perfeição. Esforçavam-se pela aprovação dos pais, mantendo bom comportamento em casa ou na escola.

Luara destacou que sua necessidade de atenção por parte do namorado durante a adolescência estava ligada à falta de afeto que sentia em relação aos pais. Ela os via como extremamente exigentes, sempre esperando que ela fosse perfeita em tudo. Era uma aluna dedicada, que sempre tirava boas notas, e desejava se destacar em todas as áreas.

Marina assumiu o papel de “boazinha” na família, buscando evitar dar trabalho para a mãe. Como resultado, cresceu tentando ser sempre “certinha” e comportada. Era uma aluna exemplar, almejando notas máximas em todas as provas, e ficava profundamente frustrada quando não conseguia alcançar esse objetivo.

Embora Roberta não tenha abordado o assunto diretamente, ficou claro, por meio de suas falas e, especialmente, pela observação da fisioterapeuta, que a descreveu como uma paciente exemplar, que ela era dedicada e procurava seguir as orientações que lhe eram dadas.

Algumas participantes também se identificaram como rebeldes, buscando reconhecimento dos familiares através da raiva. Oaklander (1980) aponta a tendência a pensar que uma fonte interna é responsável pelos comportamentos agressivos de crianças e adolescentes, quando, na verdade, é o contexto que provoca algo.

O que lhe falta internamente é a habilidade de lidar com um ambiente que a deixa com raiva e com medo. A criança não sabe como lidar com esses sentimentos, que são gerados dentro dela pelo seu ambiente hostil. E assim, quando agride o ambiente de uma certa maneira, o faz porque não sabe que outra coisa fazer (Oaklander, 1980, p. 233).

A criança ou adolescente tenta expressar suas necessidades de maneiras mais sutis, mas os adultos geralmente não percebem até que ela intensifique seus comportamentos. Esses comportamentos, vistos pelos adultos como agressivos ou antissociais, muitas vezes representam uma tentativa desesperada de restabelecer uma conexão social (Oaklander, 1980).

Durante a adolescência, Nubia contou que fumava maconha, o que foi compreendido por sua mãe como um comportamento rebelde, que a levou a ser encaminhada para a psicoterapia. Mônica relatou que, quando beijava algum menino, não gostava de ser tocada em outras partes do corpo e ressaltou que era extremamente reativa, chegando a agredi-los. Ester afirmou sentir raiva em excesso na adolescência, fazer uso de drogas sintéticas e frequentar raves.

Além disso, o abuso sexual pode gerar uma sensação de impotência, já que, quando ocorreram os abusos, as participantes não conseguiram reagir da forma como gostariam, interrompendo a situação. Na vida adulta, isso pode provocar uma sensação de falta de controle sobre a própria vida (Kraye et al., 2015). Os limites corporais e espaciais são constantemente violados e a sensação de impotência é intensificada pela frustração diante da incapacidade de interromper o ciclo de abuso, pelo medo, pela dificuldade de comunicação e pela dependência característica da infância (Finkelhor & Browne, 1985). Isso foi evidente durante todo o relato de Monica, no qual revisitou diversas situações, especialmente no trabalho, que revelam sua dificuldade em estabelecer limites.

Ao tomarem consciência dos abusos sofridos na infância, as participantes também começaram a reconhecer outras situações ao longo de suas vidas que poderiam ser melhor compreendidas à luz desses eventos (Kraye et al., 2015). Perceberam como o abuso impactou a noção de si mesmas e contribuiu para sentimentos de baixa autoestima. Ester, por exemplo, compartilhou que trabalhou a questão da inferioridade por muito tempo na terapia, algo que acreditava estar relacionado ao abuso. No passado, não conseguia perceber como tudo isso estava interligado, mas consegue, hoje, enxergar com mais clareza. Marina, por sua vez, evitava ao máximo chamar a atenção e desejava ser invisível.

As experiências desempenham um papel fundamental no reconhecimento de si mesmo, mas quando são percebidas como ameaçadoras, podem não ser simbolizadas. Relembrar as

memórias de abuso na vida adulta representou um desafio, uma vez que isso pode levar à mudança de percepções anteriores sobre si mesmo, sobre o abusador ou sobre relacionamentos (Kraye et al., 2015; Rogers, 1977). Por exemplo, as participantes acreditavam que os abusadores eram pessoas confiáveis, que cuidavam delas em muitas situações. No entanto, após tomarem consciência do abuso, perceberam que essas mesmas pessoas as feriram e lhes causaram sofrimento.

É importante que as mulheres possam atribuir um significado à experiência de abuso infantil para construir uma noção de eu congruente, o que foi percebido como um processo infundável. Algumas participantes não conseguiram lembrar de detalhes exatos sobre o que aconteceu, o que gerava angústia, pois esses detalhes poderiam ajudá-las a dar sentido à experiência (Kraye et al., 2015). Marina, ao contar sobre a cena interrompida pela tia, disse que não se lembra de mais nada, mas ficou imaginando como poderia ter sido. Nubia, ao abordar sua vida sexual, fez um esforço contínuo para compreender alguns aspectos, questionando se isso poderia estar relacionado ao abuso. No entanto, ela não chegou a uma conclusão e afirmou que está buscando entender isso melhor na terapia.

Embora o autoconceito possa ser impactado pelo abuso sexual, ele também é moldado pelo ambiente social e familiar (Gewirtz-Meydan, 2020). Os primeiros relacionamentos entre as crianças e seus cuidadores são importantes para a construção do *self*. Crianças que recebem afeto e comportamento consistentes dos cuidadores tendem a ver a si mesmas como amáveis e ver os outros como confiáveis. Por outro lado, crianças abusadas sexualmente tendem a desenvolver uma visão negativa de si mesmas e dos outros, sentindo-se envergonhadas e desconfiando da capacidade das pessoas em seu entorno de atender às suas necessidades emocionais (Whiffen & Macintosh, 2005).

As formas como as participantes se viam também refletiram nas suas relações interpessoais, especialmente com parceiros(as) amorosos(as). A relação com o sexo se

manifestou de duas maneiras: algumas iniciaram a vida sexual precocemente e se envolveram com diversos parceiros, enquanto outras enfrentaram dificuldades e evitaram o contato sexual.

A literatura aponta diversos impactos do abuso sexual infantil em relação à sexualidade: comportamento hipersexualizado, iniciação sexual antecipada, número maior de parceiros sexuais (Krindges & Habigzang, 2018; Lira et al., 2017; Noll et al., 2003; Staples et al., 2015), comportamentos sexuais de alto risco (Lestrade et al., 2013), mais parceiros sexuais ao longo da vida (Rinehart et al., 2014), dificuldade para se relacionar com pessoas do mesmo sexo do abusador, dificuldade para ter orgasmo (Lira et al., 2017) e comportamento sexual repetitivo, como a masturbação (Finkelhor & Browne, 1985).

Nubia e Luara afirmaram ter começado a se envolver precocemente com rapazes. Nubia mencionou dúvidas relacionadas à sua orientação sexual, além de sentir desconforto durante relações sexuais com homens. Ester, por sua vez, revelou o vício em masturbação na adolescência.

Por outro lado, a aversão sexual pode se desenvolver à medida que memórias desagradáveis e afetos associados à sexualização traumática tornam-se vinculados à excitação sexual subsequente. Pode haver uma aversão específica a pensamentos, sentimentos e situações sexuais que remetam à experiência abusiva. Essa associação negativa com o sexo pode interferir no prazer sexual e até resultar em disfunção sexual (Noll et al., 2003).

É possível que conceitos negativos relacionados ao abuso sexual infantil sejam incorporados ao autoconceito, resultando na repetição de comportamentos, emoções e experiências sexuais adquiridas durante o abuso. Essas repetições tendem a surgir em contextos que relembram o abuso original, ampliando essa experiência para outros relacionamentos íntimos e prejudicando a habilidade de desenvolver relações seguras e saudáveis (Finkelhor & Brown, 1985).

Na experiência de Roberta, a sexualidade figura como uma questão central, parecendo constituir o ponto de partida para sua busca de dar sentido ao que lhe aconteceu. Ela relatou dificuldades em ter relações sexuais e mencionou os tratamentos que procurou, focados, inicialmente, em questões físicas e, posteriormente, psicológicas. Monica, por sua vez, enfatizou principalmente a questão do toque, questionando-se, além disso, se realmente gostava de meninos e se conseguiria se relacionar com eles.

Elemento 5: O encontro dialógico possibilitou uma forma de cuidado e trouxe esperança em relação a poderem ajudar outras mulheres

“Agora tenho a escolha de contar sobre o abuso para uma outra mulher que está interessada, que poderá me acolher e apoiar, diferente de como foi no passado, e a minha história poderá ajudar outras mulheres.”

Apesar do abuso, as participantes conseguiram encontrar formas de lidar com o que lhes aconteceu, seja pela escrita, pelo processo da psicoterapia, pela espiritualidade, ajudando outras pessoas na profissão que escolheram ou por meio da própria pesquisa. Embora todas tenham passado por psicoterapia, já tendo, portanto, falado sobre esse assunto em outros momentos, o encontro favoreceu um espaço onde se sentiram acolhidas e consideradas.

Quando se depararam com o convite da pesquisadora nas redes sociais, algo despertou nas participantes o desejo de compartilhar suas histórias. Marina afirmou: “Eu preciso ir lá falar sobre isso”. Foi uma escolha, diferentemente das outras vezes, em que se sentiram pressionadas a falar sobre o assunto com pessoas próximas. A pesquisa representou uma oportunidade de contar para outra pessoa o que lhes aconteceu e nutriu a esperança de que suas histórias sejam lidas por outras mulheres, inspirando-as.

Draucker e Martsolf (2008) apresentam um modelo teórico a respeito da forma como as vítimas de abuso sexual na infância revelam suas experiências ao longo do tempo. Os autores descrevem cinco estágios no processo de contar sobre o abuso: (1) começar a história (ainda não contada); (2) revelar pela primeira vez; (3) proteger a história (mantê-la em segredo); (4) revisar a história (transformá-la em uma narrativa coerente) e (5) compartilhar a história (como mensagem).

No primeiro estágio, a sobrevivente tenta entender o que está acontecendo, mas geralmente mantém a experiência em segredo. A história permanece não contada, seja por confusão, por medo de não acreditarem ou pelas ameaças do abusador (Draucker & Martsolf, 2008). O segundo estágio envolve a primeira tentativa de contar sobre o abuso, podendo ocorrer durante a infância ou mais tarde, na vida adulta. A revelação pode ser direta ou indireta, e as reações de quem ouve influenciam a percepção da vítima sobre o abuso e a sua decisão de compartilhar sua história com outras pessoas ou de mantê-la em segredo (Draucker & Martsolf, 2008).

Ao revelarem a história na vida adulta, as vítimas acreditam que falar sobre o abuso pode ajudar na compreensão do trauma, além da necessidade de dividir essa parte de suas vidas com alguém significativo. A forma como a revelação ocorre influencia diretamente a maneira como os participantes lidam com o abuso posteriormente. Em geral, esse processo pode envolver duas etapas: elas precisavam, primeiramente, (1) trabalhar internamente o ato de revelar a história antes de (2) realmente contá-la a outra pessoa (Draucker & Martsolf, 2008). Roberta, Nubia, Monica e Ester compartilharam que a primeira vez que revelaram o abuso na vida adulta foi durante a psicoterapia, como forma de preparação para contar às pessoas mais próximas, especialmente suas mães.

No terceiro estágio, quando as reações à revelação inicial são negativas, muitos sobreviventes optam por manter a história em segredo, escondendo o abuso por medo de rejeição, culpa ou vergonha (Draucker & Martsolf, 2008).

No quarto estágio, após compartilhar a história com outras pessoas, a mulher começa a modificar e revisar a narrativa, atribuindo-lhe novos significados. O abuso começa a ser compreendido de maneira mais complexa e com menor ênfase na culpa pessoal, evoluindo para um relato passível de dar sentido à experiência. À medida que compartilhavam suas experiências com outras pessoas, as participantes acessavam aspectos mais profundos do que haviam vivenciado. Compartilhar sobre o abuso pode transformar e aprofundar a complexidade da história. A história inicial é simples, mas, à medida que é desenvolvida, passa a incluir uma análise sobre a culpabilidade do agressor, da família, da comunidade e da sociedade (Draucker & Martsolf, 2008).

No quinto estágio, a sobrevivente compartilha sua história com a intenção de ajudar outros ou de conscientizá-los sobre o abuso. A narrativa se transforma em uma mensagem que vai além da compreensão pessoal, promovendo uma contribuição social, como prevenir outros abusos ou apoiar pessoas que passaram pela mesma situação (Draucker & Martsolf, 2008; Draucker et al., 2011).

“Contar a história do abuso sexual infantil não é um evento único, é uma série de engajamentos com outros no mundo social dos sobreviventes, cada um gerando uma nova compreensão, muitas vezes mais complexa, da experiência” (Draucker & Martsolf, 2008, p. 1045, tradução nossa). Dessa forma, os encontros dialógicos se constituíram como uma oportunidade para as participantes revisarem suas histórias e compartilharem as mensagens das quais gostariam que outras mulheres tomassem conhecimento. Elas trilharam um percurso ao relatar o abuso, e esse processo foi marcado pela tentativa de reunir todas as peças desse complexo quebra-cabeças. Além de simplesmente narrar os eventos, elas compartilharam suas

experiências com um propósito maior: ajudar outras mulheres que possam ter passado por situações semelhantes.

Todas as participantes já haviam realizado ou estavam em processo de psicoterapia, o que pode ter impactado a maneira como compreenderam suas experiências (Kraye et al., 2015). No entanto, elas ainda optaram por compartilhar suas histórias com a pesquisadora. O que pode ter sido significativo na decisão das participantes de dividir suas vivências? Falar sobre o abuso sexual na infância de forma reiterada pode facilitar uma melhor compreensão da experiência vivida. É fundamental contar a própria história e ser ouvida, mas essa escuta deve ser atenta, oferecendo um espaço seguro e acolhedor (Draucker & Martsof, 2008; Nehls & Sallmann, 2005).

Quando as mulheres compartilham as suas histórias com pessoas acolhedoras, elas se sentem à vontade para contar suas experiências a outras pessoas que acreditam estarem abertas. Se perceberem que a pessoa oferecerá apoio, expressando interesse ou empatia, é mais provável que revelem detalhes da história (Draucker & Martsof, 2008). Essa dinâmica cria um ambiente propício para uma maior abertura e compreensão, em conformidade com as atitudes que a pesquisadora buscou oferecer durante os encontros dialógicos.

A respeito disso, Mahfoud (2017, p.82-83, grifo do autor) afirma ser possível oferecer uma relação de ajuda no contexto terapêutico “quando, de algum modo, veiculamos uma resposta: não a resposta do que fazer, não a resposta a um problema apresentado, mas uma *presença*”.

(...) não sou presença simplesmente por resolver sê-lo, ou meramente por impostar a voz de certo modo; sou presença para o outro por saber que algo está para acontecer ali, no vivo da relação com o outro, por estar à espera de algo que não está exatamente nas minhas mãos, mas que pode acontecer ali através também de mim (Mahfoud, 2017, p. 85).

As participantes não esperavam que a pesquisadora oferecesse explicações teóricas sobre suas vivências ou apresentasse soluções para o seu sofrimento. Para elas, a verdadeira ajuda residia nos atos de ouvir, cuidar e compreender (Nehls & Sallmann, 2005). De acordo com Amatuzzi (2006), pesquisar a subjetividade configura um processo que implica a participação ativa dos sujeitos, busca uma mobilização e tende a modificar a consciência das pessoas envolvidas, incluindo os leitores.

A despeito do abuso, as participantes da presente pesquisa conseguiram encontrar formas de lidar com o que lhes aconteceu, seja pela escrita, pelo processo da psicoterapia, pela espiritualidade, ajudando outras pessoas na profissão que escolheram ou compartilhando a sua história. Achados semelhantes foram encontrados em outros estudos, nos quais os participantes transformaram suas experiências em uma direção positiva para ajudar outras pessoas. Alguns se dedicaram a profissões de cuidado, enquanto outros focaram no crescimento pessoal e na espiritualidade, adotando uma visão otimista em relação ao futuro (Draucker & Martsolf, 2008; Draucker et al., 2011; Kraye et al., 2015).

Atribuir um sentido à experiência de abuso sexual envolve integrar e atribuir novos significados ao passado, alterar o presente e fornecer uma direção para o futuro (Draucker et al., 2011; Saha et al., 2011). Aqui, retorna-se ao primeiro elemento: o encontro com a pesquisadora possibilitou lembrar o passado, contando para alguém que teve uma atitude diferente, modificando o presente e abrindo-se para o futuro como uma possibilidade de esperança.

Síntese Criativa

A seguir, apresento uma síntese criativa elaborada por mim, com o propósito de expressar, por meio da arte, os elementos estruturantes do fenômeno estudado. Durante a leitura das narrativas compreensivas para a construção da narrativa-síntese, selecionei algumas frases que me impactaram profundamente, com o intuito de descrever a experiência das participantes. Gradualmente, percebi que essas frases estabeleciam uma espécie de diálogo entre o abusador, a mãe e a menina que viveu o abuso. A partir disso, transformei-as no poema abaixo.

A voz da menina

Agora estou começando a me lembrar

Das sombras do passado a assombrar

Oi, princesa! Quer brincar?

Ou prefere apenas recordar?

Agora consigo lembrar

Das marcas que o tempo não apagou

Da culpa que me fez calar

Do monstro que me atormentou

O que você está fazendo? Ela me culpou

Nua no quarto escuro, a sombra da infância se dissipou

Para de ser criança! Começou tem que terminar!

Não, não! Eu não quero continuar

Tem algo que você quer me contar?

Não, você vai me culpar!

Por que Deus deixou isso acontecer?

Porque o monstro ia me pegar!

Sinto-me suja, um enjoo sem fim

A raiva me envolve, não sei onde ir

Uma menina mexeu em mim

Não quero que ninguém me veja assim

Os olhos fechados tentam não lembrar

Do cheiro, do gosto, da dor que não pode cessar

Mas é preciso encarar a verdade

Para que o alívio possa enfim chegar

Que todas as mulheres possam ouvir

Que árvore sem raiz não para em pé

E dentro de cada uma existe um poder

É só ter fê

Essa é a missão da poesia: Recuperar os pedaços perdidos de nós.

Rubem Alves

Considerações Finais

“Os olhos fechados tentam não lembrar

Do cheiro, do gosto, da dor que não pode cessar

Mas é preciso encarar a verdade

Para que o alívio possa enfim chegar.”

Ao concluir esta pesquisa, dou-me conta de como fui transformada como mulher e psicóloga pelos encontros com as participantes, que corajosamente aceitaram compartilhar suas vivências de um sofrimento para o qual só encontraram palavras ao chegarem à idade adulta. Memórias recortadas que, aos poucos, as fizeram compreender uma dor que as arrancou das brincadeiras para algo estranho, escuro e incompreensível.

O método fenomenológico possibilitou uma aproximação empática, compreensiva e não invasiva a experiências individuais e singulares, mas ainda assim traumáticas. Os elementos que emergiram da análise fenomenológica trouxeram à luz como se dá a construção das memórias traumáticas, a partir das noções fenomenológicas de temporalidade, espacialidade e corporalidade. As mulheres vivenciam sentimentos de culpa, raiva, solidão e desamparo, que, dependendo do apoio social recebido por parte dos familiares, podem afetar as relações das mulheres consigo mesmas e com as outras pessoas.

Apesar das vivências de sofrimento, destaca-se o processo de recuperação, a partir da capacidade das participantes de enfrentar a dor e atribuir um novo sentido a ela, como mulheres adultas. Embora o sofrimento causado pela situação de abuso tenha sido intenso, observou-se um movimento contínuo de resignificação, destacando a importância de atribuir um novo significado à dor, transformando-a em uma experiência de aprendizado e gerando a esperança de ajudar outras mulheres.

Os encontros dialógicos com as participantes foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando a complexidade e a profundidade do tema abordado. Este estudo destaca a importância de dar visibilidade a um tema delicado e temido socialmente, agravado por sua dinâmica de segredo e não revelação. Dessa forma, foi possível oferecer um espaço seguro e acolhedor, no qual as participantes puderam expressar livremente sobre suas vivências, algo que lhes havia sido negado no passado.

É importante mencionar que, uma vez que as participantes responderam espontaneamente ao convite da pesquisadora e se dispuseram a conversar, isso pode indicar que elas já estavam preparadas para esse processo, possivelmente devido à elaboração do abuso durante o tratamento psicoterapêutico. Esse ponto evidencia a relevância das atitudes de compreensão empática, consideração positiva incondicional e congruência por parte do psicólogo ao longo do processo terapêutico. Tais atitudes são essenciais para a ressignificação das experiências de abuso, permitindo à pessoa retomar sua autonomia. A abertura e o acolhimento são fundamentais para que a mulher se sinta confortável para falar sobre o tema, sem temer o julgamento, especialmente quando se trata de um assunto carregado de estigmas sociais.

No entanto, é possível que outras mulheres não estejam na mesma condição e continuem sofrendo sem o apoio psicológico necessário. Essa é uma limitação da pesquisa e destaca a necessidade de que os profissionais que atuam em equipes multiprofissionais em contextos institucionais de saúde pública, como os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREASs), as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) e ambulatórios, sejam devidamente preparados para acolher esse tipo de experiência quando surgir, seja em atendimentos individuais ou grupais.

Como visto, na maioria das vezes, os abusadores são familiares ou amigos próximos, o que acarreta implicações nas relações afetivas, nos vínculos de confiança e, na forma como as

mulheres percebem a si mesmas. A presença do abusador no círculo familiar ou social pode dificultar a denúncia, pois as vítimas temem as consequências de expor o abuso, como a destruição de sua família ou o rompimento de relações com parentes. Muitas vezes, existe uma pressão implícita para que as vítimas se caleem, o que perpetua o silêncio e sofrimento.

Ademais, ressalta-se a importância de romper com os estereótipos sobre a maternidade e reconhecer as diversas realidades das mulheres, valorizando suas experiências subjetivas e as opressões que enfrentam. A culpabilização individual de mães deve ser combatida, e a responsabilidade pela proteção infantil deve ser compartilhada entre todos os atores sociais: mães, pais, família, comunidade e estado (Azzopardi et al., 2018).

A prevenção ao abuso sexual infantil é uma tarefa fundamental, que inclui a conscientização da sociedade sobre os sinais e consequências do abuso, a promoção de uma educação que envolva tanto crianças quanto adultos, e a criação de ambientes seguros para as crianças. É crucial que pais, educadores e cuidadores sejam capacitados para identificar sinais de abuso e possam contar com políticas públicas que ofereçam apoio psicológico para as vítimas e suas famílias.

Espera-se que este estudo ofereça subsídios para a prática de profissionais da saúde que atendem mulheres adultas vítimas de abuso sexual na infância, destacando a necessidade de criar espaços seguros para o compartilhamento de experiências e reflexão sobre o tema. Ficou evidente que esses espaços são fundamentais para o processo de atribuição de sentido às vivências, favorecendo o crescimento e o desenvolvimento das mulheres.

Embora esta pesquisa tenha se concentrado em compreender a experiência de mulheres, ressalta-se a importância da realização de estudos com homens que foram vítimas de abuso sexual, principalmente em razão da histórica invisibilidade e negligência desse tema. Além disso, torna-se fundamental que outras pesquisas sejam conduzidas sobre o tema, especialmente voltadas para a compreensão da experiência dos abusadores sexuais.

Compreender como esses indivíduos percebem seus atos, bem como as dinâmicas de poder envolvidas, pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias mais eficazes para interromper ciclos de abuso. É preciso que as pesquisas evitem a patologização simplista, focando em uma responsabilização consciente, sem eximir os atores sociais de suas ações.

Ao encerrar esta pesquisa, apresento aqui uma pintura a óleo (Figura 4), criada por mim, como uma forma de expressar a experiência vivida pelas participantes e o impacto que isso provocou em mim. Busquei representar, sobretudo, a dualidade entre o abuso sofrido na infância, com sua carga de dor, e a possibilidade de resignificação na vida adulta.

De um lado, utilizei cores fortes e escuras, como vermelho e preto, para simbolizar a escuridão e o sofrimento associados ao abuso. Do outro lado, cores mais suaves, como azul e verde, compõem uma paisagem que remete à serenidade e à esperança. O urso de pelúcia, símbolo da infância, está posicionado no lado claro, representando como essa fase da vida sempre estará presente, mas com outro significado. Na parte inferior, as duas partes se fundem ao corpo, refletindo a integração dessa dualidade, tornando-se uma coisa só.

Figura 4
A Mulher e a Menina



Referências

- Aakvaag, H. F., Thoresen, S., Wentzel-Larsen, T., Dyb, G., Røysamb, E., & Olff, M. (2016). Broken and guilty since it happened: A population study of trauma-related shame and guilt after violence and sexual abuse. *Journal of Affective Disorders*, 204, 16-23. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2016.06.004>
- Ahrens, C. E., & Aldana, E. (2012). The ties that bind: Understanding the impact of sexual assault disclosure on survivors' relationships with friends, family, and partners. *Journal of Trauma & Dissociation*, 13(2), 226-243. <https://doi.org/10.1080/15299732.2012.642738>
- Ales Bello, A. (2004). *Fenomenologia e Ciências Humanas: psicologia, história e religião*. (Coleção Filosofia e Política). (M. Mahfoud, e M. Massimi, Orgs. e Trans.). Edusc.
- Ales Bello, A. (2006). *Introdução à Fenomenologia* (Ir J. T. Garcia & M. Mahfoud, Trans.). Edusc.
- Ales Bello, A. (2015). *Pessoa e Comunidade: comentários: Psicologia e Ciências do Espírito de Edith Stein* (M. Mahfoud & Ir J. T. Garcia, Trans.). Artesã.
- Alves, D. F. (2021). Ensaio sobre a indiferença e o desamparo e sua relação com o divino. *Ensaaios Filosóficos*, 23, 52-68. https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo23/04_ALVES_Revista_Ensaios_Volume_XXIII.pdf
- Amatuzzi, M. M. (2006). A subjetividade e sua pesquisa. *Memorandum*, 10, 93-97. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6735>
- American Psychiatric Association. (2022). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed., text rev.).
- Andrade, D. H. L. de. (2021). *Um estudo sobre a temporalidade na fenomenologia de Edmund Husserl*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório

Institucional da UFAL.

<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8742/1/Um%20estudo%20sobre%20a%20temporalidade%20na%20fenomenologia%20de%20Edmund%20Husserl.pdf>

Arendt, H. (2021). *Sobre a violência* (A. M. Duarte, Trad.) (14ª ed.). Civilização Brasileira.

Augras, M. (2013). *O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico* (16ª edição). Editora Vozes.

Azzopardi, C., Alaggia, R., & Fallon, B. (2018). From Freud to feminism: Gendered constructions of blame across theories of child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse: Research, Treatment, & Program Innovations for Victims, Survivors, & Offenders*, 27(3), 254–275. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1390717>

Bachelard, G. (1993). *A poética do espaço* (A. de P. Danesi, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957)

Barker-Collo S. L. (2001). Adult reports of child and adult attributions of blame for childhood sexual abuse: Predicting adult adjustment and suicidal behaviors in females. *Child abuse & neglect*, 25(10), 1329–1341. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(01\)00278-2](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(01)00278-2)

Brasil. (1940). *Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Brisola, E. B. V., Cury, V. E., & Davidson, L. (2017). Building comprehensive narratives from dialogical encounters: A path in search of meanings. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 34(4), 467-475. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000400003>

Buber, M. (2001). *Eu e tu* (2ª ed.). Centauro.

Capez, F. (2020). *Curso de direito penal - Parte especial (arts. 213 a 359-H)*. (18ª ed.). Saraiva.

Castro, T. G. de & Gomes, W. B. (2011). Movimento fenomenológico: controvérsias e perspectivas na pesquisa psicológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]*, 27 (2), 233-240. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000200014>

- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In R. Cardoso, M. Chauí, M. C. Paoli & SOS-Mulher (Orgs.), *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (pp. 25-62). Zahar.
- Collin-Vézina, D., De La Sablonnière-Griffin, M., Sivagurunathan, M., Lateef, R., Alaggia, R., McElvaney, R., & Simpson, M. (2021). "How many times did I not want to live a life because of him": the complex connections between child sexual abuse, disclosure, and self-injurious thoughts and behaviors. *Borderline Personality Disorder and Emotion Dysregulation*, 8(1), 1-13. <https://doi.org/10.1186/s40479-020-00142-6>
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*. www.codigodeconduta.turismo.gov.br/images/documentos/PNEVSCA.pdf
- Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. (2007). *Caderno de Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes*. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/crianca/Adolescente.pdf>
- Correia, C. M., Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Andrade, I. C. S. de, Romano, C. M. C., & Rodrigues, G. R. S. (2019). Child and adolescent violence: oral story of women who attempted suicide. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72, 1450-1456. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0814>
- Cronin, M. A., & George, E. (2020). The why and how of the integrative review. *Organizational Research Methods*, 1-25. <https://doi.org/10.1177/1094428120935507>
- Cruz, M. A. da, Gomes, N. P., Campos, L. M., Estrela, F. M., Whitaker, M. C. O., & Lírio, J. G. dos S. (2021). Impacts of sexual abuse in childhood and adolescence: an integrative review. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(4), 1369-1380. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>

- Cury, V. E. (2021). Intervenções psicológicas e processos intersubjetivos: pesquisas em psicologia clínica sob uma perspectiva humanista e fenomenológica. In E. Dutra & V. E. Cury (Orgs.), *Pesquisas fenomenológicas em psicologia* (pp. 93-108). Editora CRV.
- Cury, V. E., & Fadda, G. M. (2020). Narrando encontros que constroem vivências e tecem sentidos. In E. Dutra (Org.), *Sofrimento, existência e liberdade em tempos de crise* (pp. 7-13). IFEN.
- Dahlberg, L. L. e Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, 11(suppl), 1163-1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>.
- Draucker, C. B., & Martsolf, D. S. (2008). Storying childhood sexual abuse. *Qualitative Health Research*, 18(8), 1034-1048. <https://doi.org/10.1177/1049732308319925>
- Draucker, C. B., Martsolf, D. S., Roller, C., Knapik, G., Ross, R., & Stidham, A. W. (2011). Healing from childhood sexual abuse: a theoretical model. *Journal of Child Sexual abuse*, 20(4), 435-466. <https://doi.org/10.1080/10538712.2011.588188>
- Eisikovits, Z., Tener, D., & Lev-Wiesel, R. (2017). Adult women survivors of intrafamilial child sexual abuse and their current relationship with the abuser. *The American Journal of Orthopsychiatry*, 87(3), 216–225. <https://doi.org/10.1037/ort0000185>
- Elsbach, K. D., & Knippenberg, D. (2020). Creating high-impact literature reviews: an argument for “integrative reviews.” *Journal of Management Studies*, 57(6), 1277-1289. <https://doi:10.1111/joms.12581>
- Espíndula, J. A. G., & Goto, T. (2019). Algumas reflexões sobre a fenomenologia e método fenomenológico nas pesquisas em psicologia. In J. A. G. Espíndula (Org.), *Psicologia fenomenológica e saúde: teoria e pesquisa* (pp. 32-47). Editora da UFRR.

- Fadda, G. M., & Cury, V. E. (2021). O Fenômeno da Intersubjetividade na Relação Psicoterapêutica. *Revista Subjetividades*, 21(Especial 1).
<https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21iEsp1.e9445>
- Filho Pires, M. F. (2007). *Violência intrafamiliar: a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
- Filipas, H. H., & Ullman, S. E. (2001). Social reactions to sexual assault victims from various support sources. *Violence and victims*, 16(6), 673–692.
- Finkelhor, D., & Browne, A. (1985). The traumatic impact of child sexual abuse: A conceptualization. *American Journal of Orthopsychiatry*, 55(4), 530-541.
<https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x>.
- Fornari, L. F., Sakata-So, K. N., Egry, E. Y., & Fonseca, R. M. G. S. da. (2018). Gender and generation perspectives in the narratives of sexually abused women in childhood. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26, 1-8. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2771.3078>
- Fortuna, S. L. A. (2017). Ordem patriarcal de gênero e violência sexual: Acepções a partir da produção científica brasileira em serviço social. *Serviço Social & Realidade*, 26(1), 148-175.
<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4057>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.
<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>
- Freyd, J. J. (1996). *Betrayal trauma: The logic of forgetting childhood abuse*. Harvard University Press.
- Freyd, J. J., Deprince, A. P., & Gleaves, D. H. (2007). The state of betrayal trauma theory: Reply to McNally—Conceptual issues, and future directions. *Memory*, 15(3), 295–311.
<https://doi.org/10.1080/09658210701256514>

- Fuchs, T. (2007). Psychotherapy of the lived space: a phenomenological and ecological concept. *American Journal of Psychotherapy*, 61(4), 423-439.
<https://doi.org/10.1176/appi.psychotherapy.2007.61.4.423>
- Fuchs, T. (2012). The phenomenology of body memory. In S. C. Koch, T. Fuchs, M. Summa & C. Müller (Eds.), *Body memory, metaphor and movement* (pp. 9-22). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/aicr.84>
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus.
- Garret, L. H. (2010). A phenomenological exploration of reflections on lived space by child sexual abusers. *Issues in Mental Health Nursing*, 31(12), 758–762.
<https://doi.org/10.3109/01612840.2010.506253>
- Gendlin, E. T. (1973). A phenomenology of emotions: Anger. In D. Carr & E. S. Casey (Eds.), *Explorations in phenomenology: Papers of the society for phenomenology and existential philosophy. Vol. 4. Selected Studies in Phenomenology and Existential Philosophy* (pp. 367-398). Springer Dordrecht. <https://doi.org/10.1007/978-94-010-1999-6>
- Gewirtz-Meydan, A. (2020). The relationship between child sexual abuse, self-concept and psychopathology: The moderating role of social support and perceived parental quality. *Children and Youth Services Review*, 113, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.104938>
- Gibson, R. L., & Hartshorne, T. S. (1996). Childhood sexual abuse and adult loneliness and network orientation. *Child Abuse & Neglect*, 20(11), 1087–1093.
[https://doi.org/10.1016/0145-2134\(96\)00097-x](https://doi.org/10.1016/0145-2134(96)00097-x)
- Goto, T. A. (2007). *Introdução à psicologia fenomenológica: A nova psicologia de Edmund Husserl*. Paulus.

- Guyon, R., Fernet, M., Dussault, É., Gauthier-Duchesne, A., Cousineau, M. M., Tardif, M., & Godbout, N. (2021). Experiences of disclosure and reactions of close ones from the perspective of child sexual abuse survivors: A qualitative analysis of gender specificities. *Journal of Child Sexual Abuse*, 30(7), 806–827. <https://doi.org/10.1080/10538712.2021.1942369>
- Hailes, H. P., Yu, R., Danese, A., & Fazel, S. (2019). Long-term outcomes of childhood sexual abuse: an umbrella review. *The Lancet Psychiatry*, 6(10), 830-839. [https://doi:10.1016/S2215-0366\(19\)30286-X](https://doi:10.1016/S2215-0366(19)30286-X)
- Husserl, E. (1994). *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*. (P. M. S. Alves, Trad.). Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Husserl, E. (2006). *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica* (M. Suzuki, Trad.). Ideias & Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Husserl, E. (2008). *La crisis de las ciencias europeas y la fenomenologia transcendental*. (J. V. Iribarne, Trad.). Prometeo Libros. (Trabalho original publicado em 1954)
- Husserl, E. (2009). *La filosofía como ciencia rigurosa* (M. García-Baró, Trad.). Encuentro. (Trabalho original publicado em 1911)
- Husserl, E. (2013). *Meditações Cartesianas e Conferências de Paris*. (P. M. S. Alves, Trad.). Forense.
- Husserl, E. (2020). *A ideia da fenomenologia: cinco lições* (M. L. Miranda, Trad.). Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 1986)
- Incerpe, P. R. B., Andrade, E. dos S., & Brisola, E. B. V. (2024). Abuso sexual na infância e a teoria da personalidade de Carl Rogers. *Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity*, 16, 23-37. <https://doi.org/10.26823/rnufen.v16i01.24520>
- Janssen, P. (2020). Introdução. In E. Husserl. *A ideia da fenomenologia: cinco lições* (M. L. Miranda, Trad.). Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 1986)

- Jespersen, A. F., Lalumière, M. L., & Seto, M. C. (2009). Sexual abuse history among adult sex offenders and non-sex offenders: a meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 33(3), 179–192. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.07.004>
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child Maltreatment*, 9(2), 190-200. <https://doi.org/10.1177/1077559504264263>
- Julich, S. (2005). Stockholm Syndrome and child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 14(3), 107–129. https://doi.org/10.1300/J070v14n03_06
- Krayer, A., Seddon, D., Robinson, C. A., & Gwilym, H. (2015). The influence of child sexual abuse on the self from adult narrative perspectives. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24(2), 135-151. <https://doi.org/10.1080/10538712.2015.1001473>
- Krindges, C. A., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(3), 321-332. <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000300010>
- Larrabee, M. J. (1995). The time of trauma: Husserl's phenomenology and Post-Traumatic Stress Disorder. *Human Studies*, 18, 351-366. <https://doi.org/10.1007/BF01318616>
- Lestrade, K. N., Talbot, N. L., Ward, E. A., & Cort, N. A. (2013). High-risk sexual behaviors among depressed black women with histories of intrafamilial and extrafamilial childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 37(6), 400-403. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.01.007>
- Lev-Wiesel, R. (2008). Child sexual abuse: A critical review of intervention and treatment modalities. *Children and Youth Services Review*, 30(6), 665-673. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.01.008>

- Lima, L. M. L., & Neves, A. S. (2022). Cenas incestuosas contemporâneas: fragmentos enunciativos sobre a culpabilização da mulher-mãe. *Vínculo - Revista do NESME*, 19(1), 14-26. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v19n1a3>
- Lira, M. O. de S. C. e, Rodrigues, V. P., Rodrigues, A. D., Couto, T. M., Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2017). Sexual abuse in childhood and its repercussions in adult life. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(3), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>
- Long, P. J., & Jackson, J. L. (1993). Initial emotional response to childhood sexual abuse: Emotion profiles of victims and relationship to later adjustment. *Journal of Family Violence*, 8(2), 167–181. <https://doi.org/10.1007/BF00981766>
- López, S., Faro, C., Lopetegui, L., Pujol-Ribera, E., Monteagudo, M., Cobo, J., & Fernández, M. I. (2017). Impacto del abuso sexual durante la infancia-adolescencia en las relaciones sexuales y afectivas de mujeres adultas. *Gaceta Sanitaria*, 31(3), 210-219. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2016.05.010>
- Mahfoud, M. (Org.). (2017). *“Quem sou eu?”: Um tema para a psicologia*. Artesã.
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2022). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.969, de 13 de julho de 1990*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2021). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (2015). *Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento*. https://www.cnmp.mp.br/portal/images/acao_nacional/ANF/20160527_ANF_CIJE_Combate_ao_Abuso_e_Exploracao Sexual Infantil.pdf

- Missaggia, J. (2017). O conceito husserliano de corpo: sua dualidade e função nas experiências perceptivas. *Problemata*, 8(3), 196-208. <https://doi.org/10.7443/problemata.v8i3.33484>
- Mozena, H., & Cury, V. E. (2010). Plantão psicológico em um serviço de assistência judiciária. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 19, 65–78. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6574/4151>
- Nehls, N., & Sallmann, J. (2005). Women living with a history of physical and/or sexual abuse, substance use, and mental health problems. *Qualitative Health Research*, 15(3), 365-381. <https://doi.org/10.1177/1049732304272917>
- Noll, J. G., Trickett, P. K., & Putnam, F. W. (2003). A prospective investigation of the impact of childhood sexual abuse on the development of sexuality. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(3), 575–586. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.71.3.575>
- Oaklander, V. (1980). *Descobrendo crianças: abordagem gestáltica com crianças e adolescentes* (G. Schlesinger, Trad.). Summus. (Trabalho original publicado em 1978)
- O'Leary, P., Easton, S. D., & Gould, N. (2017). The effect of child sexual abuse on men: toward a male sensitive measure. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(3), 423-445. <https://doi.org/10.1177/0886260515586362>
- Oliveira, J. B. de, Kerr-Corrêa, F., Lima, M. C. P., Bertolote, J. M., & Tucci, A. M. (2013). Sexual abuse and alcohol use among women in metropolitan São Paulo, Brazil: a general population study. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 16, 817-825. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000400002>
- Paige, J., & Thornton, J. (2015). Healing from intrafamilial child sexual abuse: the role of relational processes between survivor and offender. *Children Australia*, 40(3), 242–259. doi:10.1017/cha.2015.21
- Paviani, J. (2016). Conceitos e formas de violência. In M. R. Modena (Org.), *Conceitos e formas de violência*. (pp. 8-20). Educs.

- Platt, V. B., Back, I. de C., Hauschild, D. B., & Guedert, J. M. (2018). Sexual violence against children: authors, victims and consequences. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 1019-1031. <https://doi:10.1590/1413-81232018234.11362016>
- Priberam. (n.d.). Encontro. In *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. Recuperado em 14 de julho de 2022 de <https://dicionario.priberam.org/encontro>
- Priberam. (n.d.). Mexer. In *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. Recuperado em 15 de setembro de 2024 de <https://dicionario.priberam.org/mexer>
- Pulverman, C. S., Kilimnik, C. D., & Meston, C. M. (2018). The impact of childhood sexual abuse on women's sexual health: a comprehensive review. *Sexual Medicine Reviews*, 6(2), 188-200. <https://doi:10.1016/j.sxmr.2017.12.002>
- Rinehart, J. K., Yeater, E. A., Musci, R. J., Letourneau, E. J., & Lenberg, K. L. (2014). The role of ethnicity, sexual attitudes, and sexual behavior in sexual revictimization during the transition to emerging adulthood. *Child Maltreatment*, 19(3-4), 178-187. <https://doi:10.1177/1077559514551946>
- Rogers, C. R. (1977). Teoria da personalidade e da dinâmica do comportamento. In C. R. Rogers & G. M. Kinget, *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva* (2ª ed., Vol. 1, pp. 195-212). Interlivros.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª ed.). Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Saha, S., Chung, M. C., & Thorne, L. (2011). A narrative exploration of the sense of self of women recovering from childhood sexual abuse. *Counselling Psychology Quarterly*, 24(2), 101-113. <https://doi.org/10.1080/09515070.2011.586414>
- Santos, C. M. da C., Pimenta, C. A. de M., & Nobre, M. R. C. (2007). The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3), 508-511. <https://doi:10.1590/S0104-11692007000300023>

- Santos, S. S., & Dell’Aglío, D. D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: Reações maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 85-92. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100010>
- Sartor, C. E., & O’Malley, S. S. (2016). Brief report: a web-based pilot study of childhood sexual abuse, recent stressful events, and alcohol use in women. *The American Journal on Addictions*, 25(3), 184-187. <https://doi.org/10.1111/ajad.12348>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Souza, M. T. de, Silva, M. D. da, & Carvalho, R. de. (2010). Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Staples, J. M., George, W. H., Stappenbeck, C. A., Davis, K. C., Norris, J., & Heiman, J. R. (2015). Alcohol myopia and sexual abdication among women: examining the moderating effect of child sexual abuse. *Addictive Behaviors*, 41, 72–77. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2014.09.014>
- Steinbock, A. J. (2001). Translator’s introduction. In E. Bernet (Ed.), *Edmund Husserl Collected Works: Vol. 9. Analyses concerning passive and active synthesis: lectures on transcendental logic* (pp. 15-67). Kluwer Academic Publishers.
- Stolorow, R. D. (1972). On the phenomenology of anger and hate. *American Journal of Psychoanalysis*, 32(2), 218-220. <https://doi.org/10.1007/BF01872523>
- Tener, D. (2021). "I Love and Hate Him in the Same Breath": Relationships of Adult Survivors of Sexual Abuse With Their Perpetrating Siblings. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), 1-23. <https://doi.org/10.1177/0886260518821462>
- Ullman, S. E. (2010). *Talking about sexual assault: Society’s response to survivors*. American Psychological Association.

- Van Manen, M., & Levering, B. (1996). *Childhood's secrets: Intimacy, privacy, and the self reconsidered*. Teachers College Press. <https://doi.org/10.7939/R3CR64>
- Ward, T., Polaschek, D., & Beech, A. R. (2006). *Theories of sexual offending*. Wiley & Sons.
- Whiffen, V. E., & Macintosh, H. B. (2005). Mediators of the link between childhood sexual abuse and emotional distress: a critical review. *Trauma, Violence & Abuse*, 6(1), 24-39. <https://doi.org/10.1177/1524838004272543>
- World Health Organization (1999). *Report of the consultation on child abuse prevention*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/65900>
- Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: Desafios para a psicologia. In V. Zanello & M. Porto (Orgs.), *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia* (pp. 103-122). Conselho Federal de Psicologia.
- Zilles, U. (2002). A fenomenologia husserliana como método radical. In E. Husserl. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. (2ª ed., U. Zilles, Trad.). EDIPUCRS. (Trabalho original publicado em 1977)

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada **“A experiência vivida de mulheres que relatam terem sofrido abuso sexual na infância ou adolescência”**, que tem como objetivo compreender e analisar a experiência emocional de mulheres cisgênero que sofreram abuso sexual na infância ou adolescência, sob responsabilidade da pesquisadora Patrícia Regina Bueno Incerpe, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas.

Sua participação nesta pesquisa se dará por meio de uma conversa presencial com a pesquisadora com duração mínima de 30 minutos e máxima de 2 horas, em local e horário previamente combinados com você. Essa conversa não será gravada e nem registrada na íntegra. A pesquisadora, após o encontro, escreverá uma narrativa sobre o que foi conversado. Com a realização desta pesquisa, espera-se aprofundar a compreensão acerca da experiência vivida por mulheres cisgênero que sofreram abuso na infância ou adolescência para o desenvolvimento de modalidades de acolhimento e atenção psicológica.

Todos os dados que você fornecer serão tratados com confidencialidade pela pesquisadora e serão mantidos guardados por 5 anos antes de serem destruídos, conforme as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/12 e nº 510/16. Em nenhum momento seu nome, os nomes de seus familiares ou de quaisquer outras pessoas mencionadas serão divulgados. Sua participação é totalmente voluntária, não havendo nenhuma remuneração por ela. Se você aceitar participar, poderá a qualquer momento retirar seu consentimento.

Esta é uma pesquisa que implica um risco mínimo, no entanto, em alguns casos, os temas abordados nos encontros podem trazer recordações ou emoções pessoais que podem não ser agradáveis. Caso você se sinta desconfortável ou com qualquer mal-estar devido à sua participação, você poderá comunicar isso à pesquisadora. Ademais, a pesquisadora irá priorizar o seu bem-estar, interrompendo o encontro caso entenda que a situação esteja contribuindo para algum desconforto emocional. Todavia, se ainda com a interrupção, manifestações desagradáveis ocorrerem, serão acolhidas pela pesquisadora no momento do encontro, uma vez que ela é psicóloga inscrita no Conselho Regional de Psicologia. Caso sejam constatados problemas emocionais específicos que necessitem de atendimento psicológico contínuo, você será encaminhada a um atendimento especializado.

Questões de ordem ética podem ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade da PUC-Campinas, telefone de contato (19) 3343-6777,

e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, prédio A02, térreo – Parque Rural Fazenda Santa Cândida – CEP 13087-571 - Campinas – SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Se você concordar em participar, deverá ler, assinar e datar este Termo de Consentimento, do qual uma via ficará com você. Se tiver dúvidas durante sua participação na pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a pesquisadora Patrícia Regina Bueno Incerpe através do fone (19) 99722-8382 ou pelo e-mail patricia_incerpe@hotmail.com.

Patrícia Regina Bueno Incerpe

Pesquisadora responsável

Declaro ter sido devidamente informada e compreendido a natureza e objetivo da pesquisa e concordo livremente em participar. Declaro ainda ser maior de 18 anos.

Nome: _____ RG: _____

Tel: _____ Assinatura: _____ Data: _____

Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA OU ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO PSICOLÓGICO

Pesquisador: PATRICIA REGINA BUENO INCERPE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64110122.3.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.729.241

Apresentação do Projeto:

O abuso sexual está entre as quatro maiores causas de denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo as vítimas, em sua maioria, do sexo feminino. É considerado um importante fator de risco para complicações físicas, psicológicas, sexuais e sociais na vida adulta. Destacam-se as repercussões para a saúde mental, como sentimentos de vergonha, culpa, humilhação, desamparo e ambivalência ao longo do desenvolvimento. Em decorrência de dificuldades relacionadas ao não reconhecimento e a não revelação sobre o abuso sofrido, essas repercussões dificilmente são associadas a este tipo de vivência, prolongando o sofrimento psicológico e seus impactos sobre as vidas dessas mulheres. Diante disso, o objetivo deste estudo será compreender fenomenologicamente a experiência de mulheres cisgênero que sofreram abuso sexual na infância ou adolescência. Será desenvolvida como uma pesquisa qualitativa, metodologicamente orientada pelos pressupostos da fenomenologia clássica, desenvolvida pelo filósofo alemão Edmund Husserl. Pretende-se realizar encontros dialógicos individuais com quatro ou até seis mulheres cisgênero com idades superiores a 18 anos, que aceitem participar da pesquisa. O encontro será iniciado pela pesquisadora com uma questão norteadora relacionada ao tema: "Como é para você atualmente ter sido abusada no passado?". Após cada encontro, a pesquisadora construirá uma narrativa compreensiva a partir das suas impressões sobre a experiência de cada participante. Posteriormente, será elaborada uma narrativa síntese contendo os elementos estruturantes do fenômeno estudado cuja análise será

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 º Bloco A02 º Térreo
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 5.729.241

desenvolvida a partir da Abordagem Centrada na Pessoa, desenvolvida por Carl Rogers. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para aprofundar a compreensão acerca da experiência vivida por mulheres cisgênero que sofreram abuso na infância ou adolescência de modo a possibilitar a criação de modalidades de intervenção psicológica eticamente mais apropriadas em diferentes contextos de saúde.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo deste estudo de natureza psicológica será compreender e analisar, fenomenologicamente, a experiência de mulheres cisgênero que sofreram abuso sexual na infância ou adolescência.

Objetivo Secundário:

- a) Realizar uma revisão integrativa da literatura científica de artigos empíricos nacionais e internacionais sobre mulheres adultas cisgênero que vivenciaram abuso sexual na infância ou adolescência;
- b) Realizar encontros dialógicos com mulheres adultas que vivenciaram abuso sexual na infância ou adolescência;
- c) Elaborar narrativas compreensivas a partir desses encontros dialógicos;
- d) Apreender os elementos estruturais da experiência das participantes;
- e) Analisar os elementos estruturais do fenômeno estudado a partir da Abordagem Centrada na Pessoa, desenvolvida por Carl Rogers.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os encontros dialógicos entre a pesquisadora e as participantes serão realizados preservando a identidade das participantes, a privacidade e a confidencialidade das informações fornecidas, de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que determina diretrizes éticas específicas para pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais. Esta é uma pesquisa que implica um risco mínimo, uma vez que as participantes serão convidadas a falar de suas vivências num encontro individual com uma pesquisadora que também é psicóloga, devidamente registrada no Conselho Regional de Psicologia e tem experiência clínica. Os encontros acontecerão num local reservado, a fim de garantir a privacidade. A pesquisadora irá priorizar o bem-estar da participante, oferecendo um espaço para que ela possa expressar dúvidas ou inseguranças a

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 º Bloco A02 º Térreo
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 5.729.241

respeito da pesquisa, podendo desistir da participação a qualquer momento, sem nenhum dano ou prejuízo. A pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais da participante e caso perceba que o encontro esteja causando desconfortos, alterações no estado emocional ou lembranças desagradáveis, a pesquisadora irá acolhê-la no momento da pesquisa e se for identificada a necessidade de acompanhamento contínuo, a participante será encaminhada a um serviço especializado de atendimento psicológico. Compreende-se que o abuso sexual pode ser um tema sensível, por isso optou-se por realizar a pesquisa com mulheres adultas, que não tenham diagnóstico de transtorno mental grave e que estejam em condições psicológicas para relatar a sua experiência.

Benefícios:

O encontro dialógico poderá proporcionar à participante a oportunidade de refletir sobre a sua experiência em relação ao abuso sexual, podendo levá-la a um processo de ressignificação, de modo que possa atribuir um novo sentido ao que foi vivido. Esta pesquisa contribuirá para aprofundar a compreensão acerca da experiência vivida por mulheres cisgênero que sofreram abuso na infância ou adolescência e para o desenvolvimento do conhecimento científico a respeito da temática. Os resultados da pesquisa podem auxiliar os profissionais, especialmente psicólogos, que trabalham com essa temática, proporcionando a reflexão sobre novas modalidades de intervenção psicológica em diferentes contextos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo se mostra relevante em termos do seu valor científico. A metodologia é adequada aos objetivos. O projeto é descrito de forma clara, bem como a abordagem dos participantes, coleta e análise dos dados e cuidados para a preservação do anonimato. Os compromissos éticos foram adequadamente indicados. A potencial vulnerabilidade das participantes face ao tema proposto foi considerada, bem como descritos os cuidados a serem tomados em caso de desconforto emocional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados adequadamente preenchidos, assinados e contemplam a CIRCULAR – PROPESQ/CPGSS nº 19/2021 referente à Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD.

Recomendações:

Não há.

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 º Bloco A02 º Térreo
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 5.729.241

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que as pendências apresentadas pelo CEP foram atendidas integralmente pela pesquisadora, o projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado. Conforme a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1995362.pdf	20/10/2022 20:12:29		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_Final.pdf	20/10/2022 20:11:37	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/10/2022 20:11:12	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Outros	Termo_consentimento_para_tratamento_dados_pessoais.pdf	19/08/2022 14:35:54	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Outros	Declaracao_responsabilidade_pesquisador.pdf	19/08/2022 14:35:02	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Outros	Declaracao_responsabilidade_orientador.pdf	19/08/2022 14:34:34	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Outros	Carta_Propesq.pdf	19/08/2022 14:33:49	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Outros	Ausencia_carta_autorizacao.pdf	19/08/2022 14:33:33	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	19/08/2022 14:32:05	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 º Bloco A02 º Térreo
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 5.729.241

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_de_infraestrutura.pdf	19/08/2022 14:31:53	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	19/08/2022 14:31:09	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	19/08/2022 14:30:59	PATRICIA REGINA BUENO INCERPE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 28 de Outubro de 2022

Assinado por:
Sérgio Luiz Pinheiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Professor Doutor Eurýclides de Jesus Zerbini, 1516 º Bloco A02 º Térreo
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br